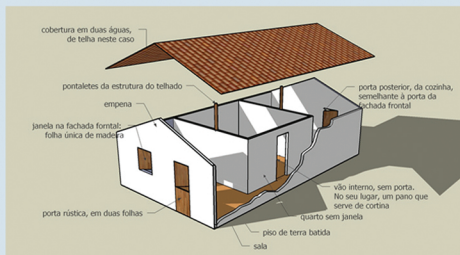


Sonia Marques
(organizadora)

Casas & casos

Sobre modos de morar no Nordeste do Brasil



Casas e casos

sobre modos de morar no Nordeste do Brasil



REITORA

Ângela Maria Paiva Cruz

VICE-REITORA

Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes

DIRETORA DA EDUFRN

Margarida Maria dias de Oliveira

VICE-DIRETOR DA EDUFRN

Enoque Paulino de Albuquerque

CONSELHO EDITORIAL

Margarida Maria Dias de Oliveira (Presidente)

Ana Karla Pessoa Peixoto Bezerra

Anna Emanuella Nelson dos S. C. da Rocha

Anne Cristine da Silva Dantas

Carla Giovana Cabral

Edna Maria Rangel de Sá

Eliane Marinbo Soriano

George Dantas de Azevedo

Kerstin Erika Schmidt

Maria da Conceição F. B. S. Passeggi

Maria de Fátima Garcia

Mauricio Roberto Campelo de Macedo

Nedja Suely Fernandes

Paulo Ricardo Porfírio do Nascimento

Paulo Roberto Medeiros de Azevedo

Regina Simon da Silva

Rosires Magali Bezerra de Barros

Tânia Maria de Araújo Lima

Tarcísio Gomes Filho

Fábio Resende de Araújo

Maria Aniolly Queiroz Maia

EDITOR

Helton Rubiano de Macedo

Paula Frassinetti dos Santos (Substituta)

REVISOR

Andréia Braz / Noel Arantes

CAPA

Wilson Fernandes

DIAGRAMAÇÃO

Erinaldo Silva de Sousa

SUPERVISÃO EDITORIAL

Alva Medeiros da Costa

SUPERVISÃO GRÁFICA

Francisco Guilherme de Santana

Sonia Marques
Organizadora

Casas e casos

sobre modos de morar no Nordeste do Brasil

Divisão de Serviços Técnicos
Catalogação da publicação na Fonte. UFRN/Biblioteca Central Zila Mamede

Marques, Sonia.

Casas e casos: sobre modos de morar no Nordeste do Brasil [Recurso eletrônico]
/ Organizadora Sonia Marques. – Natal, RN: EDUFRN, 2015.

5,8 MB ; PDF

Modo de acesso: <<http://repositorio.ufrn.br/>>

ISBN 978-85-425-0523-8

1. Política habitacional – Nordeste. 2. Moradia – Rio Grande do Norte.
I. Título.

RN/UF/BCZM

CDD 363.5809813

CDU 316.334.54(812/813)

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário
Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil
e-mail: contato@editora.ufrn.br | www.editora.ufrn.br
Telefone: 84 3342-2221

A Região Nordeste do Brasil detém uma imensa variedade de tipos habitacionais e de modos diferenciados de morar. Palco inicial do processo de colonização português em terras brasileiras, os estados que hoje compõem a região guardam, portanto, uma longa história de tentativas, experiências e adaptações da casa, entendida aqui em sua mais ampla acepção, e cujos tipos revelam ainda hoje, em determinados casos, resquícios de um passado longínquo. O presente trabalho reúne os resultados das investigações de diferentes autores que discutem alguns dos diferentes tipos de morar no Nordeste do Brasil, do colonial ao moderno. Longe de se pretender exaustivo – afinal, tratar de todos os tipos de casa na região demandaria um trabalho de muito maior fôlego – este livro poderá suscitar, contudo, maior interesse pelo assunto e instigar novos trabalhos dentro dessa rica e complexa temática.

A Elegância de ser Claudia Loureiro – *In Memoriam*

Entre a organização dos artigos para este livro e a sua publicação, perdemos uma de suas autoras: Claudia Loureiro.

No ano passado, em meados de agosto, fui visitar minha amiga e coautora de vários textos, para dar um até logo, antes de minha partida para a Universidade do Texas em Austin.

Eu tinha – e continuo tendo – inúmeras propostas nas quais, só com ela, me sentia capaz de pegar Estrada, mas ela vinha adiando devido ao seu estado de saúde. Para minha grande alegria, disse-me que poderíamos continuar a escrever juntas, que estava se reorganizando e que iniciara um curso de espanhol com outros amigos. Senti-me esperançosa e, em parte, compensada pela ausência dela na coordenação nacional do DOCOMOMO Brasil 2014-2015 para o qual havíamos – eu e professor Luiz Amorim - convidado nossa amiga comum.

Logo nossa conversa foi interrompida pela chegada de familiares e amigos. Não pude dizer nem um pouco do que queria nesse até logo que virou adeus.

Colega querida de todos os autores desta publicação, Claudia Loureiro foi uma professora conhecida por se pautar por critérios de excelência intelectual, que muitas vezes provocavam insatisfação não apenas entre alunos, mas entre colegas. Jamais conseguiu compactuar com a crescente onda de tolerância com mediocridades e desacertos. Eventos como o PROJETAR e, em consequência, a ANPARQ devem muito a Claudia Loureiro o espaço de credibilidade de que hoje desfrutam na produção intelectual no campo da

arquitetura. Uma participação sempre extremamente pertinente, competente, ativa, responsável e, no entanto, discreta. Sem nunca entrar nos meandros das intrigas por poder, qualquer que fosse a natureza das disputas. Sempre generosa e distante de toda mesquinha, era única em combinar uma fina ironia, uma mordacidade implacável com um humanismo e uma sensibilidade ímpares.

Que nossa memória possa guardar o exemplo raro da generosidade tão exigente, justa e elegante de Cláudia Loureiro.

Sônia Marques

Apresentação

Os autores aqui reunidos têm trajetórias profissionais de ensino e pesquisa bastante diversas. Uns são amantes do canteiro de obra, do fazer, do estar com a mão na massa. Outros preferem a calma das bibliotecas. Mas em comum trazem o gosto pela partilha do saber, pelas trocas, uma partilha baseada no respeito à diversidade e sobretudo em conversas simples, sem empolamentos acadêmicos, sem empáfia nem tédio. Gostamos todos de casas e de casos. As casas, alguns de nós gostam mais de fazê-las, todos de vê-las. Quanto aos casos, alguns de nós os contam melhor, outros sabem bem ouvi-los.

O assunto da casa, como se sabe, tem sido importantíssimo na literatura brasileira. Nem é preciso lembrar o quanto *Casa-Grande & Senzala* é o livro fundador da explicação da nossa sociedade. A análise inaugural e fundadora de Gilberto Freyre que toma a moradia como ponto de partida foi depois pelo próprio Freyre colocada em dia com os *Sobrados e Mocambos* e depois com Da Matta retomada para explicar a questão do espaço público e do comportamento da família de classe média no Brasil. Mas essa via tomada pelos antropólogos e arquitetos encontrou relativamente pouco eco entre os arquitetos brasileiros que durante muito tempo privilegiaram uma pesquisa mais preocupada com os aspectos econômicos e construtivos da habitação. É aliás sintomático que o termo habitação ou habitat tenha apagado durante muito tempo a possibilidade de uso do termo casa nos textos das pesquisas dos arquitetos. Os estudos de Carlos Lemos atravessaram como honrosa exceção essa tendência.

Mais recentemente, no entanto, o termo casa retomou seu título de nobreza. No plano internacional, o livro de Witold Rubkcinsky, que foi professor de Teixeira em Montreal, teve, sem

dúvida, um papel importante. O livro de Rubckcinky, de enganosa simplicidade, acompanha o movimento de crítica ao modernismo de que falamos eu e Loureiro no texto aqui publicado. A polêmica que a corrente antimodernista abriu na década de 1960 enriqueceu, sem dúvida, o debate a despeito da justeza das argumentações. Curioso no campo da teoria da arquitetura e do urbanismo e dos estudos sobre a casa é que a tendência ao enfoque economista, para não dizer economicista, que foi muito presente nos estudos e pesquisas inaugurais no Brasil, como bem prova o *Urbadata*, deu lugar à perspectivas auxiliadas pela filosofia e pela psicanálise, acompanhando um movimento mundial mais amplo, tal como assinalado por Nesbitt. É, aliás, essa orientação que predomina em uma excelente publicação recente da UFPE.

Amantes de casas e casos, nossas orientações são bem ecléticas como bem poderão notar os leitores. A professora Claudia Loureiro, professora de projeto, coautora de diversos textos comigo, tem formação em sintaxe espacial, mas eu a considero uma sintaqueira “light”. Já Trigueiro, cuja trajetória nunca abandonou os estudos sobre a moradia, é uma sintaqueira convicta. Menos reconhecida no Brasil do que pela própria equipe de Bill Hillier da Bartlett School, a obra de Trigueiro tem enorme valor. Seus estudos sobre ecletismo serviram de base para a implantação dos IEPs (Imóveis Especiais de Preservação) no Recife. Ela nos deve a tradução de sua excelente tese de doutorado, na qual encontramos uma análise comparativa entre casas inglesas e brasileiras. Colega do Darq/UFRN, companheira da Base MUsA (Morfologia e Usos da Arquitetura), Edja Trigueiro permitiu-me compartilhar desse conhecimento morfológico privilegiado no artigo que escrevemos sobre a casa modernista.

Rubenilson Teixeira é homem de mil instrumentos: professor de projeto, historiador do urbano, sua preocupação com a casa é clara. Para ele: “A casa é mais do que um espaço físico destinado à moradia. Ela é, também, uma manifestação social e cultural, refletindo, talvez melhor do que qualquer outro artefato humano, os valores culturais de uma determinada sociedade ou extrato social”. Ele se inscreve, então, na tradição antropológica de Rapoport, a quem somou as lições do mestre Rybczynski.

Já sobre o colega Paulo Heider Forte Feijó, homem do fazer, da construção e do detalhe, do conhecimento do sertão, devo apenas confessar meu deslumbramento quando mostra suas fotos e comenta essa região que tão pouco conheço.

Este livro é uma ação entre amigos, amigos que partilham a alegria do conhecimento e do aprendizado, que acreditam na pesquisa de uma maneira ética e estética ao mesmo tempo. E acreditam, sobretudo, na necessidade da crítica como passo imprescindível para se prosseguir na via do conhecimento. Assim sendo, aguardamos a vez dos leitores.

Sumário

A moradia econômica: bonitinha, ordinária e barata, 15

Sonia Marques e Claudia Loureiro

**Forma, tradição e mudança:
a habitação como expressão sociocultural, 49**

Rubenilson Brazão Teixeira

À la recherche de la maison moderniste perdue, 95

Edja Trigueiro e Sonia Marques

**Considerações sobre a habitação vernácula do Seridó:
a casa-grande de fazenda e a casa urbana, 121**

Paulo Heider Forte Feijó

A moradia econômica: bonitinha, ordinária e barata

Sonia Marques
Claudia Loureiro

1 As críticas: das origens e dos conteúdos

No debate sobre as utopias, erros ou descaminhos da modernidade, a arquitetura tem ocupado um lugar privilegiado, uma vez que, para além da mera crítica ou constatação, inúmeros arquitetos proclamam haver ultrapassado esse período, oferecendo uma nova e melhor produção arquitetônica. O novo e melhor produto subentende-se, torna obsoleto, invalida, condena ou, no mínimo, corrige os erros dos seus antecessores. Mas quais seriam exatamente tais erros e equívocos que indicariam, para muitos, os fracassos da arquitetura moderna? Sob quais critérios organizou-se o filão crítico e quais instrumentos ou recursos estão sendo utilizados na perspectiva pós-moderna, em sentido amplo?

1.1 O primeiro revisionismo crítico: correções práticas e sensibilidade ecológica

A expressão vanguardista que se desenvolve, ao longo dos anos 1920, na Europa, deverá, como sugere Cohen, ao longo da década seguinte, ser confrontada com o princípio da realidade, tanto nos Estados Unidos como na Europa.¹ O confronto com a realidade

1 COHEN, Jean-Louis. Modernité et modernisation. Depoimento concedido por ocasião da exposição Les années trente: l'architecture et les arts de l'espace entre l'industrie et la nostalgie. In.: *L'Architecture d'Aujourd'hui*, 309, février 1997, p. 8-9.

deu-se, entretanto, seguindo trilhas diferentes. Nos EUA, o *New Deal* proporcionou um breve episódio para a participação de arquitetos americanos no problema habitacional, enquanto na Europa, a questão entre política e arquitetura, ou das relações entre modernismo e regimes autoritários, colocou um obstáculo ao desenvolvimento das questões específicas da cultura arquitetônica.

O primeiro questionamento ao Movimento Moderno, como se sabe, remonta ao contexto europeu do pós Segunda Guerra Mundial, como atestaram atitudes das correntes empiristas escandinavas ou dos movimentos italianos como o *neo-liberty* e o neorealismo e, sobretudo por ocasião do plano de Londres e das novas cidades inglesas. O plano modernista do grupo MARS,² que segundo Zevi propunha uma “supercidade lógica”, foi, então, recusado, em favor do plano apresentado em 1943 por Abercrombie e Forshaw, que “articulando Londres nas suas unidades sociais mantém a escala humana e a fisionomia individual”.³ Porém, a preferência do *London County Council* (LCC) não indicava necessariamente uma rejeição da visão modernista em geral, pois, como bem salienta Zevi:

Ambos os projetos respondem às exigências da época do automóvel e do aeroplano. Mas o segundo satisfaz as exigências de variedade, de intimidade, de harmonia necessária, pois, além dos aeroplanos e dos automóveis, uma pequena máquina de modelo antigo deve viver nos centros urbanos: o homem, animal pedestre, amante da terra.⁴

A exemplo do caso londrino, as revisões do modernismo, até então, implicavam em atitudes práticas que se apresentavam como correções, revisões ou uma outra forma de ver a modernidade, acrescentando ao racionalismo um lado mais orgânico, mais humanizado. Acreditava-se que, dessa forma, o “bom caminho” poderia ser trilhado novamente.

O questionamento e as críticas invalidando, negando ou visando à destruição do ideário do Movimento Moderno não

2 M. A. R. S. – Modern Architecture Research Society.

3 ZEVI, Bruno. *História da arquitetura moderna*. Lisboa: Arcádia, 1970, p. 319.

4 *Ibidem*.

havia ainda surgido. Esse quadro permanece até o início da década de 1950, quando os grandes mestres do Movimento Moderno ainda estão vivos e produzindo e quando a celebração desse movimento se faz através da obra de Mies van der Rohe e de seus seguidores nos Estados Unidos, consagrando os *skyscrapers* e as caixas de vidro. No decorrer da década de 1950, no entanto, a situação vai progressivamente mudando, como salientam alguns autores: “No final da década de 50 reconhecia-se universalmente que a máquina, quer sob a forma do automóvel, quer do ar-condicionado, era uma ‘inimiga’ dos humanos [...]”⁵.

Essa nova sensibilidade, antimaquinista e com restrições ao progresso tecnológico, poderia explicar a repercussão que tiveram dois exemplares arquitetônicos do final da década: o Laboratório Richards de Louis Kahn (1957) e o Dulles Terminal de Eero Saarinen (1958). Nesse último, Saarinen buscou reduzir não somente o gasto de espaço e de esforço mas, também, o tempo de percurso entre a chegada ao terminal e o portão de embarque. Segundo Tzonis e seus colaboradores, “as ideias radicais de Saarinen têm, no entanto, poucos seguidores, enquanto que o pensamento de Kahn, embora mais conservador, alcança maiores consequências”.⁶

Dentro do mesmo espírito, aparecem as correntes que se ocupam das questões ecoantropológica e bioclimática, cujas preocupações podem ser divididas segundo uma “certa geopolítica”. No primeiro mundo, as preocupações dizem respeito às questões energéticas, enquanto no terceiro mundo, ou nos chamados países em desenvolvimento, trata-se de fazer uma arquitetura menos dependente de tecnologias e mais afeita à produção vernácula, entendida como “bem adaptada” tanto do ponto de vista cultural quanto climático. Essa crescente consciência, desenvolver-se-á ao longo da década de 1960 como atestam, por um lado, os textos de Rapoport⁷ e

5 TZONIS, Alexander; LEFAIVRE, Liane; DIAMOND, Richard. *Architecture in North America since 1960*. London: Thames & Hudson, 1995, p. 21.

6 *Ibidem*.

7 RAPOPORT, Amos. *House, form and culture*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1969.

Alexander,⁸ e, por outro, os dos irmãos Olgyay,⁹ nos Estados Unidos, de Otto Koenigsberger,¹⁰ na Inglaterra e ou de Baruch Givoni,¹¹ em Israel, que publicam seus estudos, iniciados uma década antes, relacionando clima e arquitetura e reconhecendo uma linha de pesquisa direcionada aos problemas das regiões de clima quente. Segundo Givoni, duas razões explicariam essa tendência: por um lado, essas regiões abrigam a maior parte dos ditos países em desenvolvimento e grande parte da população mundial, por outro, as pesquisas até então desenvolvidas sobre o assunto eram direcionadas aos países europeus e americanos, de clima temperado e com os problemas específicos associados a esse tipo de clima.

Alguns desses pesquisadores têm atuação profissional ou acadêmica nos países das regiões quentes: o livro de Koenigsberger, pensado como um texto de consulta para estudantes, profissionais, administradores e políticos, reúne as experiências de planejamento e edificação na Índia, desenvolvidas na década de 1940. Além disso, o primeiro esboço do livro proporcionou o núcleo de um curso de arquitetura tropical dirigido a alunos oriundos de países localizados em regiões de clima quente, na *Architectural Association* de Londres, em 1953. Victor Olgyay, da Universidade de Princeton, é convidado e ministra curso na Universidade del Valle, em Cali, Colômbia, daí resultando uma versão em espanhol de seu livro *Design with climate*,¹² acrescentando ao original uma aplicação da interpretação climática a exemplares arquitetônicos daquele país. De qualquer forma, as novas preocupações ecológicas e antropológicas questionam as propostas universalistas e a confiança cega no progresso tecnológico até então alentadas pelo Movimento Moderno.

8 ALEXANDER, C. *Notes on the synthesis of form*. New York: McGrawHill, 1964.

9 OLGAY, Victor. *Design with climate: bioclimatic approach to architectural regionalism*. New Jersey: Princeton University Press, 1962.

10 KOENIGSBERGER, O. *et al. Manual of tropical housing and building*. London: Longman, 1974.

11 GIVONI, Baruch. *Man, climate and architecture*. London: Applied Science, 1969.

12 OLGAY, Victor. *Op. cit.*

O revisionismo em relação à questão tecnológica do final da década de 1950 e início da de 1960, opõe-se aos “pacotes abstratos ou caixas indistinguíveis de estrutura espacial e envelope”.¹³ E, como salienta Kalman, em 1959, leva a que atitudes pragmáticas substituam o idealismo e os dogmas. O laboratório Richards, considerado um exemplo dessa nova atitude, seria “um chamamento para uma estética da mudança, por padrões de fluxo, por conservação de energia por agregados e como uma imagem para refletir condições contemporâneas de mobilidade e mudança”.¹⁴

Por outro lado, a cultura arquitetônica americana começa a pensar no elo entre edifício e cidade, o que não se fizera até então, uma vez que o ideal anglo-saxão desurbanístico marcara fortemente a difusão de ideias de horror à grande cidade. E, ainda, como salienta Pommer,¹⁵ a arquitetura moderna europeia fora trazida para os EUA, considerando apenas os aspectos edilícios, sem assumir o princípio da indissociabilidade das questões urbanas e arquitetônicas.

1.2 O questionamento dos princípios teóricos e metodológicos – dos sixties aos contemporâneos: de Jacobs a Venturi

A cultura revisionista, teoricamente fundamentada, dos anos 1960, é sobretudo uma expressão de italianos e americanos e pouco afetará países sul-americanos ou mesmo alguns países da Europa, como a França. Nesse último país, a revisão crítica só ocorre em meados da década de 1970, e parte daqueles que Ellis denomina “a classe de 68”.¹⁶ “tudo começa quando a classe de 68 parte para desbancar tudo que encontra pela frente de [...] *Beaux-Arts* [...] ao movimento modernista, sendo o principal alvo o programa do pós-guerra

13 KALMAN *apud* TZONIS, Alexander; LEFAIVRE, Liane; DIAMOND, Richard. *Op. cit.*

14 *Ibidem.*

15 POMMER *apud* SARFATTI-LARSONS, M. *Behind the post-modern facades*. Berkeley/CA: Berkeley University Press, 1989.

16 ELLIS, Charlotte. Function follows form: housing and home in France. In.: *Architectural Review*, 1078, dec. 1986, p. 63.

do final dos anos 60 (500 000 habitações)”. Assim, segundo essa autora, quando da elaboração das cinco *villes nouvelles*, na *banlieue* parisiense, os arquitetos franceses buscaram sobretudo a identidade urbana, insistindo na questão da tipologia, como salvaguarda contra deficiências percebidas nas realizações dos anos 1950, 1960 e 1970. A ênfase na imagem, porém, não assegurou aos arquitetos franceses o acesso às realizações, nas quais se destacaram sobretudo estrangeiros tais como Rolain Simounet, Alain Sarfati e Ricardo Bofil. Para Ellis, “ao mesmo tempo em que alguns sobreviventes da classe de 68 permaneceram distantes de realizações práticas, há agora sinais de que arquitetos mais jovens são menos relutantes de levar em consideração questões técnicas”.¹⁷

A revisão *sixties* também não parece ter sido muito forte na Alemanha, talvez por vários motivos. Um dos primeiros motivos poderia reportar-se ao fato de que essa revisão implicaria naquele país em esmiuçar os laços entre arquitetura e política, uma vez que os protagonistas do modernismo alemão foram em grande número, vítimas do nazismo. Um outro motivo talvez esteja relacionado ao fato de que o debate alemão revelou desde cedo a inserção da arquitetura em uma discussão mais ampla do significado da cultura e dos valores culturais em geral, na qual o valor da arquitetura se dá na medida em que esta é parte da “alta cultura”.¹⁸

As críticas mais ferinas aos princípios modernistas surgem na década de 1960, sobretudo na cultura norte-americana e na Europa, a partir dos acadêmicos italianos. Nos Estados Unidos, as novas preocupações com a cidade estarão presentes em duas obras que marcarão o início da década de 1960 e que se anunciam com críticas aos ideais de projeção modernista: os escritos de Jane Jacobs¹⁹

17 ELLIS, Charlotte. Function follows form: housing and home in France. In.: *Architectural Review*, 1078, dec. 1986, p. 63.

18 WILSON, Colin St. John. The play and the use of play. In.: *Architectural Review*, 1073, july 1986. p. 15.

19 JACOBS, Jane. *The death and life of great american cities*. New York: The Modern Library, 1993/1961.

e as pesquisas de Kevin Lynch.²⁰ O teor crítico é, no entanto, diverso, pois, enquanto Jacobs, como boa *outsider*, critica diretamente os urbanistas modernistas e se confessa, por isso mesmo, admiradora das pesquisas de Lynch, este último não chega a criticar diretamente o Movimento Moderno, mas pretende oferecer outros métodos baseados no critério da imageabilidade.

Uma sensibilidade próxima vai ser encontrada na obra de Aldo Rossi com a *Arquitetura da Cidade*,²¹ muito embora o reconhecimento da crise do projeto, da crise de significado em arquitetura compareça de forma mais explícita no texto posterior de Gregotti.²²

Assim, em meados dos anos 1960, uma série de pontos críticos da arquitetura e do urbanismo modernos já estava arrolada por esses diversos autores: no plano do urbanismo, o zoneamento funcional; na arquitetura, o anti-historicismo, o relativo desprezo pelo entorno preexistente, a excessiva standardização que impede o reconhecimento da especificidade do lugar etc.

O resumo crítico mais contundente ou, pelo menos, de maior repercussão na cultura arquitetônica, terá sido poucos anos depois, em 1966, o de Venturi, por quem os arquitetos já não poderiam deixar-se intimidar pela linguagem puritanamente moralista da arquitetura moderna ortodoxa.²³ Para Venturi, a excessiva simplificação do último modernismo em particular de obras como as de Philip Johnson, levam a uma arquitetura insípida. Invertendo a célebre fórmula miesiana, Venturi apregoa: “Menos é uma chatice”.²⁴

20 LYNCH, Kevin. *The image of the city*. Cambridge/Massachusetts: The MIT Press, 1960.

21 ROSSI, Aldo. *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981/1966.

22 GREGOTTI, V. *Território da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1975.

23 VENTURI, Robert. *Complexidade e contradição em arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1995/1966. p. 1.

24 *Ibidem*, p. 6.

A crítica de fundo aos próprios princípios do modernismo, no entanto, só será clara e diretamente formulada quando as constatações das enquetes sociológicas e dos efeitos sociais perversos, observados nos bairros construídos pelo modernismo, indicarem o fracasso das realizações que seguiram o engajamento social. Pruitt-Igoe, nos Estados Unidos e Les Minguettes, na França, conjuntos construídos segundo esses ideais, tornaram-se o símbolo desse fracasso. Charles Jencks tornará a data da implosão do conjunto Pruitt-Igoe, em Saint Louis (15 de julho de 1972), o marco por excelência da morte dos ideais utópicos da modernidade, consolidando a expressão “pós-moderno”, conforme indica Benévolo.²⁵ Desde então, a crítica à arquitetura moderna tornou-se um lugar comum: ela teria sido utópica, descontextualizada, padronizada, repetitiva, insípida e óbvia.

1.3 Duas vertentes críticas: pragmática e especulativa – imbricamento das questões éticas e estéticas

Na verdade, como pode facilmente ser observado, o teor crítico, independentemente dos objetivos dos autores, sempre tende a misturar aspectos que são de nível estético com aspectos de natureza ética. De fato, desde o seu nascedouro, na década de 1960, na Itália, na Espanha e mesmo nos Estados Unidos, como bem salientou Bohigas,²⁶ “adjetivava-se” a arquitetura, avaliando-a em função de seu compromisso social. O que sempre está em jogo, desse modo, é a falência do projeto modernista em sentido amplo, julgado pelo que prometeu e não cumpriu.

No conjunto dessa crítica, que se desenvolveu desde a década de 1960 até os nossos dias, destacamos duas orientações, em função dos objetivos que perseguem: uma de âmbito mais filosófico e outra que emana do interior da própria cultura prática da arquitetura.

25 BENÉVOLO, L. *O último capítulo da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1985. p. 185.

26 BOHIGAS, Oriol. *Contra una arquitectura adjetivada*. Barcelona: Editorial Seix y Barral, 1969.

1.3.1 O debate crítico-especulativo

Em um plano não pragmático e mais valorativo, destacamos os debates de filósofos como Arantes e Habermas,²⁷ ou ainda de arquitetos que viveram os sonhos modernistas e deles não arredaram o pé, como Kopp.²⁸ Nessa arena, polemizam-se em geral os seguintes aspectos: a) o fim ou não da modernidade; b) equívocos ou acertos dos protagonistas da modernidade; c) a produção contemporânea como consequência ou ruptura da modernidade. Assim, por exemplo, se, para Kopp e Habermas, houve um desvio dos ideais primeiros, para Arantes, o que assistimos atualmente – o excessivo formalismo da arquitetura contemporânea – seria apenas um desdobramento lógico do que já anunciava o modernismo.

1.3.2 A cultura pragmática: em busca de novos métodos

No âmbito dos próprios arquitetos, zelosos de encontrar novas práticas, a discussão, em geral, é mais pragmática e mais próxima dos termos de Venturi. Aí, valoriza-se subitamente o ideário de Camilo Sitte²⁹ bem como a tendência *British* da década de 1940, pós-Segunda Guerra, em particular os ensinamentos de Cullen.³⁰ Ao planejamento urbano, considerado em crise junto com a racionalidade moderna, prefere-se o termo Desenho Urbano, assentado em metodologias que combinam estudos tipológicos e morfológicos, *behaviorismo*, percepção visual às enquetes com usuários, anteriores ou posteriores à ocupação.

27 Ver ARANTES, O. B. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: EDUSP/Nobel, 1993; _____ & ARANTES, P. E. *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas: arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas*. São Paulo: Brasiliense, 1992; HABERMAS, J. *Arquitetura moderna e pós-moderna* (1981). Conferência publicada em Arantes & Arantes, 1992; e _____. *Modernidade – um projeto inacabado* (1980). Conferência publicada em Arantes & Arantes, 1992.

28 KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

29 SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

30 CULLEN, Gordon. *Townscape*. London: Architectural Press, 1961.

A diversidade de correntes, no âmbito dessa cultura, configuraria para Benévolo uma “batalha de tendências e novas orientações para a investigação projetual”.³¹ Os protagonistas dessa batalha são geralmente grandes arquitetos, dentre os quais muitos vêm enfatizando cada vez mais a questão metodológica para o alcance do bom projeto, em uma busca, como Benévolo ressalta, de “uma síntese adaptada à especificidade de cada situação [...] de um controle rigoroso que muda de critérios e de instrumentos conforme a situação [...]”.³² É o que pode ser demonstrado, para citar apenas um exemplo, pela colaboração estreita do Laboratório de Sintaxe Espacial, da Universidade de Londres, com arquitetos como Sir Richard Rogers ou Sir Norman Foster, em vários projetos, alguns premiados em concursos. Nesses projetos, a técnica de análise configuracional conhecida como sintaxe espacial é um auxiliar na proposição de intervenção em objetos tão diversos quanto o plano para redesenvolvimento do *South Bank*, em Londres (projeto premiado de Richard Rogers Partnership, assim como o projeto participante de Sir Norman Foster & Partners), ou o Plano Diretor de Barcelona (projeto premiado de Sir Norman Foster & Partners) ou ainda o projeto para a *London Millennium Tower* – de Sir Norman Foster & Partners (Space Syntax Laboratory, s.d.).

A análise da sintaxe espacial, proposta por Hillier e Hanson, e publicada, em 1984, sob o título *The Social Logic of Space*, toma como ponto de partida uma nova teoria do espaço como um aspecto da vida social. Para os autores, o maior obstáculo para a realização de bom projeto estaria na falta de compreensão da natureza precisa das relações entre organização espacial e vida social, ou melhor dizendo, “como a organização espacial é em certo sentido um produto da estrutura social”. Trata-se de modelar os processos generativos do mundo real, capturando as dimensões formais deste em termos da lógica social que lhes são subjacentes.³³

31 BENEVOLO, L. *Op. cit.* p. 185.

32 *Ibidem*, p. 213.

33 HILLIER, B.; HANSON, J. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. X.

Os autores reconhecem afiliações tangenciais com referenciais teóricos e metodológicos pertencentes a outros enfoques da questão das relações espaço-sociedade, mas advogam uma diferença fundamental que é a superação de duas dificuldades identificadas nas teorias disponíveis: a falta de descrição consistente das características morfológicas do espaço artificial de forma a revelar as leis de sua determinação pelos processos e estruturas sociais, e, a ausência de descrição das características morfológicas da sociedade que pudessem requerer um tipo ou outro de materialização espacial. As razões para essa falta de progresso, segundo ainda os autores, radica no paradigma que conceitua o espaço sem conteúdo social e sociedade sem conteúdo espacial.³⁴ Posteriores desenvolvimentos da teoria e da pesquisa correlata podem ser encontrados no livro recentemente publicado *Space is the machine*,³⁵ uma referência à fórmula de Le Corbusier ‘a casa é uma máquina de morar’. Privilegiando o espaço como ator – *space works* – nesse livro “o conceito de configuração é trazido para o centro do palco”,³⁶ significando que tanto arquitetura quanto desenho urbano são vistos como sendo fundamentalmente configuracionais, no sentido de que a maneira pela qual as partes são dispostas no todo é mais importante que as partes tomadas isoladamente.³⁷

2 Brasil: modernismo e projeto social

A trajetória da arquitetura moderna no Brasil foi sempre vulnerável aos regimes políticos. A relação entre arquitetos e Estado Novo, por exemplo, resultou numa certa ambiguidade por parte dos profissionais em relação ao problema da moradia econômica, inicialmente associado à erradicação de mocambo e depois ao combate às favelas (MARQUES, 1995). As perspectivas iam desde o culto

34 Ver HOLANDA, Frederico. *Exceptional space*. Tese de PhD apresentada ao University College London, 1997. p. 70; HILLIER, B.; HANSON, J. *Op. cit.* p. X.

35 HILLIER, B. *Space is the machine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

36 *Ibidem*. Na obra de Hillier, configuração significa relações que levam em conta outras relações.

37 *Ibidem*, p. 1.

tecnológico, acreditando que a industrialização da construção solucionaria o problema, superando inclusive o subdesenvolvimento, até a visão marxista de Niemeyer, posição isolada, segundo a qual a questão da moradia social não se encontrava no âmbito da arquitetura.³⁸

O sucesso mundial alcançado por Brasília impediu qualquer crítica às posturas modernistas, enquanto as reivindicações por uma reforma urbana e a crença no grande planejamento urbano dominavam o debate dos meios da arquitetura num ambiente altamente ideologizado, que se antecipa ao golpe de 1964.

2.1 De Borsoi ao Arruar – o arquiteto ensina; o arquiteto aprende

A trajetória da cultura arquitetônica nacional, em sintonia com o clima político pode ter tido um desdobramento específico no Recife. Nessa cidade, em tempos de renovação política e da consolidação de uma esquerda jovem e moderna nos idos de 1960, a vontade de servir o povo, de educá-lo, não se restringe aos movimentos de educação como aquele célebre de Paulo Freire e à atuação do famoso Movimento de Cultura Popular (MCP). Uma mesma sensibilidade no campo da arquitetura pode ser encontrada em um projeto de habitação popular desenvolvido a partir de um diagnóstico elaborado por progressistas assistentes sociais da época, durante a primeira gestão de Miguel Arraes no Governo do Estado – o conhecido projeto para a comunidade de Cajueiro Seco.

2.1.1 Cajueiro Seco – a visão didática: a arquitetura ensina

O projeto para a comunidade de baixa renda de Cajueiro Seco, em Recife, desenvolvido pelo arquiteto Acácio Gil Borsoi, terá sido o que melhor traduz a ideologia pedagógica reinante na época. Nesse projeto, Borsoi alia as características de um sistema

38 Ver CAVALCANTI, Lauro. *Casas para o povo: arquitetura moderna e habitações econômicas*. Dissertação de mestrado apresentada ao Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1987.

construtivo tradicional e vernáculo – a taipa – a modernos métodos construtivos – a pré-fabricação, com justificativas que serão bem expressas pelo arquiteto no texto preparado para a publicação intitulada “*Taipa: prefabrication*”,³⁹ sobre o desenvolvimento do projeto, trabalho realizado em 1963:

A proposta é a de racionalizar e pré-fabricar um processo construtivo dos mais antigos no mundo, e que no Brasil representa, ainda hoje, o sistema construtivo que traduz o conhecimento de mais da metade da população brasileira. A ideia surgiu de um trabalho para comunidades de baixa renda que vivem aglomeradas em níveis de completa miséria e que necessitam de atendimento urgente, tal como a remoção para áreas salubres, num plano massificado, em que seria necessário o apoio da força de trabalho do homem ao programa social de recuperação.

Pela constatação de que estes grupos sociais não possuem conhecimento além daquele que resulta de sua própria necessidade, dentro de sua realidade, do seu conhecimento artesanal e da utilização de suas próprias mãos, foi-nos possível desenvolver o trabalho.

No uso da madeira em uma casa de taipa (barro armado), construída segundo a maneira tradicional, verificamos que racionalizando a fabricação dos entrelaçados e subdividindo a madeira empregada dando-lhe melhor aproveitamento, chegaria à duplicação da área vedada, com o emprego da mesma quantidade de material, dando, assim, maior rendimento.

A fabricação em série de poucos tipos de painéis, permitiria uma construção variada e fácil, dentro das disponibilidades econômicas e do interesse de cada família. O módulo de 0,65 [sic] representa um submúltiplo da dimensão da casa, na escala dos seus móveis e utensílios.

O sistema foi concebido em duas partes: fabricação e montagem.

A fabricação representada por uma linha industrial, onde a madeira seria desfiada em dimensões certas, montadas em mesas gabaritadas e fixas entre si nos entrelaçados [sic]

39 A publicação foi preparada visando a participação no ICSID's Philips Award, Holanda.

por meio de grampeadores e afinal tratada e imunizada. A montagem seria individual: por meio de uma folha de papel quadriculado no módulo dos painéis, qualquer cidadão poderia estudar sua casa (plantas e elevações), adquirir os painéis e demais peças – cordel, arame ou prego, executando ligações entre eles. Portas e janelas seriam executadas dentro dos mesmos padrões. Como cobertura, utilizamos uma esteira de palha, sapé ou capim, também tratado em pequena fábrica, onde seriam confeccionados os feixos, costurados com fio de nylon, imunizados e tratados com um repelente d'água, e fornecido em rolo.

Da mesma forma seriam executados em pré-moldados de concreto os sanitários, lavatórios, caixas sifonadas e demais equipamentos. Pelo sistema modulado, os componentes hidráulicos e elétricos poderão ser fornecidos em “kits” pré-fabricados – tudo isto com o objetivo de oferecer condições de higiene com simplicidade e redução de custos.

Essa experiência evidenciou a necessidade sempre maior da pesquisa de soluções locais com utilização de materiais também locais e traduziu, de certa forma, o problema nos apresentado quando de uma experiência em reabilitação de núcleos de população de baixa renda, onde não obstante existirem tijolos à disposição para a construção de suas casas, a população não consegue utilizá-los por completo desconhecimento em relação ao sistema construtivo (fio de prumo, andaime, nível, amarração de tijolos). A taipa, por seu turno, permite o emprego da mão de obra de toda a família – o homem arma a casa, a mulher e as crianças tecem e vedam com barro as paredes.⁴⁰

A avaliação da experiência de Cajueiro Seco não chegou a ser feita, uma vez que o advento da ditadura, do milagre econômico e da política habitacional do Banco Nacional de habitação (BNH) redirecionou o foco da questão para a crença no grande planejamento, junto com as esperanças de alguns de “aproveitar as brechas”, expressão que indicava a validade de trabalhar, com intuito de justiça social, nas instituições do governo, sob o período autoritário. Os que acreditaram na teoria das brechas foram, porém, logo acusados de cooptação. O que se pode finalmente dizer é que o regime

40 BORSOI, Acácio Gil. *Taipa: prefabrication*. Recife: Recife Gráfica, [s.d].

autoritário, acirrando as clivagens maniqueístas e ideológicas, construídas durante o período desenvolvimentista, tornou o clima totalmente adverso a uma revisão cultural mais serena. Essa revisão, sem dúvida, ainda está para ser feita.

2.1.2 Do grande planejamento ao participacionismo

De todo modo, podemos encontrar, a partir da década de 1980, um novo clima cultural, que questiona progressivamente a ortodoxia modernista, como revela a produção de uma nova geração, liderada, em particular pelos mineiros do grupo da revista Pampulha. Mais especificamente, no campo da moradia econômica e do planejamento urbano, uma nova atitude supostamente mais realista vem à tona. Essa atitude nasce com a adesão às reivindicações dos movimentos sociais, com o apoio à permanência de populações em locais de invasão e favelas, e por toda uma sensibilidade em relação à pobreza urbana. No caso recifense, essa postura exemplifica-se claramente no processo ocorrido em Brasília Teimosa, no qual os profissionais aliaram-se às reivindicações dos moradores pela permanência no local, contrariando uma suposta vocação de desenvolvimento de um pólo turístico de alto padrão proposto para a área. Mais ainda, o seminário dedicado ao tema de Pobreza Urbana, realizado em 1979, com participação dos mais ilustres expertos internacionais da época, deu também voz aos representantes de movimentos de bairros.

Os ventos da democracia consolidarão a ideia de práticas alternativas estreitamente aderentes às aspirações populares, inaugurando instrumentos como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e revertendo os dados do problema: se antes a arquitetura ensinava, agora o povo ensina ao arquiteto.

Nessa nova atitude, a mescla da questão ético-estética permanece, como demonstra o artigo de Carlos Eduardo Comas, *O espaço da arbitrariedade*.⁴¹ O autor critica a atitude da *intelligentsia*

41 COMAS, Carlos Eduardo. O espaço da arbitrariedade: considerações sobre o conjunto habitacional BNH e o projeto da cidade brasileira. In: *Projeto*, 91, setembro 1986, p. 127-130.

arquitetônica brasileira em relação às duas fórmulas aplicadas nos conjuntos do BNH – o conjunto de casas isoladas e o conjunto de apartamentos: enquanto criticou-se a deseconomia das casinhas isoladas, sobre os conjuntos de apartamentos pairava um intrigante silêncio. Para Comas, esse silêncio é compreensível dado que a fórmula “conjunto de apartamentos” seria uma versão abastardada do tipo de moradia ideal materializada na superquadra de Brasília, que sempre foi preconizado por nossa *intelligentsia*. Os aspectos insatisfatórios decorrentes da adoção de um tipo que teria sido “consagrado prematuramente por meio de mecanismos institucionais e ideológicos, sem escrutínio suficiente da adequação entre problema e solução promovida” são assim apontados: a) possibilidade limitada de uso dos espaços abertos; b) ausência de privacidade dos apartamentos localizados no térreo; c) dificuldades de orientação tanto global quanto localmente, decorrente da repetitividade de blocos iguais em grande escala e ausência de diferenciação clara e consistente.⁴² E é da espontaneidade dos becos e ruas de vilas e bairros populares que o autor tira as lições necessárias para superar as deficiências do conjunto de apartamentos do BNH:

O termo (vila) é simpático: usado ainda hoje para designar conjunto espontâneo de habitações populares, evoca uma urbanidade perdida pelo conjunto BNH. Conjugado com o conceito de bairro, cujas conotações são mais ricas e complexas que as da asséptica zona monofuncional modernista, poderia alimentar outra postura no trato do problema de projeto da habitação de baixa renda, fazendo com que ele seja entendido como problema de projeto das vilas e bairros populares brasileiros.⁴³

Com isso o autor não está negando necessariamente a “cidade ideal modernista” na íntegra; os princípios que a norteiam poderiam ser retidos “se entendidos racionalmente como proposta que detalha [...] uma articulação potencial entre componentes

42 *Ibidem*, p. 127.

43 *Ibidem*, p. 130.

físico-funcionais urbanos a partir de premissas concretas ou inferíveis com facilidade”.⁴⁴

Esse apelo à espontaneidade e ao estudo do vernáculo será encontrado em trabalhos de grupos de jovens arquitetos, organizados em ONGs, como é o caso do *Arruar*, no Recife. A perspectiva desse grupo parte da condenação da visão elitista e paternalista da prática modernista. O fracasso dos conjuntos e das propostas do movimento moderno estaria, em grande parte, enraizado no desconhecimento das exigências culturais, simbólicas, das práticas cotidianas dos setores menos favorecidos e consequentemente, na tentativa de imposição de padrões inadequados. A vivência junto à comunidade e a investigação da sua lógica socioespacial deveria levar a soluções inovadoras mais adequadas às exigências daqueles grupos. O ponto de partida é próximo do de Jacobs, bem como o apreço pela organização espacial popular, espontânea, contrária ao rigor modernista.

Desloca-se então, de certa forma, o âmbito da atuação do arquiteto: de pedagogo, ele passa a aprendiz, ou antes, adepto, da própria pedagogia que pretende aprender com o aluno – o povo ensina arquitetura.

3 Os Bastardos: megaestruturas e Siedlungen caboclos

A visão de Cajueiro Seco parece-nos próxima daquela do neorrealismo italiano, enquanto a do grupo *Arruar* estaria mais sintonizada, talvez, com a postura de Venturi, de aprender com a cultura *folk*. Ambas parecem seguir as recomendações de Comas, para quem a atividade arquitetônica chegaria a avanços substanciais se “a realidade do subdesenvolvimento fosse reconhecida e aceita como ponto de partida para o uso eficiente e imaginativo de recursos limitados”.⁴⁵ O que dizer então das experiências modernistas locais, mais ortodoxas e supostamente menos realistas?

44 *Ibidem.*

45 *Ibidem.*

Para discutir essa questão, tomamos como exemplos duas realizações que podem ser inseridas nos ideais modernistas, embora em épocas diferentes. Frequentemente essas realizações são alvo de críticas, chegando a ser estigmatizadas: o grande edifício multifamiliar de apartamentos mínimos que segue o padrão inaugurado pela Unidade de Habitação de Marselha, antecipando o conceito de megaestrutura, e os conjuntos habitacionais realizados pela COHAB.

3.1 O edifício megaestrutural de apartamentos mínimos

Nos anos 1950, aparece no Recife um novo edifício vertical multifamiliar de apartamentos mínimos, que introduz um novo conceito programático: baseado na mistura de funções, ele combina a habitação ao uso comercial e serviços como escritórios, prevendo o abastecimento dos usuários, bem como a possibilidade de trabalho e moradia no mesmo edifício.

Pode-se dizer que, grosso modo, esse tipo de edificação seguia os ideais da Unidade de Marselha ou das megaestruturas que essa unidade renunciou, cujo exemplo mais conhecido, no caso brasileiro, foi o conjunto Pedregulho do arquiteto Reidy. Algumas variações desse padrão podem ser encontradas em função sobretudo do tamanho das unidades habitacionais e do número de quartos. Em alguns desses edifícios, por exemplo, procurou-se uma nítida redução da área da unidade residencial, sobretudo nas zonas de serviço, supondo usuários de classe média, que prescindissem de serviços domésticos; noutros foi adotado o conceito de *studio*, batizado de kitchenette, ou o sala e quarto, tendo sido construídos tanto em áreas centrais da cidade, como nas zonas praieiras.

Os exemplares mais notáveis na paisagem recifense da versão “balneária” desse tipo de edificação, em voga nos anos 1950, foram o edifício Califórnia, projeto de 1953 do consagrado arquiteto Acácio Gil Borsoi, e o edifício Holiday, projeto de 1957 de Joaquim Rodrigues, ambos construídos em Boa Viagem, hoje uma das zonas mais nobres da cidade. Na década de 1950, no entanto, Boa Viagem era um bairro ainda em formação, ocupado, basicamente,

por residências de veraneio e não oferecendo quase nenhum serviço. Assim, acreditava-se, as unidades poderiam servir como residência de fim semana ou de férias, ou ainda de moradia para jovens casais ou solteiros, o que justificaria a adoção de um padrão de apartamentos caracterizados pela exiguidade de área, ausência das tradicionais áreas de serviço, sendo o apartamento de fácil manutenção. Anunciando um novo modo de vida, mais moderno finalmente, os projetos foram muitas vezes realizados por arquitetos já conhecidos projetos destinados às classes alta.

3.1.2 O Edifício Califórnia – a *garçonnière* de frente para o mar

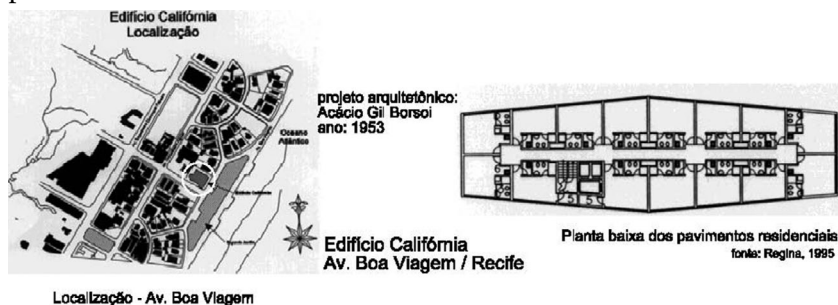
O edifício Califórnia tem 19 pavimentos, dos quais dois destinam-se ao uso comercial, com dezesseis lojas, e um deles é vazio. É servido por três elevadores, sendo dois sociais. Um teatro de seiscentos lugares previsto no projeto nunca chegou a ser terminado, sendo, até hoje, um espaço morto fechado, por vezes servindo de depósito. O projeto inicial previa setenta apartamentos que variavam de cinquenta a cento e vinte metros quadrados, com um, dois ou três quartos. O fracasso comercial dessa proposta – apenas uma unidade foi vendida – motivou a formulação de um novo projeto, transformando todos os apartamentos em *kitchenette*. Os 225 apartamentos resultantes foram rapidamente vendidos.⁴⁶

O sucesso dessa segunda proposta parece sintomático: se por um lado há sinais de que a tese do apartamento mínimo como moradia da família não encontra acolhida no contexto da cidade do Recife da década de 1950, a venda imediata de todas as unidades de *kitchenette* atende a um outro tipo de demanda e de necessidade – esta clandestina, fora dos limites da cultura familiar – a *garçonnière*, precursora dos motéis, que apenas aparecem na cidade duas décadas depois. Estaria aí uma das traduções dos paradigmas modernos para o contexto local, esta distante do motor social que movia tais proposições?

46 REGINA, Maria Emília R. *Califórnia dreamin': proposta de reutilização do Edifício Califórnia*. Trabalho de Graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

Além do programa novo, o edifício se destaca pelo lado técnico, e nesse sentido, ele é exemplar: na época de sua construção, não havia legislação regulamentando padrões de ocupação do terreno; o arquiteto, conhecedor e crítico do padrão “Copacabana”, quis evitar que aqui se reproduzisse a muralha carioca e usou o Califórnia para exemplificar como esse efeito poderia ser evitado, através dos recuos da lâmina do edifício com relação a todos os limites do terreno, garantindo, dessa forma, livre circulação da ventilação. A solução adotada serviu de base para uma primeira legislação urbanística, normalizando a questão.

Com apartamentos exíguos, o Califórnia abriga uma população cuja composição social é peculiar, composta em sua maioria por locatários: são casais sem filhos e solteiros.



3.1.3 O Edifício Holiday – a torre das meninas alegres

O condomínio Holiday é um conjunto de três blocos, sendo dois térreos e uma torre principal com dezoito andares. Nesta, o térreo e o primeiro pavimento foram destinados à administração e uso comercial, enquanto os demais pavimentos abrigam quatrocentos e doze apartamentos de três tipos: a kitchenette, o apartamento de um quarto e o de dois quartos. Dois blocos térreos, na frente e atrás da torre principal, foram previstos para abrigar, o primeiro, um salão de festas e jogos, e o segundo, lojas. Hoje esses blocos estão ocupados, um por uma oficina de automóveis e o outro por pequenos serviços como chaveiro, sapateiro e distribuidora de bebidas.

Desde o início de sua ocupação, o edifício Holiday foi marcado por uma série de ocorrências, tais como homicídios, assaltos,

suicídios, arrombamentos, além de práticas marginais como prostituição e consumo de drogas. Esses fatos estigmatizaram o edifício, conhecido hoje como local de encontro daqueles que fazem do “turismo sexual” um meio de vida, frequentado por levadas de turistas estrangeiros. No entanto, a composição social de seus atuais ocupantes é bastante heterogênea. Segundo estudo recente, das quatrocentas e doze unidades do edifício Holiday, trezentas encontram-se ocupadas, tanto por pacatas famílias como por indivíduos com ocupações duvidosas, predominando, ao todo, uma maioria significativa de locatários.⁴⁷

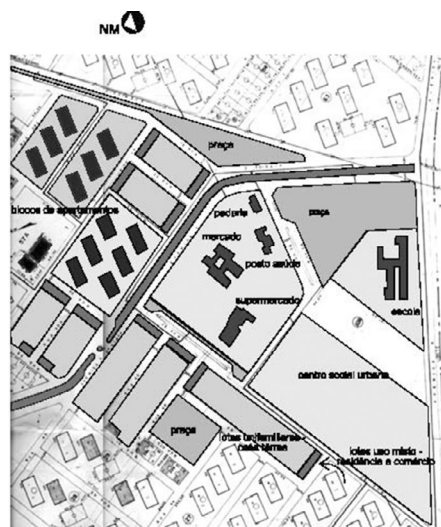
3.2 O padrão popular BNH

No final da década de 1970 e, sobretudo, na década seguinte, o Banco Nacional de Habitação financia os inúmeros conjuntos das doze COHABs, que se estruturaram junto com esse banco. Esses conjuntos saem das pranchetas de organismos governamentais, cujas equipes técnicas eram compostas por profissionais nem sempre muito experientes. Nesses conjuntos poder-se-ia dizer que, embora tardiamente, fincam-se em definitivo os conceitos da modernidade: blocos ou unidades de vizinhança, dispostas em grandes áreas, livres do loteamento tradicional, a exemplo do que haviam sido os Siedlungen ou Pessac.

No Recife, os primeiros conjuntos, ainda em finais da década de 1970, eram formados apenas de unidades unifamiliares – habitações isoladas com número de quartos variando de 1 a 4. Na década seguinte, adota-se como padrão tanto a casa isolada quanto os blocos de apartamentos, frequentemente a junção das duas formas. Um exemplo dessa versão é o Conjunto Habitacional COHAB-Rio Doce, localizado no município de Olinda, vizinho ao Recife, um dos primeiros da Região Metropolitana.

47 MORAES, Demóstenes Andrade de. *Desvendando espacializações cotidianas: estudo sobre práticas relacionadas ao ato de morar em grandes edifícios de apartamentos mínimos – Condomínio Holiday e Edifício Walfrido Antunes (Recife – PE)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao MDU – Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional da Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

Projetado em 5 etapas, ao longo da década de 1970, é exemplar de um processo de adoção dos vários conceitos arquitetônico da modernidade aplicados ao projeto de habitação social. Com cerca de 9.000 unidades habitacionais, ele ocupa uma área total de aproximadamente 320 hectares. Na primeira etapa, no início da década de 1970, construíram-se unidades habitacionais unifamiliares de 1, 2, 3 e 4 quartos, todas isoladas umas das outras. Na segunda etapa, foram construídas unidades unifamiliares de dois e três quartos, também isoladas. Na terceira etapa, surgiram as unidades unifamiliares geminadas de dois e três quartos e foi introduzido o padrão misto de comércio e residência. Na quarta etapa, a maior delas, associado às unidades unifamiliares, o uso de edifícios em altura é adotado em conjuntos populares pela primeira vez no Estado: são blocos de 4 pavimentos sobre pilotis, com apartamentos de dois e três quartos, arranjados em quadras livres, sem divisão de lotes. As unidades unifamiliares são de dois tipos, todos com dois quartos: unidades geminadas, ocupando o meio das quadras, e mistas, para uso residencial e comercial, ocupando as cabeças de quadra. Na quinta etapa, todas as unidades que vão de um a três quartos, são unifamiliares e geminadas.



Parque residencial Rio Doce IV
Partido urbanístico - fragmento

3.3 O estado atual – decadência e renovação

3.3.1 A decadência das megaestruturas praieiras

Nos conjuntos praieiros, o Califórnia e o Holiday, o processo de degradação é facilmente observável. Vidros quebrados nas esquadrias das fachadas e pintura estragada são apenas os traços mais conspícuos desse processo, comum aos dois edifícios. A esses problemas, somam-se a ausência de um serviço mínimo de limpeza de áreas comuns e recolhimento de lixo, falta de manutenção de elevadores, além de rachaduras e infiltrações que se multiplicam por todo o edifício. Os mesmos sinais de degradação são encontrados em outros edifícios do mesmo tipo na cidade, estes localizados em bairros mais centrais. Em todos, a inadimplência no pagamento das taxas condominiais, que chega em alguns casos a 60%,⁴⁸ é apontada como o principal fator explicativo para o estado patológico dessas edificações.

3.3.2 As melhorias e expansão dos conjuntos periféricos

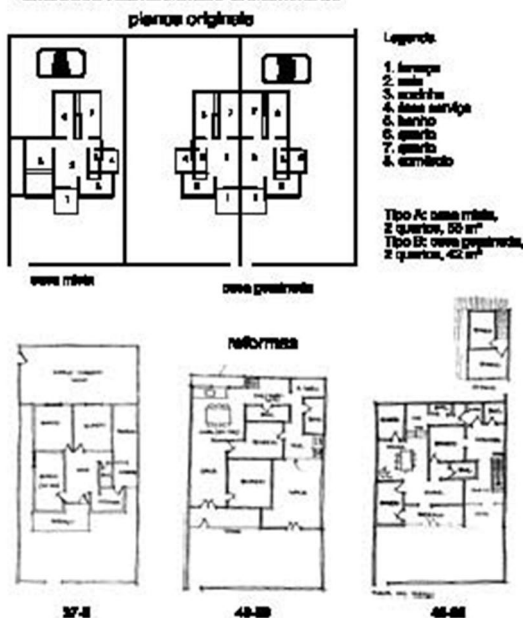
Diferentemente dos “primos” megaestruturais, o Conjunto Habitacional COHAB-Rio Doce passa hoje por um processo de valorização e perda de estigma, paulatinamente deixando para trás a classificação de conjunto e sendo identificado como bairro: “moro em Rio Doce”. Dentre os conjuntos da Região Metropolitana do Recife, é considerado uma exceção atribuída à sua infraestrutura urbana e de serviços e à sua localização próxima à praia de Rio Doce, o que justifica os altos preços dos imóveis tanto para aluguel, quanto para aquisição.⁴⁹

No conjunto é possível observar o surgimento de uma rede de comércio e de serviços não prevista no projeto e organizada à margem do dito “mercado formal”. São pequenos negócios e pontos comerciais, que tanto ocupam o espaço privado das unidades habitacionais, quanto o espaço público.

48 *Jornal do Commercio* – PE, terça-feira, 10 de março, 1998, Caderno Cidades, p. 1.

49 _____, domingo, 6 de agosto, 1995, Caderno Cidades, p. 4.

**Conjunto COHAB - Rio Doce, etapa 4:
unidades habitacionais unifamiliares**



Com relação às unidades habitacionais, várias modificações podem ser apontadas, via de regra, indicando melhoria na estrutura das mesmas, sobretudo aquelas unifamiliares. A primeira delas é a ocorrência de certo grau de verticalização, assim como transformações formais de um baixo padrão de construção para um padrão de classe média – mudança de revestimento de pisos e de paredes, substituição de esquadrias, colocação de grades fechando terraços e áreas de serviço, modificação de muros e portões.

Outras modificações interferem no leiaute das unidades. Elas incluem desde as transformações de uso, ao aumento da área construída e do número de cômodos das unidades, passando por modificações como a inversão da posição de determinados ambientes, como a cozinha, no projeto original localizada na frente da casa – “que absurdo, onde já se viu cozinha na frente?” – e que passa a se localizar nos fundos. É interessante observar a natureza dos novos rótulos para os ambientes acrescidos, ou que tiveram sua função original modificada: surgem bibliotecas, salas de TV, sala de visita independente da sala de refeição, copa separada de cozinha, e, em

grande número, banheiro anexo ao quarto de casal, formando uma suíte. A ocorrência de tais rótulos aponta para hábitos de morar bem distantes da versão simplificada de cotidiano tomada como pressuposto de projeto.⁵⁰

As modificações do tipo descrito acima não são exclusivas das unidades unifamiliares térreas, isoladas em um lote. Elas ocorrem da mesma forma nos edifícios de apartamentos. Ainda que pareça impossível pensar em ampliação da área de um apartamento, dada sua natureza estrutural “fechada”, elas ocorrem, com frequência cada vez maior, na maioria dos conjuntos da COHAB da Região Metropolitana do Recife. Os apartamentos se projetam para fora da lâmina original, e isso independe do pavimento onde estejam localizados, adquirem entradas privativas etc. – quando no térreo, ganham muros, garagem, jardins, como se isolados fossem.

4 Viva a Vila?

A observação da evolução das duas realizações parece comprovar as teses espontaneístas, realistas, conduzindo-nos a fazer apologia da vila. Aliás, essa é também a lição que poderíamos extrair de um dos mais importantes protagonistas do filme *Central do Brasil*⁵¹: a arquitetura. Com efeito, nesse filme, tal como no caso estudado, enquanto a megaestrutura de Reidy, símbolo sagrado da modernidade brasileira engajada em um projeto social, aparece como local do crime, da degradação, da violência; a vila periférica é o local do retorno à origem, da solidariedade, onde a criança perdida reencontra um lar, com possibilidade de construir um futuro. O final de nosso texto deveria ser então um simples Viva à Vila?!

A realidade não nos parece, no entanto, tão óbvia. É certo que as observações apontam para o que se poderia chamar de um processo de enobrecimento do conjunto habitacional da COHAB, tipo vila, em contraste com o que se observa nos edifícios multifamiliares

50 Ver TRIGUEIRO, Edja *et al.* *Reconciliação com o espaço real: transformações morfológicas em conjuntos habitacionais*. Artigo preparado para o VI Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – ENTAC 95.

51 Walter Salles, 1997.

do centro da cidade, ou nas antigas *kitchenettes*, como os aqui analisados, bolsões de estigma em meio a uma área nobre residencial de classe média. Também é certo que nos conjuntos da COHAB, o processo de enobrecimento é mais intensamente visível nas unidades unifamiliares. Nos pequenos edifícios multifamiliares, um certo grau de deterioração é visível, embora a utilização das áreas livres sob pilotis e entorno dos prédios como garagem, apontem para melhoria da condição dos moradores, o que não se reflete nas condições físicas da edificação.

No entanto, associados à questão da tipologia do projeto arquitetônico em si, vários outros fatores devem ser levados em conta nas razões do sucesso ou fracasso das realizações estudadas. A seguir, levantamos alguns:

a) a localização

As melhorias observadas em conjuntos como o Rio Doce, por exemplo, não são regra geral, mas um fenômeno observável naqueles conjuntos cuja localização é compatível com padrões de fácil acessibilidade em relação aos demais espaços da cidade, além de estarem articulados com sistemas de transporte coletivo mais estruturados. Ao caso de Rio Doce soma-se, por exemplo, o da Vila do IPSEP, onde os moradores vêm demonstrando um alto nível de satisfação. Outro aspecto da localização relevante é a proximidade com áreas valorizadas – para o primeiro, a praia é fator de valorização, no caso do IPSEP, a proximidade com Boa Viagem, bairro dos mais nobres da cidade. Nesse caso, ambos os fatores acarretam uma valorização dos imóveis, atraindo uma população de maior nível de renda – a classe média vai ao conjunto habitacional.

No entanto, a boa localização nem garante a melhoria, nem impede a degradação. O Edifício Holiday localiza-se a uma distância de uma quadra da praia de Boa Viagem, trecho mais nobre da cidade, e o Califórnia, na orla, apresentando, portanto, fatores de localização mais que positivos, usufruindo de uma estrutura urbana das mais desenvolvidas da cidade. Ainda assim, os edifícios em Boa Viagem tornaram-se uma ilha insalubre cercada de prosperidade.

b) padrão espacial x padrão tecnológico

A redução espacial modernista não foi acompanhada no caso brasileiro, e menos ainda no contexto nordestino, da tecnologia doméstica que lhe era originalmente inerente. Assim, os eletrodomésticos modernos, que facilitam a vida cotidiana das famílias, ou não são oferecidos pelo mercado, ou estão fora de seu alcance – modernas e compactas máquinas de lavar e secar, fogões e geladeiras, não são equipamentos populares. Os efeitos visuais dessa contradição são mais visíveis nos edifícios verticais que nos conjuntos com residências unifamiliares, onde a espacialidade dá margem a arranjos tipo quintais tradicionais, ou extensão de copa/cozinha. As áreas de serviço dos edifícios em altura não comportam, por exemplo, a roupa manualmente lavada que passa a ser estendida, com frequência, nas fachadas nobres, muitas vezes gerando tensões entre vizinhos. Fogões e geladeiras são grandes ou velhos e nem sempre compatíveis com os espaços pensados para pequenos eletrodomésticos

Mais graves, no entanto, são os resultados derivados da adoção de tecnologia como o elevador, que implicam em altos custos de manutenção coletiva, talvez o fator essencial na conservação desses edifícios.

c) custos de manutenção

Custos de manutenção das áreas comuns, condominiais, são fatores impeditivos para a manutenção das edificações em altura, o que pode ser verificado tanto na comparação dos dois edifícios de Boa Viagem com o conjunto de Rio Doce, como internamente nesse último, quando comparado o estado das unidades mais horizontais, com os edifícios de quatro pavimentos. A manutenção de uma estrutura vertical implica em altos custos e numa gerência eficaz. Qualquer inadimplência, ainda que momentânea, pode comprometer a manutenção do conjunto do edifício. Mesmo em estruturas menos complexas, como os edifícios da quarta etapa de Rio Doce, ou mesmo no IPSEP, esses custos representam um encargo dificilmente suportado pelos moradores – os sinais de degradação nos edifícios de apartamentos são visíveis em relação às condições físicas das

unidades unifamiliares. Quanto menor a altura, maior o número de tarefas de manutenção que podem ser assumidas pelos usuários, e a sua realização pode ser feita em etapas, permitindo desembolsos para as melhorias em um cronograma mais maleável e mais ajustável às diferentes capacidades de endividamento dos usuários.

d) usuário, mobilidade social e acesso à propriedade

No Holiday e no Califórnia pode ser observada uma alta taxa de rotatividade dos moradores, e os atuais usuários, em sua maioria locatários, têm sua renda extraída da oferta de pequenos serviços domésticos ou de práticas ilegais. No conjunto Rio Doce há um grande número de proprietários. Sua renda vem tanto da oferta de pequenos serviços como do mercado de trabalho formal, em ocupações que vão de professores universitários, pequenos comerciantes, a técnicos especializados, e demais setores profissionais. A constatação de que o acesso à propriedade e a mobilidade social ascendente concorrem para uma melhor conservação, parece impor uma conclusão óbvia: quanto maior a renda, melhor a manutenção.

5 Projeto arquitetônico e processo social

Na verdade, o que podemos assinalar é que, sem dúvida, a evolução diferenciada dos casos observados está correlacionada aos processos sociais mais amplos, independentemente, em grande parte da qualidade do projeto arquitetônico. O reconhecimento desses fatores exógenos, entretanto, longe de retirar a possibilidade de indicar os descaminhos do padrão espacial da modernidade, quando aplicados no caso brasileiro, oferecem mais elementos para a análise.

A chamada modernidade contraditória resultou em um padrão espacial incompatível com o poder aquisitivo e com os estilos de vida local, o que é mais flagrante, quando se observa o caso dos setores menos favorecidos.⁵² Com efeito, a mobilidade social ocorrida

52 MARQUES, Sonia. *Les professions de l'urbanisme au Brésil*. Tese de doutorado apresentada a École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1995.

no Brasil é bem distinta daquela dos países centrais, onde a habitação social foi pensada para o operariado ou assalariado em geral. No caso brasileiro, no qual o setor informal consolidou-se e forneceu às famílias, muitas vezes, uma renda superior àquela oriunda do emprego formal, o problema da moradia e do acesso à propriedade teria que assumir um contorno diverso. Sem conseguir combinar a redução da área doméstica com a introdução de equipamentos de uso privado e coletivo, sem o acompanhamento da industrialização crescente e sem a consequente oferta de produtos acessíveis aos setores menos favorecidos, nosso padrão ficou na metade do caminho, daí talvez a expressão “abastardada” utilizada por Comas.

Nessa mesma linha de raciocínio, a ascensão social observada nos conjuntos da COHAB, sugere a ocorrência tanto de uma mobilidade social ascendente endógena quanto de um certo processo de gentrificação, ou ainda de ambos os fatores, o que só uma investigação específica poderia esclarecer.

A hipótese de gentrificação mereceria ainda um comentário. Processos de gentrificação têm sido identificados nas grandes cidades dos países desenvolvidos como sendo o assentamento residencial de classe média em bairros centrais anteriormente ocupados pela classe trabalhadora e comunidades marginais. O processo é, segundo a literatura, frequentemente baseado numa cultura não familiar do cotidiano, apontando para a tendência, nessas cidades, de uma forma urbana orientada para a proliferação de residências de uma ou duas pessoas – solteiros, casais sem filhos, jovens profissionais urbanos bem-sucedidos. Naturalmente, tais características não se aplicam à realidade brasileira em geral e mais particularmente ao caso recifense em estudo, uma vez que não se trata de uma área central e que a classe média moradora, longe de demonstrar uma cultura não familiar do cotidiano parece, ao contrário, haver escolhido a localização por ela permitir um cotidiano baseado em relações de solidariedade familiar tradicional.⁵³

53 Sobre o tema da gentrificação, ver Caulfield, 1994; Sarfatti-Larsons, 1989; Smith; Williams, 1986, entre outros.

6 Conclusão

Fatores extraprojetuais como os acima observados não implicam, contudo, em considerar o projeto, seja de vertente modernista ortodoxa ou não, como epifenômeno. O problema é que também pode ser-lhe atribuído um caráter transcendente, como fazem modernistas e pós-modernistas ao partilharem um pressuposto comum, creditando-lhe o poder de instrumento por excelência na definição da qualidade de vida, ora pelo seu papel didático – ensina como viver melhor – ora pelo seu papel como saneador de patologias – ordena a desordem.

O pressuposto comum abriga diferenças em relação a duas questões: os critérios e a instância de avaliação da qualidade arquitetônica. Em resumo, o poder do arquiteto versus o poder do usuário. Elitistas talvez, os modernistas julgavam saber o que era ideal. Os contemporâneos afirmam aprender com o povo, com a história e parecem eleger a satisfação do usuário como principal critério de julgamento de valor da obra arquitetônica.

O critério de avaliação com base na expressão do usuário parece-nos bastante discutível, uma vez que ele induz a um extremo funcionalismo às avessas, ou seja, se o usuário acha que é bom, se ele está satisfeito, logo o projeto é bom. No entanto, por rigorosa que seja a enquete, dificilmente pode-se saber se o grau de satisfação decorre exatamente de aspectos espaciais e em que medida esses aspectos espaciais são decorrência do projeto. Mais ainda, para que ficasse evidente que o grau de satisfação do usuário resultante de aspectos espaciais derivados do projeto, devesse conferir a esse projeto o prêmio de qualidade, seria ainda necessário comparar com a vivência do mesmo usuário em outro espaço, baseado em outro projeto, mantendo-se todas as demais variáveis semelhantes, experimento que até agora se mostrou impossível.

As revisões críticas dos propósitos modernistas, do pós-Segunda Guerra Mundial aos nossos dias, têm sido muito frutíferas. Em particular, elas têm levado a uma maior preocupação com questões tipológicas, bem como ao desenvolvimento de métodos

de avaliação e de análise do desempenho espacial, com certeza de grande utilidade para a prática do projeto arquitetônico.

Como o projeto, no entanto, o método utilizado, por rigoroso que seja, tampouco é transcendente. Trata-se, portanto, de compreender os limites das variáveis consideradas e das possibilidades de controle destas em arquitetura. O entendimento dos limites da capacidade explanatória de análises centradas, seja no projeto, seja na atitude do usuário, nos levaria a uma posição mais cautelosa em relação a conclusões fáceis que levam à apologias de determinadas tipologias *per se*, como no caso, a vila. Esse nos parece ser, por exemplo, o caso de fórmulas extremamente digeríveis pela mídia como “implosão de Pruitt-Igoe = fim do modernismo”.

A questão nos evoca o dilema entre a metafísica de Parmênides e a dialética de Heráclito. O primeiro sustenta que a mudança é um fenômeno de superfície, e que a essência profunda do ser é imutável. O segundo nega a existência de estabilidade no ser, e expressa no seu mais famoso fragmento que o homem não se banha duas vezes no mesmo rio porque da segunda vez não será o mesmo homem e nem se estará banhando no mesmo rio, pois ambos terão mudado. Em outras palavras, entre a crença na estabilidade da atitude do usuário e uma realidade mutatória.

Referências

- ALEXANDER, C. *Notes on the synthesis of form*. New York: McGrawHill, 1964.
- ARANTES, O. B. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: EDUSP/Nobel, 1993.
- ARANTES, O. B. & ARANTES, P. E. *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas: arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas*. São Paulo: Brasilense, 1992.
- BENEVOLO, L. *O último capítulo da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- BOHIGAS, Oriol. *Contra una arquitectura adjetivada*. Barcelona: Editorial Seix y Barral, 1969.
- BORSOI, Acácio Gil. *Taipa: prefabrication*. Recife: Recife Gráfica, [s.d].

CAULFIELD, Jon. *City form and everyday life: Toronto's gentrification and critical social practice*. Toronto: University of Toronto Press, 1994.

CAVALCANTI, Lauro. *Casas para o povo: arquitetura moderna e habitações econômicas*. Dissertação de mestrado apresentada ao Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1987.

COHEN, Jean-Louis. Modernité et modernisation. Depoimento concedido por ocasião da exposição Les années trente: l'architecture et les artes de l'espace entre l'industrie et la nostalgie. In.: *L'Architecture d'Aujourd'hui*, 309, février 1997, p. 8-9.

COMAS, Carlos Eduardo. O espaço da arbitrariedade: considerações sobre o conjunto habitacional BNH e o projeto da cidade brasileira. In.: *Projeto*, 91, setembro 1986, p. 127-130.

CULLEN, Gordon. *Townscape*. London: Architectural Press, 1961.

ELLIS, Charlotte. Function follows form: housing and home in France. In.: *Architectural Review*, 1078, dec. 1986, p. 63.

GIVONI, Baruch. *Man, climate and architecture*. London: Applied Science, 1969.

GREGOTTI, V. *Território da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1975.

HABERMAS, J. *Arquitetura moderna e pós-moderna (1981)*. Conferência publicada em Arantes & Arantes, 1992.

HABERMAS, J. *Modernidade – um projeto inacabado (1980)*. Conferência publicada em Arantes & Arantes, 1992.

HILLIER, B. & HANSON, J. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, B. *Space is the machine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HOLANDA, Frederico. *Exceptional space*. Tese de PhD apresentada ao University College London, 1997.

JACOBS, Jane. *The death and life of great american cities*. New York: The Modern Library, 1993/1961.

JENCKS, Charles. *The language of post-modern architecture*. London: Academic Editions, 1984.

KOENIGSBERGER, O. et al. *Manual of tropical housing and building*. London: Longman, 1974.

KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

LYNCH, Kevin. *The image of the city*. Cambridge/Massachusetts: The MIT Press, 1960.

MARQUES, Sonia. *Arquitetura Brasileira: uma pós-modernidade mais do que contraditória*. In.: Anais da XX Reunião da ANPOCS, Caxambu, 1996.

MARQUES, Sonia. *Les professions de l'urbanisme au Brésil*. Tese de doutorado apresentada a École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1995.

MEDEIROS, Ana Elizabeth. *Morar bem, bonito e barato: uma comparação da arquitetura residencial popular na França e no Brasil 1920-1980*. Trabalho de Graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

MORAES, Demóstenes Andrade de. *Desvendando espacializações cotidianas: estudo sobre práticas relacionadas ao ato de morar em grandes edifícios de apartamentos mínimos – Condomínio Holiday e Edifício Walfrido Antunes (Recife – PE)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

OLGYAY, Victor. *Clima y arquitectura en Colombia*. Cali: Universidad del Valle, 1968.

OLGYAY, Victor. *Design with climate: bioclimatic approach to architectural regionalism*. New Jersey: Princeton University Press, 1962.

RAPOPORT, Amos. *House, form and culture*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1969.

REGINA, Maria Emília R. *Califórnia dreamin: proposta de reutilização do Edifício Califórnia*. Trabalho de Graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

ROSSI, Aldo. *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981/1966.

SARFATTI-LARSONS, M. *Behind the post-modern facades*. Berkeley/CA: Berkeley University Press, 1989.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

SMITH, N. & WILLIAMS, P. *Gentrification of the city*. Boston: Allen and Unwin, 1986.

SPACE SYNTAX LABORATORY. Portfolio of recent projects, [s.d.], mimeo.

SPACE SYNTAX LABORATORY. Homepage em <http://www.spacesyntax.com>

TRIGUEIRO, Edja *et al.* *Reconciliação com o espaço real: transformações morfológicas em conjuntos habitacionais*. Artigo preparado para o VI Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – ENTAC 95.

TZONIS, Alexander; LEFAIVRE, Liane & DIAMOND, Richard. *Architecture in North America since 1960*. London: Thames & Hudson, 1995.

VENTURI, Robert. *Complexidade e contradição em arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1995/1966.

WILSON, Colin St. John. The play and the use of play. In: *Architectural Review*, 1073, july 1986.

ZEVI, Bruno. *História da arquitetura moderna*. Lisboa: Arcádia, 1970.

Forma, tradição e mudança: a habitação como expressão sociocultural

Rubenilson Brazão Teixeira

Considerações iniciais

A casa é mais do que um espaço físico destinado à moradia. Ela é, também, uma manifestação social e cultural, refletindo, talvez melhor do que qualquer outro artefato humano, os valores culturais de uma determinada sociedade ou extrato social.

Rapoport colocou a questão nos seguintes termos:

A casa é uma instituição, não somente uma estrutura, criada para um conjunto complexo de propósitos. Como construir uma casa é um fenômeno cultural, a sua forma e organização são grandemente influenciadas pelo meio cultural ao qual pertence [...] a casa é um fato *humano*, e mesmo dentro das mais severas limitações físicas e tecnológicas o homem tem construído em formas tão diversas que elas só podem ser atribuídas à escolha, que envolve valores culturais [...] forças socioculturais se tornam, portanto, de importância primordial no relacionamento do modo de vida humano ao meio ambiente”.¹

O ato de construir e de morar em um abrigo é, portanto, um ato cultural. Assim como a comida, a vestimenta e os costumes, a casa também faz parte do universo cultural de uma determinada comunidade. O presente capítulo tem por objetivo tratar dessa temática. Em termos mais específicos, objetiva demonstrar resultados parciais

1 RAPOPORT, Amos. *House Form and Culture*. Foundations of Cultural Geography Series. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, Inc., 1969. p. 46 e 48.

de nossa pesquisa de mestrado,² que analisou as transformações formais ocorridas em um tipo tradicional ou vernáculo³ de habitação popular, por isso mesmo encontrada mais comumente em áreas rurais, mas que sofre influências que podem ser atribuídas, em maior ou menor grau, ao meio urbano onde ela se insere como parte de um processo que está diretamente associado à migração rural-urbana de seus moradores.

O estudo foi desenvolvido com base em uma pequena comunidade urbana localizada no bairro Lagoa Seca, em Natal, Rio Grande do Norte, formada, à época do estudo (1988-1990), por famílias em boa parte oriundas de áreas rurais, com ou sem passagem prévia por pequenas cidades do interior do estado antes de chegarem à capital. Pretendíamos verificar o processo de transformação das casas urbanas, construídas por esses moradores de origem rural e verificar, nelas, indícios que pudessem ser ou estar associados ao mundo rural ou semirrural de onde vieram, assim como as mudanças ocorridas no meio urbano. A pesquisa original tentava responder três perguntas essenciais: 1) o que permaneceu na habitação urbana informal, construída na cidade por imigrantes de origem rural, em relação a suas habitações de origem? 2) o que mudou? 3) que razões socioculturais podem ser apresentadas para explicar a permanência da tradição, bem como a mudança nessas habitações?

A última das três perguntas deixa transparecer que, na pesquisa original, tentamos estabelecer relações de causa e efeito, mas também de influência recíproca entre o amplo processo de mudança cultural no Brasil e a habitação – tanto rural quanto urbana – dos moradores que migraram para a cidade, considerando as características físico-espaciais ou formais de ambas e sua transformação no

2 A pesquisa, realizada entre 1988 e 1990, foi defendida, portanto, há mais de vinte anos. Intitulada *Tradition and change in the domestic environment of the unplanned urban settlements: a case study in Natal – Northeast Brazil*, ela foi desenvolvida na School of Architecture, McGill University, Montreal, Canadá, e orientada pelo professor Vikram Bhatt. Ainda inédita, pois nunca foi objeto de publicação parcial ou total, os seus resultados, parte dos quais aqui apresentados, continuam válidos sob muitos aspectos.

3 Ver definição adiante.

tempo. Os objetivos do presente capítulo são, contudo, mais modestos. Nele, deixamos de lado questões teórico-conceituais e analíticas relativas ao amplo processo social de mudança cultural em si, bem como a descrição detalhada da comunidade estudada, fruto de um amplo levantamento de dados, entre outros aspectos que foram analisados. Ainda que necessários a uma compreensão mais adequada das modificações verificadas nas habitações, eles não figuram, ao contrário da pesquisa do mestrado, no escopo deste capítulo, por uma questão de limitação do seu conteúdo. Adotamos, assim, um enfoque mais limitado, que segue, na verdade, um caminho inverso, do sintoma para a interpretação de suas causas. Em outras palavras, queremos tão-somente verificar ou apreender, *a partir das manifestações físicas e formais* da transformação de um conjunto de habitações estudadas, consideradas em um período histórico e uma realidade urbana específica, indícios que podem ser interpretados ou atribuídos a um processo de mudança cultural, o qual esteve intimamente relacionado, segundo vários estudos, ao processo de migração de grandes contingentes populacionais do campo para a cidade no Brasil.

Contudo, é possível perceber, ao longo da leitura, alguns pressupostos teórico-conceituais e metodológicos sobre itens como a migração rural-urbana, teorias e processos de modernização social e urbana que guiaram a análise, mesmo que não estejam explicitados. Por exemplo, partimos do pressuposto de que existem diferenças socioculturais suficientemente distintas entre o mundo rural ou semirrural de pequenas comunidades urbanas do interior e as médias e grandes cidades. Embora a influência do urbano ou de valores e modos de vida normalmente relacionados ao urbano tenham cada vez mais atingido ou alcançado as áreas rurais mais remotas, atenuando essas diferenças, elas persistem, e se continuam válidas hoje, o eram ainda mais ainda no momento da pesquisa, desenvolvida há mais de vinte anos. A capacidade de resistência e permanência de valores tidos como tradicionais é maior, muitas vezes, do que se imagina. Apesar disso, este trabalho não apresenta qualquer esforço de atualização do estudo. Não voltamos à comunidade estudada, que será apresentada no devido momento, para verificarmos a continuidade do processo analisado. Portanto, o leitor deve ter em mente

que os dados e conclusões aqui apresentados são os de mais de duas décadas atrás. Temos plena convicção, e esperamos demonstrá-la ao longo deste trabalho, que as conclusões a que chegamos continuam válidas hoje, como o eram à época do estudo.

Para a realização do estudo, de natureza comparativa entre a casa rural e a casa urbana, foi necessário considerar, obviamente, tanto as casas de origem rural de onde muitos vieram ou, pelo menos, conheciam bem, e a casa urbana onde eles moravam. Na impossibilidade de estudar as casas de origem desses moradores de forma direta por uma série de razões,⁴ foi necessário partir de pressupostos como o padrão socioeconômico dos moradores, sua profissão, assim como algumas descrições dos chefes de família que realizaram a migração sobre suas casas de origem, para chegarmos à conclusão do tipo de casa tradicional em que eles moravam anteriormente. Tendo como base uma série de categorias analíticas – tipo, quantidade e disposição dos ambientes, volumetria das habitações, fachadas, componentes como esquadrias, técnicas e materiais construtivos, e mesmo a mobília, foi possível estabelecer elos de comparação entre os dois tipos de habitação – a rural, tida como a original ou de condições de partida – e a urbana, construída e transformada pelos próprios moradores, que denominamos aqui de as condições de chegada. Ainda que, na pesquisa, tentamos abordar questões mais amplas, como as questões teórico-conceituais acima mencionadas (migração rural-urbana, mudança cultural, urbanização e modernização etc.), essas considerações não cabem, como dissemos, no presente capítulo. Queremos nos prender essencialmente ao estudo comparativo

4 Dispersão pelo interior do estado do Rio Grande do Norte e de outros, das casas dos moradores; tempo disponível para o levantamento dos dados; impossibilidade de identificá-las, ou mesmo devido a sua inexistência, em razão de sua precariedade e porque já fazia décadas que a primeira geração dos membros das famílias estudadas, isto é, os pais, se encontravam em Natal. Além disso, existem fortes motivos para acreditar que o tipo de habitação original obedecia a uma tipologia ou arquétipo relativamente bem definido, mesmo que houvesse variações, de modo que o estudo pormenorizado de cada casa dos moradores migrantes, embora fosse ideal, se tornava em nossa opinião dispensável.

em si, entre as habitações rural e urbana, em sua expressão física, como indício da mudança cultural de seus moradores.

Cabe, finalmente, expor a estrutura do presente capítulo, que se divide em quatro partes principais, além das considerações iniciais. Na primeira, à guisa de introdução, apresentamos rapidamente algumas referências de estudos que discorrem sobre valores rurais e urbanos tais quais expressos na habitação. Partindo das transformações formais, físicas, da habitação como indício da mudança dos valores culturais da população, este item faz rápidas referências a estudos anteriores que mencionam a transformação na habitação como indício de mudança cultural, bem como a determinados valores sociais que estão de certa forma associados ao mundo rural ou ao urbano. Em seguida, descrevemos o Mucambo, tipo de habitação vernácula mais característica das populações de baixa renda, especialmente em áreas rurais, no Brasil e na região Nordeste em particular. Ele serve como as condições de partida do estudo comparativo. Segundo os indícios coletados não somente nas entrevistas e em outras fontes, mas nas próprias habitações urbanas das famílias de migrantes estudadas, o Mucambo era o tipo predominante, talvez único, de habitação em que eles viveram antes de migrarem para a cidade. A terceira parte situa o processo histórico da formação do assentamento estudado no contexto da migração rural-urbana para Natal e apresenta rapidamente a comunidade estudada. Essa parte, no entanto, está voltada principalmente para a descrição da casa urbana onde essa comunidade vivia à época do estudo, ou seja, as condições de chegada. Finalmente, a quarta e última parte, que também serve de conclusão, apresenta resumidamente os resultados do estudo comparativo.

1 À guisa de introdução: valores rurais e urbano expressos na habitação

Este tópico, de caráter introdutório, apresenta alguns exemplos concretos de como os valores normalmente associados ao mundo rural ou ao mundo urbano terminam por afetar o ambiente doméstico de seus moradores. Como é sabido, o meio urbano sempre esteve

historicamente associado à modernidade e à sofisticação, em oposição ao atraso da vida rural, lócus do tradicionalismo e do arcaico. A própria palavra “civilização” tem a mesma origem latina de “civitas”, termo que era utilizado para designar a cidade.⁵

O processo de urbanização está intimamente associado ao processo de modernização. Na realidade urbana do Brasil, os grandes centros metropolitanos, particularmente São Paulo e Rio de Janeiro, funcionam desde há muito como os primeiros receptáculos desse processo. Esses e outros centros urbanos mais importantes reproduzem, em escala nacional, os valores da sociedade ocidental do mundo desenvolvido e os difundem pelo território nacional, principalmente através dos meios de comunicação, atingindo pequenas localidades distantes e cujo desenvolvimento é profundamente diferenciado do desses grandes centros. Esses últimos constituem o que alguns autores denominam de “cidades mundiais” por estarem em sintonia com os países centrais do capitalismo mundial, entre outras características.⁶

As atitudes e visões da sociedade brasileira de um modo geral para com o mundo rural e urbano resultam, em grande parte, dessas considerações iniciais. Em um estudo clássico, Smith expôs a tendência geral da sociedade brasileira sobre o mundo urbano e rural. Para ele, “desenvolveu-se pelo país afora uma atitude na qual tudo que é rural é digno de desprezo, enquanto que o estilo de vida urbano é exaltado.”⁷

Martins estudou esse fenômeno mais detalhadamente.⁸ O autor assevera que o processo de urbanização mais acentuado que o

5 KOSTOF, Spiro. *A History of Architecture: Settings and Rituals*. New York: Oxford University Press, 1985. p. 43.

6 FAISSOL, Speridião *et al.* O Processo de Urbanização Brasileiro: Uma Contribuição à Formulação de uma Política de Desenvolvimento Urbano/Regional. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 49. Abril-junho de 1987. p. 57-116.

7 SMITH, T. Lynn. *Brazil: People and Institutions*. 4. ed. Baton Rouge: Louisiana University Press, 1972. p. 225.

8 MARTINS, José de Souza. São Paulo: Ed. Pioneira, 1973 (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).

Brasil conheceu desde fins do século XIX levou concomitantemente ao desenvolvimento do que ele chama de uma “ideologia urbana,” segundo a qual o meio rural detinha os aspectos negativos da vida social, ao passo que o meio urbano parecia deter todos os aspectos favoráveis ou “positivos” da vida individual e coletiva. Assim, ainda hoje não é difícil encontrar técnicos, intelectuais e políticos que veem o mundo rural como “externo” ou contrário ao meio urbano, lócus da modernidade. O “problema” rural será resolvido assim que esse meio incorporar ou se integrar à economia e ao estilo de vida urbano.

A essência da ideologia urbana – continua o referido autor – pode ser detectada na própria literatura e na sociologia. Ele exemplifica essa convicção citando o famoso personagem “Jeca Tatu” do escritor Monteiro Lobato. Jeca Tatu é um caipira preguiçoso, constantemente doente e que gasta seu tempo bebendo pinga. No entanto, essa distinção, segundo o autor, entre o rural e o urbano não é dicotômica, inclusive do ponto de vista dos valores que lhe são associados. O mundo rural foi e ainda é valorizado por muitos devido à sua pretensa tranquilidade e “pureza” de costumes, em oposição ao que a sociedade rural via como o relaxamento dos valores morais que se seguiram, por exemplo, às primeiras décadas do rápido crescimento urbano de São Paulo. Em que pese essas considerações, a “ideologia urbana,” para usarmos a expressão de Martins, supera de longe os valores positivos associados ao mundo rural, ainda que essa atitude de desprezo tenha sido atenuada, nas últimas décadas, com a valorização, por exemplo, da natureza, em um contexto crescente da necessidade de preservação ambiental, entre outros fatores.

O que nos interessa em particular é verificar como o reforço dos valores e de um estilo de vida mais urbano têm afetado a questão habitacional no Brasil. O próprio Martins fornece um exemplo bastante ilustrativo dos conflitos de valores – rurais e urbanos – em uma casa visitada na periferia de uma cidade durante uma pesquisa:

Durante a visita à casa de um dos trabalhadores [...] perceberam-se alguns elementos da cultura urbana. Vivendo na periferia da cidade, quase nos limites da zona rural, a

casa [...] apresentava algumas características de habitação rural, em especial a cozinha [...] As mulheres se reuniam nesse local, em volta de um forno de taipa. Mas a sala da frente [...] usada como sala de estar e de jantar para visitantes, exibia mobília adquirida nas lojas da cidade [...] Na parede havia fotografias de artistas de cinema. Esses dois mundos estavam separados por uma cortina, um item raramente visto em áreas rurais, numa tentativa de esconder a rusticidade do outro ambiente. Foi possível até perceber conflitos de valores entre esses dois mundos, que também se expressavam no conflito de gerações. Os filhos estimam muito a vida urbana [...] o seu pai, contudo, não compartilha dessa visão [...] quando sua esposa lhe ouviu falar alegremente de seu passado rural, ela veio às pressas para a sala de estar para se opor a suas ideias [...] todos tentavam passar a ideia para o entrevistador, inclusive com acusações de doença mental, de que o chefe da família era incapaz de tomar decisões que diziam respeito aos interesses e desejos da família.⁹

Essa atitude não é nova. Reis Filho, escrevendo sobre a arquitetura residencial urbana brasileira das décadas de 1920 a 1940, fez uma observação semelhante. Nesse período, já marcado pela migração rural-urbana, ele destacou, na arquitetura residencial construída nas cidades, alguns elementos remanescentes do ainda recente passado rural da maior parte da população brasileira. Árvores e quintais, entre outros itens, compunham essas referências ao mundo rural. Ele, então, conclui:

[...] Por isso mesmo, o local adequado para essas coisas comprometidas com o mundo rural, com a intimidade e com os resquícios da escravidão, seria não dos lados, mas nos fundos, onde os olhos críticos das visitas e dos passantes não tivessem a mais leve oportunidade de condenação aos costumes do proprietário.¹⁰

9 *Ibidem.* p. 30-31.

10 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 74.

Harris, que enfatizou a existência de um etos urbano na pequena cidade de Minas Velhas, fez a seguinte observação:

Nos últimos vinte anos uma tradição radicalmente nova que tem quase substituído o ideal colonial da casa bonita se infiltrou em Minas Velhas. O novo estilo inclui elevar a fachada acima do nível do telhado para que este se torne invisível da rua. O falso frontal é chamado platibanda e é profundamente admirado como símbolo de modernidade.¹¹

De fato, a platibanda, introduzida com o neoclássico desde o início do século XIX, pelo menos, passou a se difundir em todo o Brasil e hoje é uma marca registrada da arquitetura residencial, especialmente nos centros históricos das pequenas cidades do interior. No Nordeste, ela é extremamente comum. Outro exemplo de como o prestígio do mundo urbano e de seus valores terminam por se expressarem na habitação nos é fornecido por Shirley. Estudando as mudanças culturais no município paulista de Cunha, o autor apresenta dois exemplos de casas tradicionais, a casa colonial e a tão difundida e popular casa de barro. Segundo ele, o estilo “Americano” está substituindo os dois tipos tradicionais encontrados no referido município:

Nos anos 1940 o estilo “chalé” de construção se tornou popular por algum tempo e cerca de uma dúzia de exemplos ainda existem. O tipo mais popular de casa construído hoje, contudo, é o estilo “Americano” [...] algumas casas nesse estilo são impressionantes, mas são exceção e pertencem, em sua maior parte, a profissionais e homens de negócio afortunados.¹²

Quanto à casa da população de baixa renda, ele afirma que

[...] Uma mudança significativa tem ocorrido dos moradores mais humildes de Cunha [...] o tipo de casa tradicional, barata, em Cunha, encontrada tanto em áreas urbanas

11 HARRIS, Marvin. *Town and Country in Brazil*. New York: Norton, 1971. p. 33-34.

12 SHIRLEY, Robert. *The End of a Tradition: Culture Change and Development in the Município of Cunha, São Paulo*. New York and London: Columbia University Press, 1971. p. 163-164.

quanto rurais, é uma simples cabana, de dois a quatro ambientes, cuja área não supera, em geral, os 12 metros quadrados. As paredes são feitas completamente de pau a pique. Às vezes, a casa é caiada, mas, mais frequentemente, não o é. O chão é de terra batida e a cobertura é em geral feita de sapé, ainda que ocasionalmente possa ser de telha. Os paus para a estrutura podem ser obtidos nos matos das redondezas. O sapé cresce em muitos vales em Cunha, o barro está sempre disponível [...] essas casas já não estão sendo mais construídas em Cunha. É, na verdade, ilegal construir casas de pau a pique no centro da cidade e elas não são mais erigidas nem mesmo na zona suburbana [...] a casa barata típica que está se construindo em Cunha na atualidade tem, pelo menos, paredes de tijolos e cobertura de telha. Ela é, além disso, normalmente em estilo “Americano”.¹³

Shirley acredita que essas mudanças são provavelmente resultado das mudanças nas condições econômicas e de mão de obra em Cunha. O aspecto físico geral da cidade também está mudando. A perseguição à casa tradicional, de barro, palha e outros materiais, como no exemplo citado por Shirley, foi e ainda é uma realidade em todo o Brasil. Também no Rio Grande do Norte, as posturas municipais de várias cidades, desde o século XIX, atacavam implacavelmente a existência dessas habitações, justamente num momento em que o processo de modernização urbana fornece os primeiros sinais.¹⁴

O louvor ao tipo “moderno,” “urbano,” “americano” ou ocidental de casa – termos que estão intimamente relacionados, quase sinônimos na forma como aparecem nos estudos de caso citados – também afetam a avaliação do tipo de habitação tradicional, normalmente relacionada ao mundo rural. Este tipo é frequentemente tido como objeto de desprezo pela maior parte da população. Phelps, um inglês que viajou pelo Brasil em 1970, fornece um exemplo dessa

13 *Ibidem.* p. 164-165.

14 TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *De la ville de Dieu à la ville des Hommes: La sécularisation de l'espace urbain dans le Rio Grande do Norte*. Thèse de doctorat. Paris, EHESS, 2002.

atitude. O leitor deve observar a maneira e as expressões que ele utiliza para descrever uma dessas casas rurais:

[...] à distância as paredes de terra podem parecer limpas e compactas [...] de perto, pareciam que haviam sido feitas por crianças brincando no lixo: um odor fétido e irritante e as moscas e vespas zoando ao redor reforçavam essa impressão. Elas tinham pequenos orifícios, alguns deles produzidos por bolhas de ar durante a mistura do barro, outros por insetos, dentro os quais o que causa a doença de Chagas [...] pedaços de palha, usada como elemento de amarração, saíam da parede como resíduos de estrume seco. Se eu cavasse as paredes com as unhas de meus dedos ou de preferência com um estilete (eu tremia só em pensar no contato direto) a terra cairia tão facilmente quanto a areia de uma ampulheta. Folhas de palmeira, secas e na mesma cor das paredes, formavam um barraco úmido, tosco. O efeito geral era o de uma terrível e desesperada desolação. Meu coração se abateu ao pensar em seres humanos forçados a viver por trás de tais paredes [...] quando entrei no barraco não ousei olhar à minha volta [...].¹⁵

Essa descrição inclemente, na qual os defeitos dessa habitação do Norte do Brasil são tão enfaticamente expostos, se explica em parte pelo fato dele ser um estrangeiro recém-chegado ao país. Atitudes semelhantes também são facilmente encontradas, porém, entre os próprios brasileiros, como veremos oportunamente.

Não queremos negar, obviamente, a justeza da descrição de Phelps, pois se trata efetivamente de um tipo de habitação tão precária quanto o próprio morador que nela habita. Porém, é difícil não ver, no modo tão enfático em que ele destaca suas fraquezas, um forte preconceito. A total ausência de comentários sobre determinadas vantagens que essas casas também são capazes de oferecer apenas reforçam essa convicção.

De fato, as considerações aqui levantadas apontam para a constatação de que os diversos tipos de habitação tradicional, de vertente vernácula ou popular, encontradas em todo o Brasil, estão

15 PHELPS, Gilbert. *The Last Horizon: A Brazilian Journey*. 2. ed. London: Charles Knight and Co. Ltd., 1971. p. 24.

indubitavelmente “sob pressão” por assim dizer, e que a tendência atual é a de seu completo desaparecimento. Essa é a constatação de Costa, por exemplo, que estudou os diversos tipos de habitação rural no Brasil. Ele afirma que “[...] alguns tipos tradicionais de casas tendem a desaparecer da paisagem rural brasileira, sob o impacto das transformações impostas pelo processo de desenvolvimento do país”.¹⁶ Não é à toa que, nesse contexto, os técnicos governamentais ligados às políticas setoriais em habitação, os intelectuais da área, em suas universidades e em suas escolas de arquitetura – para não mencionar a sociedade de um modo geral – tenham dado tão pouca atenção ao seu estudo. Os poucos aventureiros que se propõem a isso ou que vislumbram a possibilidade de sua aplicação, com as devidas adaptações, como parte de uma política no setor habitacional para populações de baixa renda, por exemplo, são vistos meio às avessas por seus próprios colegas.¹⁷

Pelli, ao fazer uma reflexão sobre uma tecnologia apropriada para a América Latina, classifica quatro tipos básicos de tecnologia no continente: a tecnologia formal, a tecnologia informal, a tecnologia autóctone e, finalmente, a tecnologia dos países hegemônicos (a tecnologia avançada ou de “ponta”). A tecnologia autóctone é aquela que, segundo o autor, dispõe de algumas características básicas, a saber: ela não está integrada à estrutura cultural predominante, mas existe dentro de uma organização socioeconômica e cultural subjacente; ela se caracteriza por ser primitiva em relação

16 COSTA, Írio Barbosa da Costa; MESQUITA, Helena Maria. *Tipos de Habitação Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. p. 10.

17 Ver a esse respeito, o relato de WEIMER, Günter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, ou o de FATHY, Hassan. *Construindo com o Povo. Arquitetura Para os Pobres*. Tradução de Maria C. Santoro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. Este último, célebre arquiteto egípcio, tentou resgatar, como alternativa viável ao problema habitacional no seu país, técnicas e materiais tradicionais da arquitetura vernacular, usados há séculos pelos felás, ou camponeses egípcios. Apesar dos resultados promissores a que chegou, teve de enfrentar várias dificuldades, que iam desde a burocracia e corrupção oficial até a má vontade geral e ao menosprezo de seus colegas modernos, que defendiam a ocidentalização da arquitetura no Egito, algo impraticável quando encarado do ponto de vista econômico.

às demais tecnologias, em particular à formal e principalmente à hegemônica; ela se caracteriza também por manter uma relação não agressiva e nutriente com a natureza; a tecnologia autóctone é parte de um mecanismo de integração entre produção, vida comunitária e vida cotidiana; finalmente, e dentro das condições atuais, ela tende a desaparecer no futuro.¹⁸ O tipo de habitação aqui considerado se enquadra perfeitamente na tecnologia autóctone, segundo a classificação de Pelli.

Também sob o ponto de vista tecnológico, portanto, a casa tradicional também vive sob ameaça de extinção. Contudo, a crise ambiental que assola o planeta na atualidade tem recolocado em pauta alternativas não industriais ou pré-industriais para uma utilização mais responsável e ambientalmente correta dos recursos naturais, e nesse aspecto, a arquitetura vernácula, e a habitação em particular, têm ganhado novo alento. Além do mais, a tese do desaparecimento por completo desse tipo de habitação teria que subestimar dois pontos essenciais, que são a força da tradição e o estado de pobreza em que vive uma boa parcela da população no Brasil. Em muitos casos, as casas “sob pressão” apenas aparentemente “desprezam” sua herança cultural. O que acontece com frequência é uma resistência subversiva, às vezes inconsciente, aos valores e símbolos impostos a partir de fora. Isso produz, como resultado, um tipo “híbrido” de habitação, com sinais do “tradicional” e do “moderno”, do “rural” e do “urbano”. O fato de serem economicamente acessíveis, e de seus materiais serem facilmente disponíveis, são alguns dos principais motivos por trás de tamanha resistência.

Embora o processo de transformação da casa tradicional ocorra tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas, é nessas últimas que esse fenômeno é mais perceptível. Aqui, as forças da mudança são mais intensas. Os assentamentos urbanos precários, em particular, constituem, nessa perspectiva, um campo fértil para estudos da tradição e mudança das habitações. Isso é ainda mais

18 PELLI, Victor Saúl. Notas para uma Tecnologia Apropriada à Construção na América Latina. In: MASCARÓ, Lúcia (Coord.). *Tecnologia e Arquitetura*. São Paulo: Nobel, 1990. p. 18.

verdadeiro quando os seus moradores têm origens rurais ou semirruais. Esses estudos servem, inclusive, para contribuir na compreensão da natureza desses assentamentos, que constituem uma realidade urbana por demais evidente em países de industrialização tardia como o Brasil.

2 As condições de partida: o Mucambo

Com sua grande extensão geográfica, com suas diferenças de clima, vegetação e tipos culturais, é de se esperar que no Brasil se encontrem diversos tipos de habitação vernacular. Desde a casa sobre palafitas, no Norte do país, à casa de torrões, encontrada na campanha (campos) gaúcha, o território nacional se vê marcado por vários exemplos de arquitetura vernacular. Mas é a casa de barro, o Mucambo, a habitação vernacular brasileira por excelência, por razões que serão explicitadas oportunamente. No Nordeste, em particular, esse é o tipo de habitação vernacular mais difundido.

O Mucambo é, não resta dúvida, um exemplo típico da chamada arquitetura vernácula ou vernacular, uma vez que preenche todas as características implícitas na definição desse termo, tal qual o entendemos. Ainda que haja discordâncias quanto ao uso do termo “vernáculo” para esse tipo de habitação, como é o caso de Weimar, que prefere a expressão “popular”,¹⁹ o adotamos por ser mais comumente utilizado por vários autores para o tipo de arquitetura aqui descrito. Nós entendemos a arquitetura vernacular, portanto, como uma arquitetura tradicional, resultante do desenvolvimento histórico de um determinado povo. Ela prescinde tanto do arquiteto como do projeto, tais quais os conhecemos hoje. Não cabe nas classificações estilísticas da arquitetura convencional. É de origem rural. Respeita e se adapta bem às diversas limitações tecnológicas e físico-ambientais. A tecnologia é primitiva, rudimentar, quando comparada à tecnologia formal. Usando a metáfora ou análise linguística da arquitetura, podemos dizer que trata-se de uma

19 WEIMER, Günter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

arquitetura que se expressa no nível da *língua*, e não no da *palavra*.²⁰ A arquitetura vernacular é fundamentalmente a expressão de um povo, e, portanto, um ato cultural.

Pretendemos, a partir de agora, descrever o Mucambo, o tipo de habitação vernácula extremamente presente no Nordeste do Brasil e aquele que, segundo as evidências da pesquisa, foi o tipo utilizado ou pelo menos fazia parte do “vocabulário arquitetônico” dos moradores da comunidade estudada, em boa parte de origem rural. Nesse sentido, vamos nos deter principalmente, embora não exclusivamente, a um trabalho clássico, da primeira metade do século XX, de Gilberto Freyre, intitulado *Mucambos no Nordeste*.

As origens do Mucambo (ou Mocambo) remontam à era colonial. Ele pode ser visto como uma das contribuições africanas à cultura brasileira. Ramos afirma que

[...] Os povos negros trazidos ao Brasil através do comércio de escravos possuíam uma rica experiência artística. Povos agrários, de habitat permanente, eles construíam seus abrigos com paredes de barro e cobertura de palha, geralmente de forma retangular [...] trabalhos de olaria foram desenvolvidos, e é famosa a sua habilidade artística nos vasilhames de argila, cestas de palha e em outros utensílios de ferro, equipamentos de caça e pesca.²¹

Referindo-se a dois grupos específicos, o autor afirma que “na arquitetura, resquícios dos Yoruba e Angola são bastante visíveis nas choupanas de adobe, encontradas frequentemente no Nordeste do país”.²² Smith, por sua vez, atribui uma origem indígena ao

20 A respeito da arquitetura como linguagem ver STROETER, João Rodolfo. *Arquitetura e Teorias*. São Paulo: Nobel, 1986. Segundo esse autor, o termo vernacular é oriundo do latim *vernae*, que era utilizado para identificar a linguagem vulgar no Império Romano. Por extensão, ele foi adaptado e adotado na arquitetura, com este mesmo significado. E é justamente por essa arquitetura ser considerada “vulgar” que ela é chamada de “vernacular,” lhe conferindo um caráter um tanto quanto pejorativo que não corresponde, de fato, à realidade.

21 RAMOS, Arthur. *The Negro in Brazil*. Trans. Richard Pattee. Washington DC: The Associated Publishers Inc., 1951. p. 180.

22 *Ibidem*. p. 182.

Mucambo.²³ A contradição é apenas aparente, uma vez que ambas as etnias contribuíram substancialmente para esse tipo de habitação vernácula. Freyre resumiu as três principais influências culturais encontradas no Mucambo: “Nas suas diferenças de técnica de construção se exprime a preponderância, ora da cultura indígena, ora da africana, sendo certo que persiste também influência da choupana portuguesa”.²⁴

Para Freyre, a palavra “Mucambo” é de origem africana, e significa esconderijo. Isso explica porque Mucambo era também sinônimo de “quilombo”, ou pequenos assentamentos de escravos fugitivos no Brasil colonial. Weymer discorda dessa afirmação. Para ele, a palavra é um termo quimbundo e significa “cumeeira”.²⁵ Seja como for, é evidente a preponderância da arquitetura africana em suas origens. Como a técnica construtiva era simples e os materiais de construção acessíveis, o Mucambo foi o tipo de casa usada pelos Bandeirantes em suas jornadas pelo interior, no século XVIII. Através da história, o Mucambo sofreu poucas modificações, tornando-se assim uma grande testemunha da força da tradição na sociedade brasileira. As mudanças mais significativas só começaram a ocorrer no século XX.

Apesar da grande variação nos tipos de habitação vernacular no Brasil, não seria exagero considerar o Mucambo o “tipo de habitação nacional” para a população de baixa renda no país. O seu uso é frequente em todo território nacional. O alto índice de migração da população nordestina explica, em parte, esse fenômeno. Sabe-se que migrações do Nordeste em direção a outras regiões do país têm sido significantes, especialmente no século XX, e isso contribui para o seu uso em nível nacional. Por trás de muitas casas humildes das periferias urbanas se escondem muitos Mucambos, travestidos com

23 SMITH, T. Lynn. *Brazil: People and Institutions*. 4. ed. Baton Rouge: Louisiana University Press, 1972. p. 16.

24 FREYRE, Gilberto. *Mucambos do Nordeste*. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937. p. 21.

25 WEIMER, Günter. *Op. cit.*, p. 18.

ornatos e outros elementos, especialmente nas fachadas, que não são suficientemente fortes para negar a sua origem rural.

Há algumas variações básicas no Mucambo. Freyre identificou quatro tipos diferentes no Nordeste do Brasil, classificados de acordo com os materiais de construção empregados, em particular a árvore utilizada na sua construção, que serve como elemento de distinção entre eles: Carnaúba, Burity, Barriguda e o Coqueiro Indiano, no litoral. O tipo mais comum, no entanto, é o feito de terra ou argila, com a cobertura de palha, capim assu ou zinco, geralmente conhecido como a casa de barro.

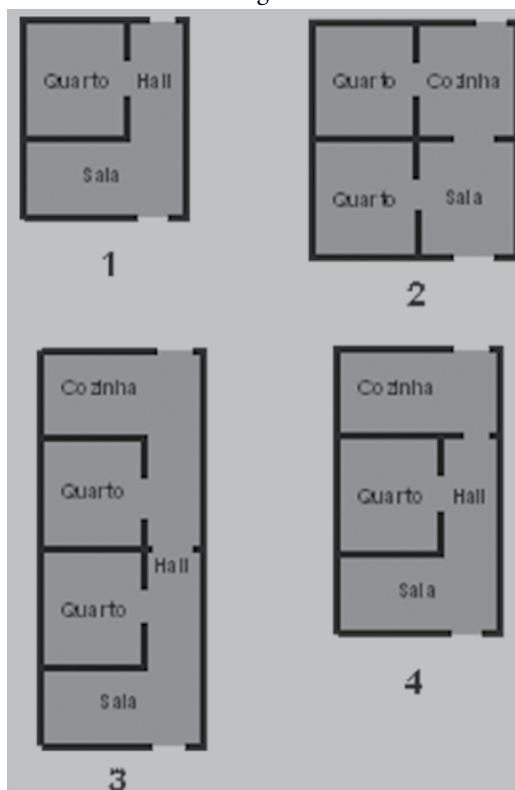
Pierson, embora se referindo às casas construídas no sul do Brasil, descreveu detalhadamente a técnica construtiva do pau a pique, utilizada nos Mucambos de barro.

Uma casa de pau a pique é construída com terra umedecida, lançada sobre uma estrutura de madeira. Quatro fortes paus são colocados verticalmente sobre o terreno estabelecendo os cantos da edificação, e quatro outros são então colocados horizontalmente a fim de conectá-los entre si. Cipó, ou mais frequentemente, nos últimos anos, pregos são usados para amarrar os paus. Dois outros paus mais longos são em seguida colocados no centro, tanto na fachada como no lado dos fundos e, sobre eles, é colocada a cumeeira. Paralelo aos paus na vertical, paus menores são colocados em todo o perímetro da casa, preenchendo todos os espaços. Estes paus menores não são fincados no chão, mas apenas suportados por ele. Em ângulos retos com esta estrutura vertical de madeira, longas varas são amarradas, em pequenos intervalos, com cipó, tanto pelo lado de dentro como de fora. Nos locais onde deverá haver uma porta ou janela, o espaço é deixado aberto. Da cumeeira, varas são então colocadas em ângulo reto com aquela, e em seguida cobertas com palha de sapé, ou telha [...] uma pequena escavação é feita no chão próximo à estrutura, na qual se mistura barro e água formando uma massa densa que é posteriormente lançada na estrutura por dentro e por fora, após o que ela é deixada para secar. As paredes da maioria das casas são cobertas com reboco, uma massa feita de cal, barro e água. Algumas recebem pintura a cal, em amarelo claro ou branco, principalmente na fachada.

Se isto não for feito, a terra seca de pau a pique se estragará aos poucos e se desprenderá, e em poucos anos a casa estará em considerável estado de deterioração.²⁶

Em solo instável, constrói-se normalmente uma fundação com toda sorte de material, antes de se levantar as paredes. O piso é frequentemente de terra socada ou batida. A cobertura é geralmente em duas águas, e os materiais usados podem ser sapé palha, folha de palmeira ou mesmo telhas. Não há teto nem chaminé. As casas são frequentemente construídas em mutirão.

Figura 1 – Plantas típicas do Mucambo. As de nº 1, 3 e 4 estão de acordo com FREYRE, 1937. A de nº 2 é uma conclusão do autor a partir de levantamentos em alguns Mucambos rurais



26 PIERSON, Donald. *Cruz das Almas: A Brazilian Village*. Pub. n. 12. Smith Sonian Institution. Institut of Social Anthropology. Wesport, Connecticut: Greenwood Press, 1973. p. 42-43.

Quanto à planta, as casas são também bastante simples:

A planta desta habitação é geralmente retangular, de dimensões acanhadas, com mais frente do que fundos. Tem como cômodos básicos a sala, o quarto e a cozinha, podendo, vez ou outra conter mais um quarto. No Nordeste, é comum o puxado, dependência que acompanha a parte traseira da habitação, onde se situa a cozinha construída com varas de madeira e palha. Este puxado dá um aspecto irregular ao telhado. Banheiros não existem. os banhos são tomados em bacias na cozinha, ou em algum rio. Para as dejeções, o mais comum é o uso do mato. Às vezes se encontra, à certa distância da moradia, uma pequena construção de quatro paredes de pau a pique, barro ou mesmo palha, com assoalhos de tábuas aberto para um coletor de dejetos (fossa) ou um lugar menor ainda, para banho de cuia ou de lata.²⁷

Não se deve esquecer ainda o roçado, situado geralmente no quintal da casa. O roçado tem importância fundamental, pois representa o lugar de produção, determinando, inclusive, uma série de padrões de comportamento dentro da estrutura familiar. A casa, por sua vez, representa o lugar de consumo.²⁸

Alguns Mucambos podem ter grandes dimensões. A literatura sobre o assunto atesta, no entanto, as suas dimensões bastante acanhadas. O estudo feito por Leonard no Estado de Pernambuco pode certamente nos dar uma ideia aproximada dessas dimensões. Após estudar cerca de 112 casas em três sub-regiões diferentes do estado, ele concluiu que “em cada uma dessas regiões, as casas mediam geralmente 5 metros de largura por 8 de comprimento, não importando o número de pessoas que compunham a família”.²⁹ A área construída seria então de 40 m². Essas medidas não são, naturalmente, constantes e imutáveis por toda a região Nordeste. Contudo,

27 COSTA, Írio Barbosa da; MESQUITA, Helena Maria. *Tipos de Habitação Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. p. 30.

28 HEREDIA, Alásia de. *A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

29 LEONARD, Olen. *Problemas de Habitação Rural no Leste de Pernambuco*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1960. p. 52.

podem servir como ponto de referência básico para as dimensões médias do Mucambo.

Exceto pela estrutura de madeira, alguns Mucambos podem ser todo de palha, inclusive suas portas e janelas. Esse tipo é, ou melhor, costumava ser, mais comum no litoral. Os pescadores desenvolviam uma verdadeira forma de arte na construção dos mesmos. Outros Mucambos são feitos exclusivamente de madeira, com uma cobertura de palha. As contribuições europeia e norte-americana ao Mucambo foram as portas e janelas de madeira – que são geralmente pintadas em cores fortes – o piso e parede de tijolo, as coberturas de telha, a cal e cimento.

As portas e janelas não passam de painéis rústicos de madeira, sem vidro. As portas são, em geral, duas, localizadas na fachada e na parte de trás, que dá acesso ao quintal. A porta é dividida em dois painéis ou folhas. Desse modo, ela pode se tornar uma janela, impedindo, ao mesmo tempo, que animais domésticos e poeira entrem na casa. Não há, geralmente, portas no interior da habitação. As paredes internas não alcançam o teto, permitindo assim maior ventilação dentro da casa.

A fachada típica do Mucambo é composta de uma porta e uma ou duas janelas. Há poucas aberturas para o exterior, e, às vezes, nenhuma janela. As janelas são em geral altas em relação ao nível do terreno. Quanto à mobília, ela é bastante simples: uma mesa e tamboretas rústicos, bancos, ocasionalmente um armário, uma ou duas camas, esteiras de palha trançada, redes, potes de barro, pilões, fogão de lenha, latas, que são usadas como depósito, e mais recentemente, filtros d'água sobre mesinha e, na cozinha, “baterias” para pendurar painéis, agora de metal, além das bacias. As antigas lamparinas e os ferros de carvão caíram ou estão caindo em desuso, com o acesso à energia elétrica. Deve ainda ser lembrado as fotos de políticos, imagens de santo e os oratórios como parte integrante dos pertences do caboclo, ou homem do interior.

A introdução de aparelhos eletrodomésticos, como o rádio e principalmente a televisão, ocorre nos Mucambos localizados

próximos ou em um meio urbano. Freyre descreve os locais típicos onde geralmente se encontra o Mucambo:

A tendência do Mucambo é para levantar-se: na zona rural isolado um do outro e sempre a distância respeitosa das casas grandes... nas cidades ou aldeias, em áreas menos desejadas e menos saneadas, um quase por cima do outro, por evidente economia de espaço ou de chão – às vezes lama ou mangue.³⁰

As características básicas do Mucambo podem ser resumidas nos itens que se seguem. A sua listagem é importante porque serve de categoria de comparação com as casas urbanas estudadas, que serão apresentadas no próximo tópico. Essas características estão relacionadas aos seguintes aspectos:

Quanto ao espaço físico: a) elas têm em média 5m de frente por 8m de profundidade, ou seja, cerca de 40m² de área; b) são retangulares, com a frente tendendo a ser mais larga do que os fundos;

Quanto aos ambientes: a) podem variar de 2 a 6 ambientes; b) a casa é normalmente composta de uma varanda frontal ou posterior, sala, hall ou corredor, um ou dois quartos, cozinha; c) dificilmente há mais de 2 quartos; o banheiro, quando existe, é separado da casa propriamente dita;

Quanto à distribuição dos ambientes em planta, volumetria e fachadas: a) ver Figura 1, mostrando o arranjo tradicional dos ambientes em planta; b) a fachada frontal típica consta de uma porta e uma janela, às vezes, somente da porta; a empena ou frontão na fachada define o sentido das águas do telhado; c) são normalmente duas águas, com cumeeira perpendicular à fachada; não há forro, e as paredes internas não alcançam o telhado; d) com poucas aberturas, especialmente janelas, o Mucambo apresenta problemas de ventilação natural. Frequentemente não existem janelas nem mesmo nos quartos. Não dispõem, em geral, de mais portas além daquelas encontradas nas fachadas frontais e posteriores.

30 FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 23.

Quanto aos materiais construtivos e componentes: a) os materiais tradicionais encontrados são piso de terra batida, paredes de pau a pique, cobertura de palha; os tipos mais primitivos ou rudimentares são feitos completamente, ou quase, de material vegetal, especialmente palhas, mas esses são cada vez mais raros; b) as janelas são em uma folha e as portas são divididas ao meio, podendo funcionar como janelas. Esses componentes são rústicos, em geral sem vidros ou outro material industrializado; não há portas no interior das casas, substituídas por um simples pano que faz papel de cortina; as janelas se limitam as da fachada, quando muito, sendo em geral, altas em relação ao solo.

Quanto à mobília: especialmente nas áreas rurais, a mobília se limita a cadeiras e mesas de madeira, esteiras de palha trançada, redes e camas; pregos nas paredes ou, em alguns casos, cabides de madeira para pendurar roupas. Latas e bacias de metal, caixas de madeira ou de papelão servem para guardar apetrechos diversos; potes com água e vasos de argila, gaiolas com pássaros de estimação, pilões, pratos de barro; quando se dispõe de filtro para água de beber ou de rádio, estes são colocados sobre uma pequena mesa, que é ornada com uma toalha de mesa num arranjo bem característico; podem ser encontradas também as chamadas baterias, pequenas prateleiras de madeira ou de metal para pendurar panelas e copos na parede da cozinha; há itens da mobília que têm grande valor simbólico: fotos de políticos e artistas nas paredes da sala, às vezes na fachada frontal; crucifixos, oratórios particulares ou da família.

Como nota final, seria bom lembrar que o Mucambo feito de barro não é, como já explicado acima, o único tipo de Mucambo, pois há outros tipos. A casa de barro, no entanto, é a mais comum. Além disso, as outras variações do Mucambo, como os de palha encontrados nas comunidades pesqueiras do litoral nordestino, e mais ainda, as casas feitas com a Carnaúba, estão em franco desaparecimento. Esses argumentos justificam a atenção especial que foi dada a esse tipo específico de habitação vernacular. As Figuras 2, 3 e 4, a seguir, ilustram alguns exemplos de Mucambo e apresentam a maior parte dos itens da presente descrição.

Figura 2 – Composição básica do Mucambo de taipa

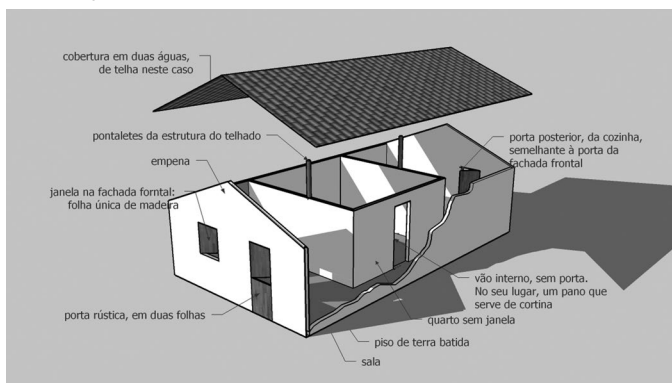
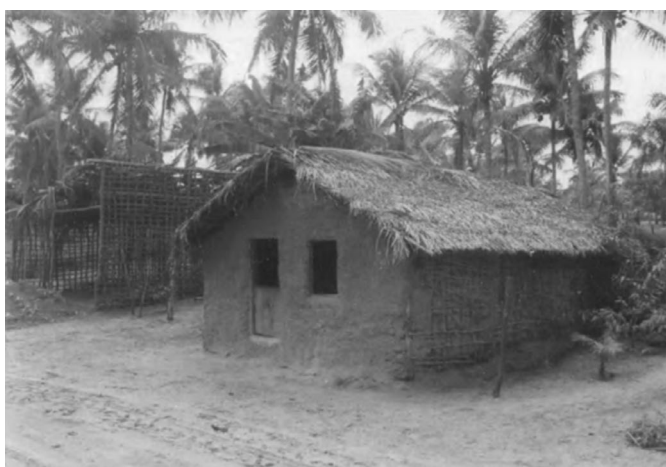


Figura 3 – Um Mucambo com varanda frontal



Figura 4 – Um Mucambo com cobertura de palha, próximo à cidade de Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte



3 A migração rural-urbana em Natal, a Comunidade da Árvore e a moradia como condição de chegada

O processo de urbanização no Brasil foi historicamente marcado pelo intenso processo de migração rural-urbana. A cidade do Natal não fugiu a essa regra. Na década de 1940, no contexto da Segunda Guerra Mundial, ela recebeu grandes contingentes populacionais do interior, devido à seca que assolou o sertão nos primeiros anos daquela década, por um lado, e pelas oportunidades de empregos que o esforço de guerra proporcionava. Naqueles idos surgem as primeiras favelas da cidade. O processo continuou e se acelerou em épocas mais recentes.

Em seu estudo sobre a migração em Natal, Souza afirma que esse fenômeno reflete o mesmo padrão encontrado em outras cidades do Nordeste. Da década de 1960 em diante, a migração rural-urbana para a capital potiguar resultou de dois fatores principais: de um lado, a crise agrária no campo do Rio Grande do Norte desde a década de 1950, expulsando os trabalhadores rurais para as pequenas cidades e para Natal; e, por outro lado, a concentração de investimentos na capital potiguar, fruto das políticas de industrialização a partir de 1960. Natal foi a terceira capital da região Nordeste a receber, em termos relativos, o maior fluxo migratório naquela década.³¹

Outra indicação do crescimento populacional da cidade é que, entre 1967 e 1978, o Banco Nacional da Habitação (BNH) financiou 25 conjuntos habitacionais na cidade, totalizando 19.207 unidades habitacionais. Se estimarmos uma média de cinco pessoas por família, é possível concluir que cerca de 100.000 pessoas viviam nessas casas no final desse período, ou seja, um quinto da população da cidade. Ainda assim, havia 10.000 barracos ou habitações precárias em 1977, abrigando cerca de 50.000 pessoas.³² A Tabela 1

31 SOUZA, Itamar de. *Migrações Internas no Brasil*. Petrópolis: Vozes/ Natal: Fundação José Augusto, 1980. p. 83-96.

32 *Ibidem*. p. 94-95.

a seguir mostra o crescimento da população de Natal entre 1920 e 1980:

Tabela 1 – População do município de Natal – 1920-1980

9/1/1920	9/1/1940	7/1/1950	9/1/1960	9/1/1970	9/1/1980
30 696	54 836	103 215	160 253	264 379	416 898

Fonte: IBGE, 1987-1988, p. 59.

Esse processo não se modificou durante a década de 1980, porque as diferenças nas condições de vida entre o meio rural e urbano no Estado aumentaram. Em 1985, a população de Natal era estimada em 510.106 habitantes.³³

Souza apresentou o perfil do migrante para Natal, de acordo com a sua classe social. A definição que ele faz do termo migrante, baseado em seus estudos, é mais um indicador da permanência da tradição, mas também da mudança dos seus valores socioculturais, corroborando, assim, a problemática deste trabalho.

Passamos a definir o migrante como sendo aquele indivíduo, de qualquer classe social, que resolveu deixar o seu município de nascimento para fixar residência noutro, *sem, contudo, romper de imediato com as relações socioculturais que mantinha anteriormente* (grifos nossos).³⁴

Ainda que haja exceções quanto ao local de fixação inicial dos migrantes na cidade,³⁵ em geral eles tendem a se situar nas periferias urbanas, dando origem a assentamentos que, aos poucos se

33 IBGE – Anuário Estatístico do Brasil. 1987-1988. v. 48. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. p. 63.

34 SOUZA, Itamar de. *Op. cit.*, p. 116.

35 Ver CORREA, Roberto Lobato. Localização Inicial do Imigrante na Cidade. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 38. Julho-setembro de 1976. p. 116-121. Roberto Correa confirmou a hipótese de seu trabalho sobre o Rio de Janeiro de que não há local específico inicial de chegada do migrante àquela cidade. Ver também BEZERRA, Vera M. d'Ávila *et al.* Imigração e Favelas: O Caso do Rio de Janeiro em 1970. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 44. Abril-junho de 1982. p. 357-367. Vera Bezerra concluiu que antes os migrantes que chegavam ao Rio se instalavam em favelas. Na década de 1970, pelo menos, eles ficavam dispersos no espaço urbano, sem um padrão de localização específico.

consolidam e se transformam em bairros. Natal não é exceção a essa regra geral. Cascudo descreveu como a terra desocupada em volta da cidade foi paulatinamente ocupada, de forma desordenada, para se tornar posteriormente bairros oficiais:

A formação de bairros na cidade, divisão espontânea que determina posteriormente a forma oficial, é uma soma de elementos econômicos e sociais [...] à proporção que o estado entre as famílias sobe de classe [...] o movimento de exomose se acentua pela emigração ascensional dos mais dotados para o ambiente superior e maior densificação na massa que ficou [...] o bairro exterior é uma aglutinação marginal, fixada no cinturão da cidade [...] zona pobre, produtora, lar de trabalhadores, em constante evolução para a melhoria nos materiais de construção, aformoseamento, retificação de alinhamentos, tornando-se pequenos núcleos que não se dissolvem na fusão urbana mas se articulam no organismo central citadino.³⁶

O autor se refere ao Alecrim – um dos bairros mais populosos de Natal – como um bairro de “sertanejos” quando ainda estava em formação, nas primeiras décadas do século XX. A área começou a ser ocupada primeiramente por “umas quatro casinhas de taipa, cobertas de palha, sem reboco, denominadas capuabas”.³⁷ O assentamento estudado ilustra, ainda que em microescala – pois se trata de uma ínfima fração da cidade – o processo verificado para a cidade como um todo, descrito pelo referido autor, inclusive no que se refere às melhorias de suas casas ao longo do tempo. Trata-se de um pequeno elo remanescente desse processo geral.

O primeiro barraco que surgiu na Comunidade da Árvore, como ela passará a ser chamada a partir de agora,³⁸ apareceu em

36 CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 3. ed. Natal: RN Econômico, 1999. p. 245.

37 *Ibidem*. p. 355 e 357.

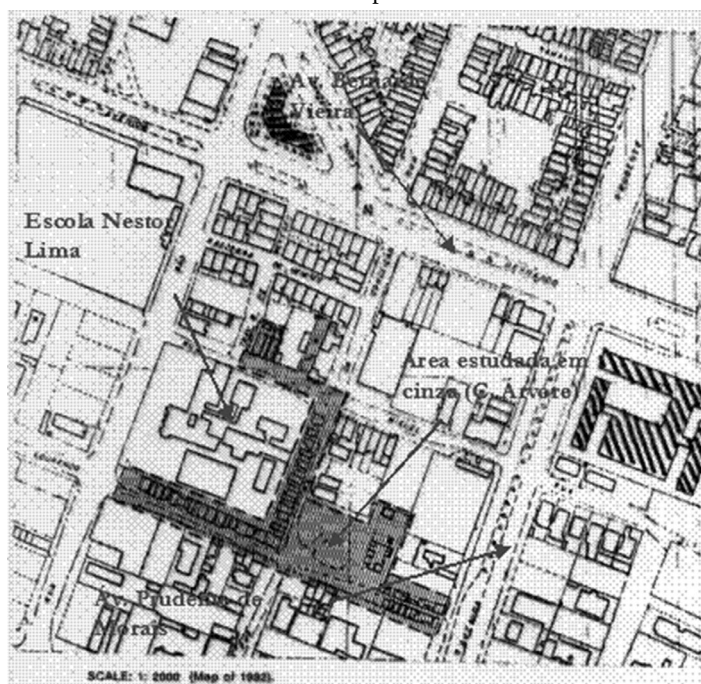
38 A comunidade não se identificava por esse nome na época do estudo, e muito menos hoje. O nome era utilizado apenas por um grupo de protestantes que desenvolviam um trabalho social no local. Na época, havia um terreno baldio central no qual se encontrava uma árvore frondosa. Esse terreno está hoje ocupado por construções. O nome “Comunidade da Árvore” é utilizado apenas para efeito de simplificação na identificação da localidade.

1951. Naquela época, a área que se tornaria o bairro Lagoa Seca, era ocupada por coqueiros, mangueiras e pequenos animais silvestres, com características, portanto, de sítio. Os seus proprietários viviam na cidade. Casas esparsas podiam ser encontradas nas imediações. A ocupação da área ocorreu na década de 1950 e seguintes, tornando-se posteriormente um bairro da cidade. Quanto à Comunidade da Árvore, ela era um assentamento consolidado nove anos depois da chegada do primeiro barraco. Certamente, o surgimento e consolidação dessa comunidade não eram um fato isolado. Outros assentamentos “espontâneos” semelhantes devem ter surgido durante a década de 1950 e 1960, continuando nas décadas seguintes. Como mencionado, Natal recebeu grandes fluxos migratórios nesse período. Esses pequenos bolsões de pobreza estão na origem, aliás, da formação de muitas vilas espelhadas em vários bairros da cidade.

Os primeiros imigrantes construíram seus barracos em volta dos limites de um terreno privado. Posteriormente, a prefeitura comprou o terreno para a construção da escola de ensino fundamental Nestor Lima (ver Figuras 5 e 6). Na época da construção da escola, no início da década de 1960, tentou-se relocar aquela comunidade, mas o então governador Aluizio Alves concedeu uma faixa de terra de dois a três metros de largura ao longo do muro da escola para as pessoas que já viviam na área, uma atitude compreensível no contexto da política clientelista típica do período.

De acordo com os primeiros moradores, a Comunidade da Árvore era maior, mas as pressões da prefeitura durante os anos que se seguiram aos do governo Aluizio Alves forçaram muitos a deixar o local. Muitos moradores entrevistados citaram um tal Eliseu, que trabalhava para a prefeitura e que aparecia de forma inesperada para derrubar os barracos desses assentamentos na cidade, inclusive os da Comunidade da Árvore. Nenhum morador soube informar precisamente, porém, o período em que ele atuou.

Figura 5 – A localização da Comunidade da Árvore no bairro Lagoa Seca, Natal-RN. Sob planta de 1982



Fonte: IPLANAT.

Figura 6 – O local da Comunidade da Árvore e imediações.
Em foto aérea mais atual



Fonte: Google Earth.

Houve tentativas posteriores de relocar essa população, dessa vez pelos proprietários de lojas construídas nas proximidades. As empreendidas pelos proprietários do Hiper Bom Preço é, talvez, o melhor exemplo dessa atitude. No entanto, até o momento de realização da pesquisa pelo menos, em fins da década de 1980, a população remanescente, que dava sinais de ascensão socioeconômica, tinha conseguido resistir a essa pressão. Isso se deveu aos seguintes fatores, em nossa opinião: 1) a comunidade ocupava (e ocupa) um local muito distinto e “escondido”, pois está situada por trás de lojas cujas frentes se voltam para algumas das avenidas principais da cidade, como a Prudente de Moraes, e por trás da escola, que também se volta para uma rua principal. Ela não ocupa terrenos muito valorizados; 2) ainda que fosse indesejável, ela não era grande o suficiente para se constituir num problema, seja para o poder público, seja para o comércio. Tratava-se de uma pequena área com características de vila. Além do mais, seus moradores servem de mão de obra barata para o comércio e serviços próximos, empregada em atividades como lavar carros, entre outras; 3) os seus moradores tinham (e provavelmente devem ter, ainda hoje) consciência das vantagens de morarem numa área urbana bem localizada, perto das oportunidades de trabalho; 4) a remoção da comunidade se tornou mais difícil em virtude da sua mobilidade social, ou pelo menos por causa de uma melhor integração urbana. Se, à época do estudo, era uma comunidade precária, certamente ela o era ainda mais décadas anteriores, quando começou a se formar. É bom lembrar que esses assentamentos surgem frequentemente como simples favelas. Com o passar dos anos, como fruto de suas reivindicações e lutas, contando muitas vezes com apoio externo,³⁹ eles melhoram suas condições de vida e se transformam, nos casos mais bem-sucedidos atingindo status de bairros da cidade.

Em suma, a maior parte da Comunidade da Árvore foi formada a partir de imigrantes de origem rural, que se deslocaram para

39 Como o ocorrido, na época do estudo, por um grupo de protestantes que atuavam no local, que teve participação fundamental nas lutas da comunidade pela pavimentação das duas ruas principais do assentamento.

Natal em uma época de forte migração rural-urbana do interior para a capital. Construíram seus barracos na então periferia da cidade, reproduzindo um padrão bem conhecido de urbanização no Brasil. Com o crescimento de Natal, a comunidade teve de ser relocada parcialmente, muitos deles indo morar em Mãe Luiza, entretanto parte dela conseguiu permanecer. Ainda que fosse, pelo menos à época do estudo, fisicamente distinta do entorno, a comunidade já estava bastante integrada à estrutura urbana da cidade.

Na pesquisa que resultou em dissertação de mestrado, fizemos um levantamento de dados minucioso sobre a Comunidade da Árvore, desde as condições físicas do assentamento como um todo, sua infraestrutura e outros itens, assim como os dados socioeconômicos diversos sobre os moradores: número e composição das famílias, grau de instrução, emprego e renda, origem dos moradores, aspectos socioculturais, entre outros. Foram selecionadas e levantadas detalhadamente 34 das 68 casas então existentes, em seus usos, materiais utilizados, disposição e dimensões dos ambientes, tipos e disposição de componentes como portas e janelas, mobília e outros. Infelizmente, essas informações e as considerações delas decorrentes, ainda que essenciais, não são reproduzidas neste capítulo sob pena de torná-lo extenso demais. Queremos tão somente apresentar um resumo do levantamento feito nas 34 casas estudadas, especialmente os exemplos significativos, a partir dos quais poderemos, em seguida, apresentar algumas conclusões sobre o estudo comparativo proposto. Em termos gerais, o levantamento realizado constatou uma comunidade carente, de baixa renda, com baixo grau de escolaridade e de condições de habitabilidade.

É preciso destacar, contudo, entre os diversos itens levantados, aqueles que dizem respeito à origem rural dos moradores, pois esse ponto é crucial para o presente estudo. A esse respeito, ainda que o levantamento arquitetônico das casas da Comunidade da Árvore tenha sido feito para 34 casas, os dados socioeconômicos foram levantados nas 68 famílias que, na época, compunham toda a comunidade em questão. 114 pessoas responderam ao questionário. Desse total, 21,92%, ou 25 pessoas, nasceram em Natal. 67,56%, ou 77

peessoas, nasceram no interior do estado do Rio Grande do Norte. 12 pessoas, ou 10,52%, nasceram em outros estados. Esses percentuais demonstram que, à época, a Comunidade da Árvore não era completamente formada por moradores de origem rural. Evidentemente, para uma comunidade que já tinha cerca de 40 anos no momento da pesquisa, os filhos e netos já haviam nascido em Natal. Mas não somente isso. Muitos dos primeiros moradores haviam vendido suas casas para moradores da cidade. A maioria dos que vieram de outros estados eram da Paraíba.

Percebe-se, portanto, que, confirmando outros estudos,⁴⁰ a maioria dos migrantes da Comunidade da Árvore é proveniente do próprio interior do Rio Grande do Norte. Das 77 pessoas vindas do interior, 20, ou 25,97%, vêm do sertão. Apenas 10 pessoas, ou 12,98%, são originárias do litoral. Mais da metade, 44 pessoas ou 57,14% imigraram do Agreste. Três dentre os entrevistados (3,91%) não souberam responder de onde vieram exatamente. Esse processo migratório dificilmente acontece de uma só vez, para o migrante, mas em estágios. Ele parte da área rural propriamente dita, passa ou vive por algum tempo em pequenas cidades, muitas delas pouco se diferenciando da área rural, antes de chegarem a Natal. O estudo de caso de Souza sobre a migração para Natal evidencia tal questão. De acordo com esse autor, cerca de 15% dos que migraram para Natal nasceram em áreas rurais e vilas. Apenas pouco mais de 10% deles vieram para Natal sem uma experiência “urbana” prévia.⁴¹

A alta porcentagem de migrantes de origem urbana, indicada no estudo de Souza, contudo, pode ser um tanto quanto enganadora. Em nosso estudo, muitos dos entrevistados se viam como “urbanos”, por uma questão de status, ao responderem sobre seu local de nascimento. Além do mais, cidades pequenas, altamente dependentes da agricultura, não diferem substancialmente das áreas

40 Ver FELIPE, José Lacerda. *Elementos de Geografia do RN*. Natal: Editora Universitária, 1988. p. 70-71; SOUZA, Itamar de. *Op. cit.*, p. 98-99; CAVALCANTI, Ana Maria. *Migração Rural-Rural no Nordeste do Brasil*. Coleção Textos Acadêmicos. Natal: PRAEU, 1982. p. 15-18.

41 SOUZA, Itamar de. *Op. cit.*, p. 98.

mais tipicamente rurais à sua volta, inclusive do ponto de vista da habitação de suas populações de baixa renda. Pelos dados levantados, 59,73% dos imigrantes da Comunidade da Árvore vieram de municípios com população de até 15 000 habitantes, segundo dados estatísticos de 1985. Se essa mesma população dos municípios fosse considerada à época da migração, ocorrida décadas antes, ela seria, como regra geral, ainda menor, ou seja, os municípios de origem eram ainda mais “rurais,” uma vez que as localidades “urbanas” neles situadas deveriam ser bastante insignificantes. Podemos, portanto, concluir que mesmo que os moradores tenham nascido em pequenas cidades do interior, ou mesmo que tenham morado em alguma delas em seu processo migratório até Natal, a realidade rural era, pelo menos, muito familiar para a grande maioria deles.

Cabe, finalmente, considerar o tempo de chegada dos moradores em Natal. Das 77 pessoas que vieram do interior, quase todas se instalaram em algum outro lugar da periferia da capital antes de viverem na Comunidade da Árvore, alguns em locais bem distantes da cidade de então. Poucos se estabeleceram logo na comunidade estudada. 60% de todos os migrantes chegaram em Natal entre 1960 e 1979, porcentagem que teria sido, com certeza, ainda maior, se muitos moradores não tivessem deixado o local anteriormente. Esses dados coincidem com o processo de crescimento da migração rural-urbana em Natal desde a década de 1960. A queda drástica de quase dois terços no número de migrantes desde 1980 se deve à falta de espaço físico, que se encontrava completamente densificado já na época do estudo. Os que conseguiram se instalar no local desde então compraram alguma casa na localidade ou, o que é mais comum, vieram morar com parentes que já estavam residindo no local.

No que se refere às habitações, foi feito, como mencionado anteriormente, um levantamento arquitetônico e dos usos que serviu de base para a análise em 34 casas do assentamento. Este item apresenta um resumo de 22 das 34 casas levantadas, correspondendo àquelas efetivamente construídas pelos moradores que as ocupavam no momento do referido levantamento. São essas 22 casas que

serviram, de fato, de parâmetro de comparação com o Mucambo. Os itens levantados são os seguintes:

Quanto ao espaço físico: a) elas têm frente variando de 2,23 a 6,92m. O seu comprimento varia de 3,89 a 9,11m, totalizando uma área construída de 7,25m² a 57,6m²; b) são retangulares em sua maioria (73,5%); algumas têm forma quadrada em planta (17,6%). Outras variações totalizam 8,9%; c) todas as casas têm água encanada e energia elétrica; a maior parte delas tem algum sistema de esgotamento sanitário.

Quanto aos ambientes: a) apesar de algumas casas possuírem 6 ou mais ambientes, esse número varia normalmente entre 3 e 5 (65,37%); algumas casas são de um único vão ou ambiente; b) os ambientes básicos são: sala, quarto, cozinha, um hall lateral e banheiro; apenas algumas casas dispõem de 2 ou mais quartos.

Quanto à distribuição dos ambientes em planta, volumetria e fachadas: a) ver Figura 7, como exemplo de tipos mais tradicionais de planta; b) todas as casas seguem certo padrão em termos do arranjo dos ambientes. Há, no entanto, variações de acordo com a relação largura/comprimento, isto é, de acordo com a sua forma; c) a fachada é normalmente retangular, com ou sem platibanda escondendo o telhado. Ela é normalmente pintada em cores vivas, como amarelo, verde, azul ou rosa; d) recebe algum tratamento especial, e tem às vezes muro de alvenaria na frente. A fachada detém uma porta e uma janela na maioria dos casos (às vezes nenhuma janela). O teto é de uma água, inclinando-se no dos fundos para a fachada. Não há forro, e as paredes internas não alcançam o teto; e) as casas são escuras, devido às poucas aberturas, às vezes nenhuma, para o exterior. Encontram-se exemplos de janelas manufaturadas e soluções engenhosas e criativas para a iluminação.

Quanto aos materiais construtivos e componentes: a) há pouca variação nos materiais utilizados. Na maioria dos casos, as casas têm piso cimentado, paredes de tijolos e cobertura de telha. Ainda há casas com paredes de pau a pique, telhas onduladas, madeira e papelão, correspondendo a fases anteriores, mais iniciais de ocupação da área, quando as casas eram construídas de forma

mais precária; b) as janelas são tanto rústicas quanto manufaturadas, as primeiras das quais em uma única folha de madeira. Quase todas as portas têm divisórias ao meio e algumas delas são manufaturadas em marcenarias; c) as janelas se encontram quase sempre na fachada e são altas em relação ao nível do terreno. Não há janelas nos quartos, e portas nos ambientes internos, que são substituídas por cortinas; d) em várias casas encontramos materiais de construção e esquadrias guardados para uso futuro.

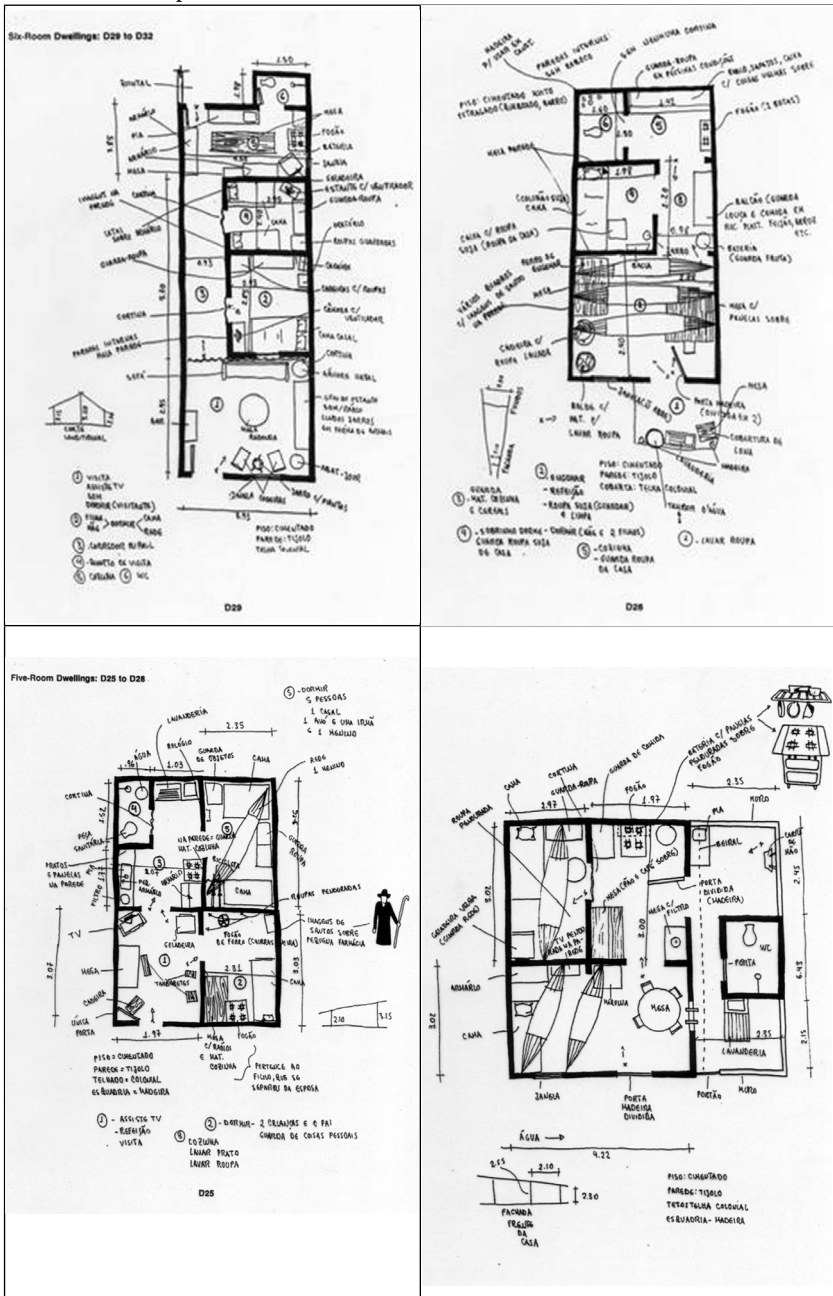
Quanto à mobília: a) a maioria das famílias tem uma quantidade considerável de mobília, relativamente à área construída de suas casas; b) dentre os vários equipamentos e mobília encontrados, os equipamentos elétricos como rádio, televisão, ventiladores e liquidificadores são frequentes; c) alguns móveis parecem incompatíveis como o nível socioeconômico da família, como sons de alta qualidade e bares; d) o uso não é especializado por ambiente. Em razão do número elevado de membros da família em relação ao espaço disponível, as casas são usadas como se fossem um único ambiente, gerando problemas de privacidade, entre outros. O único ambiente realmente privado é o banheiro, quando existe.

4 À guisa de conclusão: tradição e mudança na forma habitacional

Uma das principais conclusões deste trabalho é a de que no processo de migração rural-urbana, os valores rurais, tradicionais dos migrantes persistem no ambiente doméstico por eles construído na cidade. Mesmo que as referências ao passado rural tendam a desaparecer em longo prazo, elas não são abandonadas facilmente. É por esse motivo que o termo “casa híbrida” resume bem os resultados gerais encontrados nesta pesquisa. O estudo comparativo tanto dos usos⁴² quanto das características físicas das habitações estudadas, principalmente quando colocados num amplo contexto sociocultural que embasou a investigação, atestou sinais tanto da permanência

42 Para efeito deste capítulo, os usos não foram considerados, por motivo de limitação do texto final.

Figura 7 – Exemplo do levantamento mostrando 4 plantas mais representativas de casas da Comunidade da Árvore



da tradição, aqui associada ao mundo rural e das pequenas cidades do interior do Rio Grande do Norte, como da mudança, típica de um ambiente mais urbano.

Antes de apresentarmos esses sinais, é preciso fazer, porém, duas pequenas ressalvas. Em primeiro lugar, evitamos qualquer distinção, seja da tradição seja da mudança, nos sinais apontados, como se eles constituíssem dois grupos de realidades completamente opostas, estanques, dicotômicas. A realidade é, evidentemente, bem mais complexa, pois não é possível afirmar categoricamente, nem à época do estudo nem muito menos hoje, que um determinado sinal *só existia* em área rural ou em área urbana. O que é, inteiramente possível constatar, contudo, é que eles representam *tendências* que apontam ora para o mundo rural, da tradição, ora para o mundo urbano. Não pretendíamos ir além dessa constatação, e acreditamos ter atingido esse objetivo.

A segunda ressalva é de natureza histórica. O leitor familiarizado com a história da arquitetura, em particular da arquitetura residencial, percebe claramente, na descrição do Mucambo, fortes sinais de que esse tipo de habitação vernácula faz parte de nosso passado colonial, como não poderia deixar de ser, aliás, considerando a própria essência da arquitetura vernacular, que é tradicional por essência e avessa a grandes mudanças. A disposição interna do Mucambo, por exemplo, é em grande parte semelhante à da casa colonial, mesmo urbana. Isso pode servir de argumento à alegação de que a influência do que nesse trabalho se considera “rural” é, de fato, colonial. A migração não seria, portanto, um *fator causal* de explicação da permanência do tradicional, mas sim a herança cultural da civilização brasileira como um todo, que remonta ao período colonial. Ora, mais uma vez, não é possível fazer tamanha distinção. É possível, porventura, separar o rural do colonial na arquitetura vernácula do Mucambo? O Mucambo não é, mesmo com suas origens principalmente africanas, mas também indígenas e mesmo portuguesas, como vimos, *uma invenção colonial* em terras brasileiras? Portanto, apontar razões históricas como causa da permanência é inteiramente válido, mas isso não elimina o viés rural da análise,

antes o reforça, uma vez que o mundo rural é o lócus da permanência por excelência dos valores historicamente constituídos. O Mucambo é, aliás, uma das provas contundentes dessa afirmação.

Com essas duas ressalvas, indicamos, a partir de agora, os sinais de tradição e de mudança nos aspectos físicos e formais das casas estudadas na Comunidade da Árvore. Alguns deles se aproximam mais da tradição, outros da mudança, como será visto a seguir.

4.1 Sinais visíveis da tradição

O presente estudo demonstrou que algumas características físicas das habitações rurais permanecem nas habitações urbanas construídas por imigrantes de origem rural. Mesmo quando essas últimas passam por reformas, tais características pouco se alteram. São elas:

4.1.1 O lote

Exceto quando exigido pelas imposições do espaço urbano, as características do espaço físico da habitação demonstram grande influência rural. Essas características que atestam para a tradição são descritas a partir de valores médios, no intuito de simplificar a exposição dos resultados. Referimo-nos ao lote porque suas dimensões em geral coincidem com as dimensões da própria casa, que o ocupa na sua totalidade.

Testada do lote: as medições feitas demonstram que a influência rural esteve presente quando ela foi delimitada. 61,76% de todas as casas tinham entre 3 e 5 metros de frente, ao passo que a frente média do Mucambo gira em torno de 5m. Quase metade de todas as casas, porém, tinham entre 3 e 4m de frente (41,17 %). Em outras palavras, se as medições apontam para dimensões próximas às da casa rural, elas tendem a ser menores na casa urbana. Isso significa que os ambientes internos também diminuíram ou encolheram em sua largura. O valor da terra e a densidade de ocupação, maiores em área urbana, explicam essa tendência a uma frente menor do lote. Há, porém, casas com mais de 5m de frente (17,65 %).

Comprimento do lote: as casas estudadas guardam um comprimento muito próximo ao do Mucambo. Também tendem a ser menores, com a maioria deles tendo entre 5 e 7m de comprimento (41,11 %). 61,76 % de todas as habitações têm entre 5 e 8m. Esses resultados demonstram que a noção tradicional dos moradores quanto ao comprimento da casa foi em parte responsável por esses valores. Mais uma vez, elas diminuíram ou “encolheram” no sentido do comprimento em razão das pressões do meio urbano, o que também resultou em ambientes internos menores no sentido do comprimento.

A relação testada/comprimento do lote: essa relação é espantosamente semelhante. 61,76 % de todas as casas levantadas têm entre 3 e 5m de frente. As que têm entre 5 e 8m de comprimento atingem igualmente 61,76 % do total. Há alguma coincidência até entre outros grupos de casa, segundo ordenação feita para a pesquisa. A partir desses valores, pode-se afirmar que as casas urbanas estudadas têm, em média, 4m de frente por 6,5m de comprimento. Mais uma vez, a relação com o rural se manifesta. Também retangulares, suas dimensões médias se aproximam das do Mucambo (5m x 8m), ainda que sejam menores. Mais importante ainda, a relação testada/comprimento é exatamente a mesma, ou 1,6, tanto para as casas estudadas, considerando o seu tamanho médio de 4m x 6,5m, quanto para o Mucambo, com seus 5m x 8m. A casa urbana não somente “encolheu”, devido às pressões do meio urbano, mas, o que é deveras espantoso, ela manteve a mesma relação proporcional entre frente e comprimento da verificada para o Mucambo.

A área: as áreas construídas são, naturalmente, uma consequência das considerações anteriores. Com as dimensões médias apresentadas, a casa urbana tem área de 26 m² (4 m x 6,5m), menor, portanto, do que os 40 m² de área média do Mucambo (5mx8m).

Os dados comparativos analisados, relativos ao tamanho dos lotes, e, por conseguinte, das casas estudadas, demonstram fortes relações com o Mucambo, seja em termos de sua forma retangular, mas também de suas dimensões e das proporções entre ambas. Evidentemente, essa constatação por si só não é suficiente para

chegarmos à conclusão da influência da tradição nas casas estudadas. É na relação que esse item mantém com vários outros, não somente físicos das próprias habitações estudadas, mas também do ponto de vista da análise sociocultural de seus moradores, que podemos afirmar com relativa segurança que essa relação com o tradicional se faz bem presente.

4.1.2 A disposição e distribuição dos ambientes

Número e tipo de ambientes: o número de ambientes em si não é suficiente para atestarmos a influência rural nas habitações estudadas. Suas dimensões diminutas são comuns a qualquer casa de extratos sociais de baixa renda, tanto em áreas rurais quanto urbanas. O mesmo se aplica aos ambientes. Em qualquer situação, rural ou urbana, os tipos de ambientes são os básicos em se tratando de uma população de baixa renda, se limitando, quando muito, à sala de estar, quarto e cozinha. Às vezes, sequer dispõe de banheiro, como foi constatado em algumas das casas estudadas.

Disposição e arranjo dos ambientes: nesse ponto, porém, a força da tradição rural se manifesta visivelmente. Todas as casas estudadas demonstram, com maior ou menor grau de semelhança, o arranjo típico encontrado no Mucambo. Até mesmo quando a forma e dimensões do lote exigem adaptações, e mesmo após reformas, essa disposição persiste. Essa constatação somente não se aplica às casas de um ou dois ambientes encontradas na comunidade, pois esse número tão reduzido de ambientes impossibilita qualquer comparação.

As casas apresentam um arranjo ou leiaute extremamente tradicional. O primeiro ambiente é sempre a sala. Um corredor ou *hall* liga esta à cozinha/sala de jantar. Entre elas se situa um ou dois quartos (Figura 7, p. 79). Às vezes, o corredor não se separa do quarto, mas este é usado também como tal, devido à estreita largura da casa. A planta tendendo ao quadrado, dividida em quatro ambientes pode também ser associada a determinados tipos de planta do Mucambo, algo que somente constatamos posteriormente à realização da pesquisa. O banheiro, quando existe, se situa na parte de trás. Sempre

que o espaço permite, esse banheiro se separa da casa, no pequeno quintal. Poucas casas têm varanda frontal ou posterior. Essa ausência se explica grandemente pela insuficiência de espaço no lote, devido à sua localização urbana.

Portas e janelas: as poucas aberturas para o exterior são uma forte indicação da tradição. Várias casas não têm sequer uma janela, nem mesmo na fachada. Quando estas existem, sua localização é tradicional, compondo, com a porta, a fachada típica. Há uma porta na parte de trás, quando possível, e portas internas são raramente encontradas no seu interior. As janelas rústicas, de uma folha, e as portas divididas em duas partes atestam a tradição. Mesmo quando as portas rústicas são substituídas por portas manufaturadas, essas últimas reproduzem esse modelo.

Paredes internas: elas nunca alcançam o telhado, deixando sempre um vazio entre elas e a cobertura. O vazio que se forma é usado, às vezes, para a estocagem de materiais de construção. Alguns pontalotes colocados sobre essas paredes sustentam a cobertura. Essas características são típicas das habitações rurais.

4.2 Sinais visíveis de mudança

Com o passar do tempo, as casas urbanas erigidas por pessoas de origem rural também demonstram sinais de mudança. A pesquisa demonstrou que, para alguns itens, esses sinais são particularmente visíveis.

Contudo, é preciso considerar primeiramente que algumas mudanças (mas também algumas permanências) pouco ou nada têm a ver com a questão da tradição ou da mudança sociocultural de seus moradores. Elas decorrem muito mais de meras adaptações impostas pelo exíguo espaço urbano onde as casas foram construídas e estão localizadas. Assim, muitas casas têm seus telhados em uma única água, caindo dos fundos em direção à fachada, fugindo ao modelo do Mucambo típico. Eles muitas vezes se apoiam no muro da Escola Nestor Lima, que define o limite posterior do lote de muitas delas, muro que é incorporado, assim, à casa como sua “fachada” posterior. Essa forma de telhado também se justifica pelo fato de as casas

serem quase sempre geminadas. Também por serem geminadas, não poderiam existir janelas, pelo menos nas paredes laterais e muitas vezes nos fundos. Poucas casas dispõem de varandas, ou “puxados”, na frente ou atrás das casas, outra mudança que decorre certamente das limitações do meio urbano. A localização do banheiro dentro da casa também resulta das mesmas limitações. A questão que se impõe é, até que ponto essas casas pareceriam ou teriam parecido ainda mais, ou não, com o Mucambo, se seus moradores tivessem tido maior liberdade de expressão em sua construção? A resposta só poderá ser obtida através de um estudo semelhante, aplicado a outros assentamentos em que essas limitações físicas eventualmente não existissem. De qualquer forma, muitas mudanças verificadas não dependem dessas limitações do meio urbano, e são elas que mais interessam ao presente estudo.

4.2.1 Materiais de construção

Este item representa um dos mais visíveis sinais de mudança. Como se verifica normalmente em assentamentos precários, houve, na Comunidade da Árvore, um processo de melhoria progressiva das condições de habitabilidade, que se revela inclusive na melhoria dos materiais de construção utilizados. Segundo nosso estudo, esse processo de melhoria ocorreu em três etapas, que em parte se sobrepõem cronologicamente, de modo que, à época do levantamento, ainda se encontravam indícios e elementos da primeira delas. No entanto, elas são suficientemente distintas para permitir uma classificação.

Assim, na primeira etapa, os moradores, recém-chegados do interior ou de outro local da cidade do Natal, construíram seus barracos com materiais de refugo ou lixo urbano: papelão, madeira, painéis de metal, telhas onduladas velhas e outros materiais facilmente encontrados na cidade. As casas, na verdade barracos, tinham, assim, um caráter transitório. Em geral, não deviam durar muito, e eram encaradas mais como um abrigo imediato para os recém-chegados.

Na segunda etapa, as técnicas e materiais construtivos empregados são geralmente os mesmos dos do Mucambo: paredes de pau a pique, chão de terra batida, cobertura de palha, ainda que

outros materiais, inclusive telha, já pudessem ser utilizados. Ainda que não seja possível determinar períodos para cada uma das etapas, é certo que as casas dessa segunda etapa devem ter assim permanecido por um longo tempo. Vários moradores entrevistados disseram, não fazia muito tempo, que muitas casas ainda eram de taipa. Nessa fase, as casas certamente eram muito “rurais” em sua aparência. Na terceira etapa, são poucas as exceções aos materiais comumente utilizados: piso cimentado, paredes de tijolos e telhado na cobertura. Mesmo que sejam precárias, as casas têm uma aparência mais sólida do que anteriormente. Muitos moradores ainda guardavam materiais de construção para uso futuro, o que demonstra que o processo ainda não havia terminado.

4.2.2 Fachadas

São um grande sinal de mudança. Apesar da tradicional porta e uma janela, a maioria dos elementos e adornos da fachada indicam a mudança. São eles: a) a platibanda, escondendo o telhado, algo que não se encontra nas casas rurais tipo o Mucambo; b) adornos com clara preocupação estética e funcional, como o chapiscado nas paredes externas, normalmente em sua parte inferior; c) o muro frontal: algumas casas dispõem deste elemento, numa clara preocupação de privacidade em relação ao mundo exterior, ainda que se trate de famílias de baixa renda; d) a fachada em formato retangular, mesmo na ausência de platibanda, é, provavelmente, um sinal de modernidade, fugindo ao modelo do Mucambo, que dispõe quase sempre de uma empena ou frontão, de onde caem as duas águas do telhado.

4.2.3 Mobília

Como todos os itens analisados, a mobília demonstra sinais tanto de tradição como de mudança. Se ela foi incluída nos sinais de mudança, isso se deve ao fato de essa tendência ser predominante.

Ainda que a mobília, equipamentos e acessórios do lar façam várias referências ao mundo rural, o que é admirável considerando a antiguidade do assentamento, os sinais de mudança são bem

presentes: aparelhos de TV, rádios, liquidificadores e outros equipamentos elétricos são comuns; armários de sala e de cozinha, estantes, guarda-roupas, e outros itens são sinais visíveis de mudança, que não é somente qualitativa, mas também quantitativa, em relação às casas rurais. Isso, associado ao tamanho menor das casas urbanas, constitui o maior problema de falta de espaço. A mudança no padrão e quantidade dos móveis equipamentos internos reflete, por sua vez, uma melhoria nas condições socioeconômicas dos moradores da Comunidade da Árvore.

4.2.4 Infraestrutura urbana

A ausência total de infraestrutura caracterizou os primeiros anos do assentamento. Não se deve esquecer que ele se localizava, então, nos limites da cidade, onde a infraestrutura urbana é normalmente ausente. Com o passar dos anos, à medida que se melhorava o padrão técnico-construtivo das casas, essa infraestrutura também se tornava acessível, num típico exemplo da integração urbana de áreas periféricas mencionadas por Cascudo, referindo-se a Natal.

De acordo com alguns moradores, a água encanada foi instalada em 1971, sendo a primeira melhoria desse tipo na comunidade. Antes, elas pegavam água num poço próximo, uma prática comum em áreas rurais. Em 1974, a rede elétrica foi instalada. A iluminação chegou às ruas e casas. Após anos de reivindicações, as duas ruas da comunidade foram pavimentadas pela prefeitura, durante o período de levantamento de dados da pesquisa (1988-1990). Ainda que não haja sistema convencional de esgotamento sanitário, os moradores estão fazendo uso de fossas sépticas, como, aliás, ocorre na maior parte da cidade. Não resta dúvida de que essas melhorias são em grande parte possíveis graças à localização urbana das casas estudadas.

O presente trabalho focou a habitação urbana informal do ponto de vista sociocultural. Algumas perguntas se impõem como reflexão final: até que ponto se deve preservar os tipos tradicionais de habitação de uma determinada cultura? Se existem contradições entre os valores da tradição e as preocupações com a higiene e o

conforto, quais deles devem ser mais importantes? Qual o papel da tecnologia e dos materiais industrializados em uma habitação tradicional? Essa é uma longa discussão que não cabe nos limites do presente estudo. O que se pode afirmar, com certa segurança, é que o processo de desenvolvimento tem afetado profundamente os tipos de habitação tradicional ou vernácula no Brasil e que, nem todas as consequências desse processo são necessariamente boas, desejáveis ou positivas. A arquitetura vernacular, e o Mucambo em particular, prometem resistir ainda por muito tempo, e ainda têm muito a nos ensinar.

Referências

- BEZERRA, Vera M. d'Ávila *et al.* Imigração e Favelas: O Caso do Rio de Janeiro em 1970. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 44. Abril-Junho de 1982. p. 357-367.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 3. ed. Natal: RN Econômico, 1999.
- CAVALCANTI, Ana Maria. *Migração Rural-Rural no Nordeste do Brasil*. Natal: PRAEU, 1982. (Coleção Textos Acadêmicos).
- CORREA, Roberto Lobato. Localização Inicial do Imigrante na Cidade. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 38. Julho-Setembro de 1976. p. 116-121.
- COSTA, Írio Barbosa da Costa; MESQUITA, Helena Maria. *Tipos de Habitação Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.
- FAISSOL, Speridião *et al.* O Processo de Urbanização Brasileiro: Uma Contribuição à Formulação de uma Política de Desenvolvimento Urbano/Regional. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 49. Abril-Junho de 1987. p. 57-116.
- FATHY, Hassan. *Construindo com o Povo: Arquitetura Para os Pobres*. Trad. de Maria C. Santoro. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1982.
- FELIPE, José Lacerda. *Elementos de Geografia do RN*. Natal: Editora Universitária, 1988.
- FILHO, Nestor Goulart Reis. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FREYRE, Gilberto. *Mucambos do Nordeste*. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937.
- HARRIS, Marvin. *Town and Country in Brazil*. New York: Norton, 1971.

HEREDIA, Alásia de. *A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE – Anuário Estatístico do Brasil. 1987-1988. v. 48. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 740 p.

KOSTOF, Spiro. *A History of Architecture. Settings and Rituals*. New York: Oxford University Press, 1985.

MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1973 (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).

PELLI, Victor Saúl. Notas para uma Tecnologia Apropriada à Construção na América Latina. In: MASCARÓ, Lúcia (Coord.). *Tecnologia e Arquitetura*. São Paulo: Nobel, 1990.

PHELPS, Gilbert. *The Last Horizon. A Brazilian Journey*. 2. ed. London: Charles Knight and Co. Ltd., 1971.

RAMOS, Arthur. *The Negro in Brazil*. Trans. Richard Pattee. Washington DC: The Associated Publishers Inc., 1951.

RAPOPORT, Amos. *House Form and Culture*. Foundations of Cultural Geography Series. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, Inc., 1969.

SHIRLEY, Robert. *The End of a Tradition. Culture Change and Development in the Municipal of Cunha, São Paulo*. New York and London: Columbia University Press, 1971.

SMITH, T. Lynn. *Brazil: People and Institutions*. 4. ed. Baton Rouge: Louisiana University Press, 1972.

SOUZA, Itamar de. *Migrações Internas no Brasil*. Petrópolis: Vozes/ Natal: Fundação José Augusto, 1980.

STROETER, João Rodolfo. *Arquitetura e Teorias*. São Paulo: Nobel, 1986.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *De la ville de Dieu à la ville des Hommes: La sécularisation de l'espace urbain dans le Rio Grande do Norte*. Thèse de doctorat. Paris, EHESS, 2002.

WEIMER, Günter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

À la recherche de la maison moderniste perdue

Edja Trigueiro
Sonia Marques

A casa modernista: de uma visão paradigmática a uma versão Brasil

O tema da moradia esteve no cerne do pensamento e dos debates envolvendo os pioneiros do Movimento Moderno na Europa, nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs), e, particularmente, nas realizações de arquitetos alemães que trataram da produção de habitação em larga escala, fundamentando suas proposições em conceitos como *machine à habiter* ou *existenz minimum*. Nos Estados Unidos, enquanto especialistas em moradia (i.e. Bauer, Mumford) enfatizavam os princípios iniciais do movimento europeu em termos de suas relações com objetivos sociais, o Movimento Moderno estava sendo apresentado, como no caso da exposição internacional de arquitetura do Museu de Arte Moderna (MoMA) de Nova York, de 1932, (HITCHCOCK; JOHNSON, 1966) como um novo estilo – o Estilo Internacional.

O divórcio que se produziu entre a arquitetura – como uma questão de estilo – e a habitação – como uma questão social – contribuiu, acreditamos, para restringir a experiência modernista em sua mais completa acepção, a países europeus, ou aos experimentos de grupos de vanguarda espalhados mundo afora. Em que pesem tais incongruências, as diferenças nacionais, e a resiliência de modelos tradicionais, sobretudo em seus aspectos exteriores, pode-se

afirmar que a modernidade trouxe mudanças cruciais no âmbito doméstico em quase todo o mundo. Um aspecto exemplar foi a alteração na articulação dos setores social e de serviço na Europa e nos Estados Unidos, que ocorreu em função de uma reestruturação topológica da cozinha em relação aos demais cômodos, tornando-a o foco da cena doméstica, muitas vezes sem grande modificação no leiaute da planta baixa. Sintomas precoces desse processo, em casas britânicas construídas imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, foram demonstrados em estudos anteriores, nos quais foram empregados procedimentos de análise morfológica para averiguar a acessibilidade relativa de determinados espaços domésticos diretamente associados à permanência de três grupos que interagem na moradia – a família (nuclear ou extensiva), os empregados e os visitantes (TRIGUEIRO, 1997).

No Brasil, entretanto, tal alteração não ocorreu, ainda que tenha havido uma reestruturação significativa das relações socio-espaciais domésticas, desde aquelas entre espaço público e espaço privado até as mais recônditas, envolvendo quartos e banheiros. A primeira ordem de transformações levou a um intervalo em uma notória trajetória de animosidade, episódio que designamos, em outro escrito, como “breve lua de mel entre a casa e a rua” (TRIGUEIRO; MEDEIROS, 2007); a segunda ordem aponta para uma considerável redução na autoridade parental, para uma ampliação da noção de privacidade, e para a exacerbação da relação com o corpo. Argumenta-se aqui que a modernidade da casa brasileira ficou circunscrita a essas esferas.

A ubíqua aceitação do repertório formal modernista no Brasil concorreu para a predominância desse estilo no cenário urbano, mesmo no de antigas áreas centrais, levando não apenas à substituição dos marcos arquiteturais de épocas pregressas, mas também, lamentavelmente, à mutilação de prédios coloniais e ecléticos cuja integridade formal foi comprometida pela retirada de vestígios de estilos passados e acréscimos de detalhes modernistas, segundo uma triste prática *frankensteiniana*. Entretanto, essa *aparência de modernidade* – volumes geométricos simples, linhas horizontais,

falsos tetos planos – não resiste à observação que, transcendendo os invólucros edilícios, contemple os interiores de nossa domesticidade, revelando, em vários aspectos, o reverso do discurso modernista de vanguarda apregoado nos anos 1920.

Embora a emergência de certas articulações espaciais identificadas neste estudo indique uma tendência de transformação nos modos de morar, a recorrência de certos padrões encontrados em lares pré-modernistas sugere que o espaço é ali organizado para reproduzir velhos modos de interface entre os grupos de usuários domésticos – patrões, visitantes e os outros.

Para além da caixa mural

O relato que se segue resulta de dois estudos, o primeiro, de caráter objetivo e morfológico, apoia-se na representação e quantificação de atributos geométricos e topológicos do espaço doméstico, o segundo alia aspectos objetivos (observação das moradias) a aspectos subjetivos (relatos e impressões dos usuários).

Apresenta-se, inicialmente, uma análise morfológica de doze casas que fazem parte do nosso acervo documental sobre arquitetura moderna do Rio Grande do Norte¹. Os casos foram escolhidos, mais ou menos aleatoriamente, segundo critérios de completude de informação – plantas, fachadas, fotos, relatos – e de representatividade da arquitetura produzida entre os anos 1950 e 1970 em Natal. Nos anos 1950 o repertório modernista disseminou-se em quase todo o Brasil e começou a ser adotado por segmentos medianos da população natalense, deixando de ser privilégio de alguns poucos clientes, atentos à produção arquitetônica de vanguarda no país, que quase sempre contratavam os serviços de profissionais de fora, principalmente do Recife.

Os casos foram analisados e os resultados foram comparados a casos representativos de moradias pré-modernistas, investigados em estudos anteriores. A observação de aspectos-chave da

1 Produto de estudos desenvolvidos ou orientados por pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Morfologia e Usos da Arquitetura – MUaA.

natureza formal e do arranjo espacial dos edifícios estudados foi auxiliada mediante a aplicação de instrumentos de Análise Sintática do Espaço (ASE). Ainda que a reduzida dimensão da amostra não autorize a generalização dos resultados, a identificação de atributos morfológicos comuns aponta a resiliência de uma estrutura espacial apropriada à reprodução de antigos modos de interface entre moradores e entre estes e visitantes.

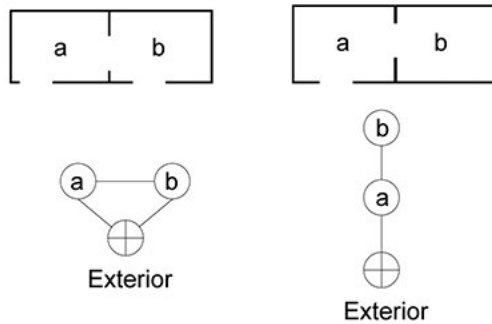
O modo como funções essenciais se relacionam entre si e com todos os demais espaços em um edifício pode ser examinado à luz do conceito de *genótipo*, aqui definido como um conjunto de “[...] regras abstratas subjacentes a formas espaciais” (HILLIER; HANSON, 1984, p. 12). Tais regras estão impressas no arranjo de barreiras e acessos, uma vez que *barreiras* – ou paredes, muros, cercas, gradis, sebes – existem para separar pessoas e ações, enquanto *acessos* – ou portas, portões, portais, pórticos, passagens – para uni-las. É possível reaver essas regras a partir do emprego de determinados procedimentos de análise morfológica, dentre os quais figuram os de ASE aqui utilizados, especificamente a interpretação da estrutura espacial através de *grafos de acesso* e sua quantificação em termos de acessibilidade topológica relativa, que pode ser expressa numericamente.

Os grafos de acesso são matrizes que representam a *estrutura* ou *configuração* espacial, ou seja, um sistema articulado de espaços intercomunicantes (o interior do edifício) isolado do espaço exterior por barreiras – a caixa mural. O termo “configuração” é aqui entendido não como formato, composição ou arranjo de determinado conjunto de espaços, mas como “estrutura”, ou seja, como um todo resultante de partes que se relacionam entre si e cuja relação não pode ser alterada sem que se altere o todo, uma vez que é esse sistema de relações que determina a natureza do todo.

Nos grafos de acesso, cada espaço – ou segmento de espaço, ou cômodo, ou ambiente – é representado por um ponto ou nódulo; e cada acesso ou meio de ligação entre tais espaços, bem como entre o interior e o exterior, é representado por uma linha como na Figura 1. Estão aí representadas configurações espaciais hipotéticas distintas

que poderiam ser de edifícios elementares (de dois cômodos) quase idênticos, estando, em um deles, os dois cômodos abertos para o exterior, e no outro, apenas o cômodo rotulado como “a”. Vê-se, portanto que, enquanto na configuração representada à esquerda nenhum espaço exerce controle sobre os demais – podendo-se ir de um cômodo a outro ou ao exterior do edifício indistintamente – na da direita, o espaço rotulado como “a” exerce controle sobre o acesso de “b” ao exterior e vice-versa. Essas variações são expressas nos grafos de acesso.

Figura 1 – Grafos de acesso (e respectivos valores numéricos de acessibilidade) representando configurações espaciais hipotéticas que poderiam ser variantes de planta baixa de um mesmo edifício elementar



Nóduo	Ex	a	b
Conectividade	1	2	1
Acessibilidade	4,7	0	4,7

Nóduo	Ex	a	b
Conectividade	2	2	2
Acessibilidade	0	0	0

Aplicativos computacionais² especificamente desenvolvidos para tal fim permitem visualizar cada sistema espacial a partir de

2 Um dos aplicativos mais empregado correntemente é o *JASS*, criado por Lena Bergsten et alii, por cooperação entre pesquisadores da HTH School of Architecture e NADA, instituição composta pelo Royal Institute of Technology, KTH, e a Universidade de Estocolmo. Pode-se obter o programa, livremente, para “download”, mediante registro, no site http://www.arch.kth.se/sad/projects/body_projects_software.htm. Os primeiros aplicativos, *Netbox* e *NewWave*, foram criados por Nick Dalton (Sheep) e pesquisadores do University College London, para o sistema Macintosh nos anos 1980 e 1990.

diferentes pontos, ressaltando aspectos topológicos nem sempre perceptíveis quando se observa diretamente a planta baixa. Por exemplo, é fácil perceber que determinado espaço/cômodo – corredor, sala – funciona como articulador de vários outros espaços/cômodos que com ele se conecta diretamente, mas nem sempre é fácil estabelecer uma escala de acessibilidade para os espaços de um edifício como um todo. Os grafos de acesso permitem a visualização da estrutura espacial a partir de qualquer dos seus componentes, de modo que é possível perceber como essa estrutura (o todo), se encadeia distintamente a partir dos espaços que a definem (as partes).

Os aplicativos calculam a matriz de conexões³ entre os nódulos e traduzem aspectos topológicos em valores numéricos, como os que estão apresentados na Figura 1 – valores de *conectividade* e de *acessibilidade* ou de *integração*. Tem-se, por exemplo, que na estrutura espacial em que todos os espaços estão interligados, cada um se conecta a dois outros (o valor de conectividade é, portanto, 2 para todos) e na estrutura espacial em que o espaço “a” media o acesso entre o exterior e o espaço “b”, somente o espaço “a” se conecta a dois outros, enquanto os demais apresentam valor 1 de conectividade. A partir dos valores de conectividade são calculados os valores de integração (operação gráfico-numérica extensamente detalhada na bibliografia referida). Na estrutura simetricamente distribuída da Figura 1 (à esquerda), o valor de integração ou acessibilidade é zero, para todos os componentes. Na outra (à direita), é zero apenas para o espaço “a”, o espaço, portanto, mais acessível em relação aos demais (conforme o cálculo executado pelo aplicativo empregado neste caso, valores mais baixos indicam maior acessibilidade).

O valor de integração de determinado espaço em relação a todos os demais de um sistema espacial estudado é a medida de análise sintática mais universalmente utilizada e é a única que se empregou neste estudo.

3 Esses cálculos também podem ser feitos manualmente. Ver HILLIER e HANSON, 1984, p. 143-175; HANSON, 1998, p. 22-31 e em várias outras publicações disponíveis no sítio <http://www.spacesyntax.net>, como os artigos publicados nos International Space Syntax Simposia.

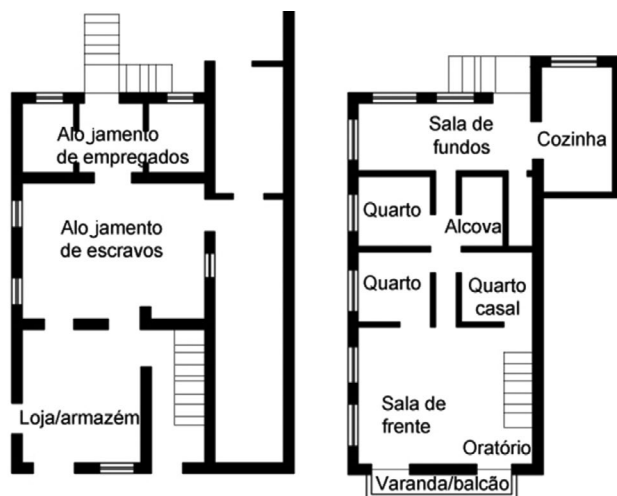
Quando espaços que acomodam certas funções se relacionam em um sistema segundo um arranjo ou ordem de valor consistentemente encontrada em outros casos de determinada amostra, tem-se um indício de que essa expressão gráfica e/ou numérica traduz um padrão sociocultural – ou genótipo. A identificação de padrões genotípicos de integração entre as principais e distintas funções domésticas foi, portanto, um dos objetivos centrais neste esforço para decifrar a alma de lares modernistas natalenses.

Sobre padrões, visitantes e os outros: formatos, arranjos, orientação e interação social

Três tipos de arranjos se associam a características estilístico-formais de caixas murais – os invólucros dos edifícios – que, embora não esgotem o repertório morfológico da produção de cada período, representam bem a arquitetura doméstica colonial, eclética e modernista.

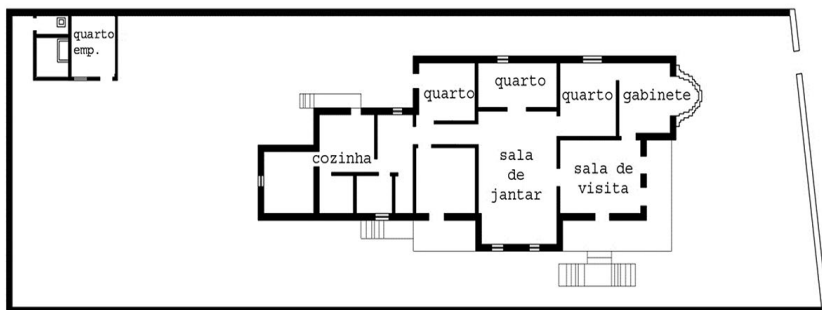
Um volume composto por empenas coladas umas às outras e fachadas enfileiradas no alinhamento frontal dos lotes, abrigando uma sala de frente, um corredor ladeado por alcovas, e uma sala de fundos ligada a uma cozinha instalada em um pequeno volume anexo ao principal conquistou status de arquétipo de moradia colonial na historiografia brasileira (SMITH, 1981), uma vez que esse tipo predominou no ambiente construído urbano e, em certa medida, rural, até o último quartel do século 19, entrando pelo primeiro do século 20, e funcionando como o principal marco identificador de centros antigos em quase todo o Brasil (Figura 2). O arranjo frente-miolo-fundos associa-se com atividades de dia-noite – dia na frente e fundos, noite no miolo –, com modos de interação (predominantemente masculina) entre família e visitantes na frente, entre familiares no miolo e nos fundos, entre familiares e serviçais (predominantemente feminina) nos fundos.

Figura 2 – Esquema de planta baixa de casa em Olinda considerada arquetípica de sobrado colonial (Cf. SMITH, 1981)



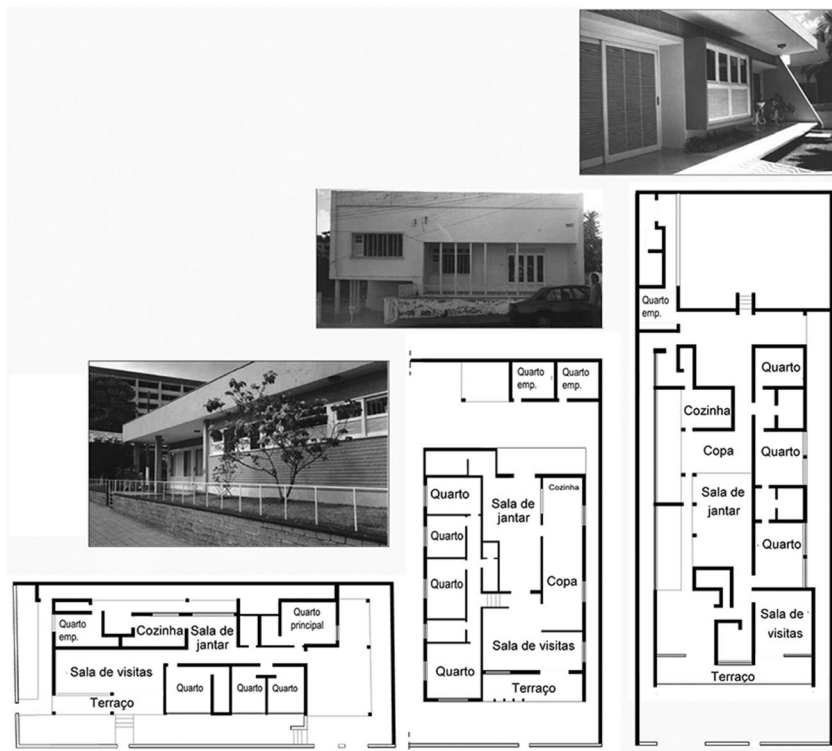
Ao contrário da relativa homogeneidade das casas coloniais, as casas ecléticas inspiradas e recriadas a partir de modelos tão diversos quanto o classicismo francês e o colonial ibérico, passando por chalés alpinos e vilas vitorianas (Figura 3), podem estar contidas em um ou em vários volumes, localizar-se sobre os limites dos lotes ou recuadas em relação a eles, apresentar modenações simétricas ou assimétricas, ornamentação simples ou rebuscada. Apesar da grande variedade de formatos das caixas murais, nessas casas predomina um arranjo em duas sequências de cômodos, dispostos ao longo de um eixo central, sendo uma delas associada a usos diurnos – terraço, sala de visita, sala de jantar, copa, cozinha – e a outra a usos noturnos – quartos (muitas vezes intercomunicantes) à exclusão dos designados para empregados que se localizam quase sempre fora do edifício principal, em volume anexo ou edícula. Tal arranjo encapsula dois modos de articulação: (1) uma que pode ser referida como *de lateralidade*, com atividades diurnas e noturnas desenvolvendo-se em espaços localizados em lados opostos de um eixo central; (2) outra do tipo frente-fundos, com os cômodos frontais utilizados por membros adultos da família (sem distinção de gênero) e seus visitantes, e os posteriores por familiares e empregados.

Figura 3 – Esquema de planta baixa de casa eclética do Recife



Igualmente variadas em termos dos formatos das caixas murais e mais ou menos fiéis ao repertório formal do chamado *Estilo Internacional*, o arranjo espacial das casas modernistas se caracteriza principalmente pela setorização funcional em zonas social, íntima e de serviço que, em estudos sintáticos inspirou a noção de “paradigma de zoneamento” (AMORIM, 1999). Tais setores são frequentemente dispostos para atender requisitos de conforto ambiental, estando os “nobres” – social e íntimo – situados nas faces da caixa mural que são mais privilegiadas em termos de ventilação e melhor protegidas da insolação vespertina (Figura 4). Os quartos não mais se comunicam entre si, apresentando-se como “células terminais”, ou seja, espaços que não dão acesso a nenhum outro, à exceção de um banheiro privativo, nas chamadas suítes, ou talvez de um cubículo de vestir, os ditos “closets”, no jargão anglicizado das plantas baixas. Os quartos e banheiros dos empregados, a chamada “dependência” mesmo localizada sob o mesmo teto (ou laje de cobertura) do volume principal, não se comunicam com nenhum outro espaço, a não ser através da área de serviço e da cozinha. Os cômodos de uso social interligam o exterior aos demais setores mantendo, portanto, seus papéis tradicionais de espaços de permanência e de circulação, mas o acesso para os quartos é quase sempre mediado por um ou mais espaços de circulação – não mais designados como “corredor”, mas como “hall”.

Figura 4 – Casas modernistas em Natal – esquemas de planta baixa



Fontes: Rodrigues, 1999; Dantas, 1999; Macedo, 1999.

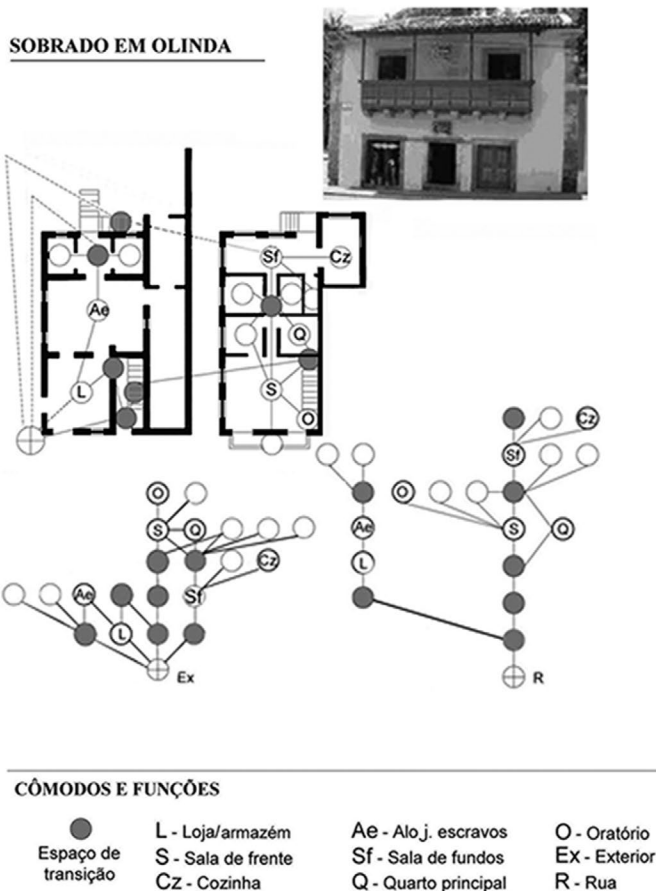
Ainda sobre configuração espacial e interfaces sociais: a partir do repertório

Em estudos anteriores (TRIGUEIRO, 1994), a configuração espacial de cinquenta casas, 25 coloniais e 25 ecléticas, foi estudada comparativamente mediante o emprego de procedimentos de ASE. Buscou-se identificar aspectos espaciais genotípicos, bem como evidências de continuidade e descontinuidade desses aspectos.

Propriedades espaciais recorrentes altamente sugestivas da presença de genótipos foram encontradas. Tais propriedades podem ser visualizadas nos grafos de acesso das figuras seguintes, cuja elaboração está exemplificada no caso do sobrado de Olinda (Figura 5). Os grafos de acesso representam os sistemas espaciais domésticos

a partir de dois pontos de partida: (1) do exterior, ou “lado de fora”, por toda e qualquer entrada, desconsiderados os espaços externos intervenientes – jardins, terraços, degraus etc. (as linhas tracejadas representam essas possibilidades); e (2) da rua, pela entrada principal através de todos os espaços intervenientes. Tais representações refletem as possibilidades de acesso das pessoas que têm controle sobre o edifício (1), e daqueles aos quais é permitida a entrada na condição de visitante (2).

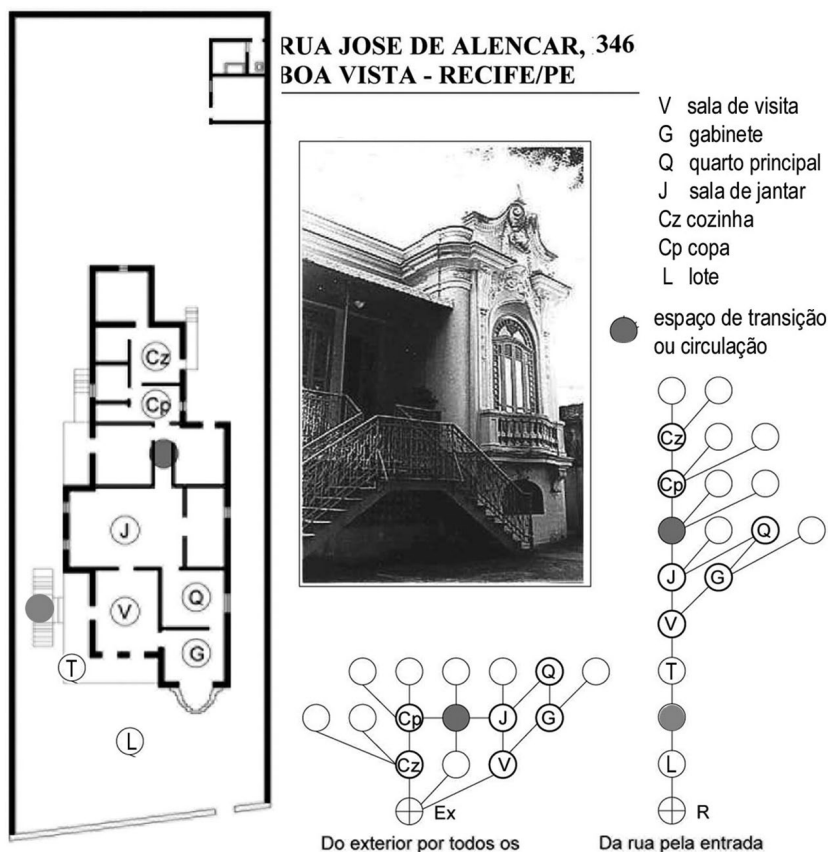
Figura 5 – Grafos representando a estrutura espacial doméstica acessível por qualquer das entradas (esquerda) e somente pela porta principal (direita)



Fonte: Trigueiro, 2004.

Quando os grafos de acesso são comparados definem-se padrões espaciais que parecem codificar tipos distintos de interface social – entre moradores e entre estes e visitantes. O sistema espacial é pouco interconectado e profundo, com vários espaços controlando o acesso para outros, quando o sistema é estruturado a partir da rua apenas pela entrada principal, mas torna-se muito interconectado e raso quando as demais entradas são consideradas. Esse processo de reestruturação espacial a depender das entradas que são consideradas foi encontrado em algumas casas coloniais, como a exemplificada na Figura 5, e em quase todas as casas ecléticas investigadas (Figura 6).

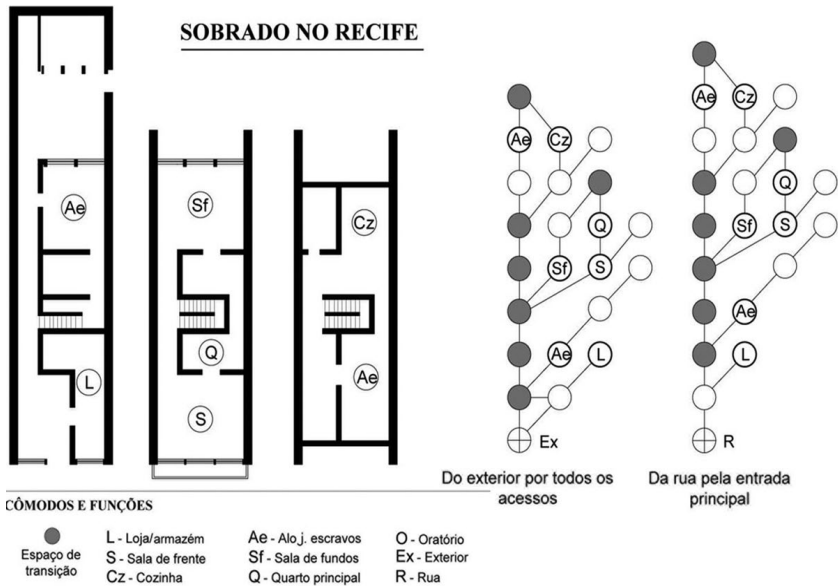
Figura 6 – Grafos representando a estrutura espacial doméstica acessível por qualquer das entradas (esquerda) e somente pela porta principal (direita)



Fonte: Trigueiro, 2004.

Entretanto, tal mabeabilidade não ocorre em outros edifícios residenciais. A Figura 7 exemplifica um caso também considerado arquétipo de moradia colonial, na literatura (VAUTHIER, 1981), cuja estrutura pouco se altera quando remanejada para representar distintos modos de acesso (i.e. moradores ou visitantes).

Figura 7 – Grafos representando a estrutura espacial doméstica acessível por qualquer das entradas (esquerda) e somente pela porta principal (direita)



Fonte: Trigueiro, 2004.

Ademais, quando são considerados os valores numéricos, conforme se viu na Figura 1, a hierarquia de *acessibilidade* ou *de integração* altera-se no sobrado de Olinda (construção estimada como do século 17) e na casa eclética dos anos 1920, mas não no sobrado recifense do século 19 (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Acessibilidade da estrutura espacial e dos cômodos principais (ordem de valores de integração) considerados modos distintos de entrada

Caso	Época estimada de construção	Acessibilidade da estrutura espacial, consideradas todas as entradas a partir do EXTERIOR	Acessibilidade da estrutura espacial, considerada apenas a entrada principal a partir da RUA
Sobrado Olinda	Séc. 17	Sf>Ex>S>Q>Cz>Ae	S>Sf>R>Cz>Ae
Sobrado Recife	Séc. 19	S>Ex>Sf>Cz>Ae	S>Sf>Cz>R>Ae
Casa eclética Recife	Séc. 20	Ex>J>V=Cz	J>V>Cz>R

S-sala de frente (ou de visita); Sf-sala de trás, “dos fundos” (ou de jantar); Cz-cozinha; Ae-alojamento de escravos; Q-quarto dos pais; Ex-exterior (lote); R-rua (espaço público)
 Fonte: Trigueiro, 2004.

Neste, o cômodo mais acessível dentre todos os espaços de permanência é a sala de frente (S), ou sala de visitas, um espaço referido na literatura como de uso predominantemente masculino, privilégio absoluto do *páter-famílias* quando na presença de visitantes não pertencentes ao círculo familiar. Tal hierarquia se mantém independentemente do modo de acesso – o *do morador* que exerce controle sobre o edifício ou o *do visitante* recebido pela porta principal. Por outro lado, embora a hierarquia de acessibilidade, na perspectiva do morador, seja quase idêntica no sobrado olindense e nos edifícios coloniais localizados fora das áreas urbanas centrais, conforme se viu no citado estudo (TRIGUEIRO, 1994), quando o acesso do visitante é considerado, ela altera-se consideravelmente.

Na maioria das casas localizadas em arrabaldes e sítios no Recife do século 19 e das casas das primeiras décadas do século 20, independentemente de suas localizações, a sala de refeições, seja a dos fundos das plantas coloniais (Sf) ou as rotuladas como Sala de Jantar (J) das casas ecléticas, é o cômodo mais privilegiado em termos de acesso. Tal espaço, associado, na literatura, à presença feminina, passou, portanto, de uma posição mais ou menos segregada em tempos coloniais, a depender da localização da moradia, para uma posição muito integrada.

Outros aspectos configuracionais encontrados nos 50 casos examinados no estudo indicam padrões genotípicos: (1) a sala de visitas (S ou V) e o quarto do casal (Q) são os dois cômodos que se localizam topologicamente mais próximos da entrada, têm acessos alternativos (pode-se chegar a eles por mais de uma porta) e estão entre os espaços mais acessíveis, (conforme os valores de integração calculados a partir da matriz de conexões); (2) todos os espaços relacionados a atividades de serviço, incluindo a cozinha (Cz), estão topologicamente afastados da entrada, situam-se na metade inferior da escala de acessibilidade, e não contam com percursos alternativos (uma sequência de espaços controla o acesso para eles), sendo que os alojamentos de escravos (Ae) ou de empregados costumam situar-se no nível topológico mais profundo ou afastado da entrada e no extremo inferior da escala, quando não estão inteiramente excluídos do arranjo espacial interno como é o caso da casa eclética da Figura 6; e (3) a *rua* é segregada em relação ao sistema espacial como um todo quando o sistema é estruturado apenas a partir da entrada principal, mas o *exterior* é acessível quando todas as entradas são consideradas, exceto, nos sobrados do centro do Recife do século 19, como o da Figura 7 (documentado por Vauthier).

Esses achados reforçam a ideia do sobrado urbano colonial de meados do século 19 como a mais alta expressão da sociedade patriarcal, e o último quartel do século como o ponto de inflexão demarcador do início da decadência desse regime (FREYRE, 1981) que se esgarça em princípios do novo século. A casa eclética que atinge sua forma mais acabada nos anos 1920, centrada geométrica e topologicamente na sala de jantar, um espaço feminino, assinala essa transformação sociocultural que parece processar-se essencialmente em torno da mulher. Nossos achados reforçam, ainda, as narrativas de cronistas e viajantes estrangeiros do século 19, manifestamente surpresos quanto à mudança de costumes que parecia acompanhar o traslado das famílias dos núcleos urbanos centrais para os sítios e arrabaldes, em época de “passagem das festas”, fenômeno mais ou menos correspondente ao “veranear” dos tempos atuais. Ali se afrouxava, segundo tais relatos, a rigidez dos costumes, sobretudo

quanto à presença de moças e senhoras, quase imperceptível no meio urbano.

Vauthier relata, por exemplo, a visita a um sobrado do centro do Recife, onde a presença feminina é apenas pressentida no “farfalar de um vestido de mulher” ou pelo breve assomar de uma fisionomia por trás das “cortinas de musselina que guarnecem por dentro as folhas envidraçadas da porta, cuidadosamente fechada, da alcova contígua à sala de visitas” (VAUTHIER, 1981, p. 38). Aponta, entretanto, “a paisagem mais graciosa e amena” em “povoações onde se reúne na estação das festas, de dezembro a março, uma população nômade que vai procurar banhos de água corrente, frescura e saúde à beira de algum rio límpido” (VAUTHIER, 1981, p. 71-72).

À medida que nos afastamos dos quarteirões voltados ao mitológico Mercúrio, as ruas se alargam e tomam um aspecto mais risonho. As fachadas brancas, rasgadas de janelas numerosas, pintadas de verde e avivadas por algum filete amarelo-ocre; as sacadas de ocre vivas em que o ouro brilha de longe em longe e onde vem brincar as crianças e aparecem mulheres para respirar a frescura; as rótulas do rés-do-chão ou dos andares superiores que se abrem timidamente e deixam entrever rostos jovens, tudo isso concorre para tornar a paisagem mais graciosa e amena. [...] uma ou outra família respeitável já se arrisca a sair e o cortejo se alinha na calçada, o pai e a mãe à frente e os filhos atrás, um por um, em longa fila, terminada por algumas mulatinhas fiscalizadas por uma aia (VAUTHIER, 1975, p. 70).

Henry Koster (1816, p. 11-12), em sua primeira visita ao Brasil, confirma essa visão, contrastando os cenários do centro da cidade...

[...] um conhecido da pessoa que me acompanhava na viagem nos arranjou uma acomodação temporária e nos forneceu o que queríamos. Estamos, portanto, finalmente, tranquilamente instalados em nossa nova habitação, se é que se pode chamá-la tranquila, enquanto umas vinte negras berram sob a janela em todos os tons e acordes dos quais a voz humana é capaz – laranjas, bananas, doces,

e outras iguarias, para vender [...]. Umas poucas janelas são envidraçadas, e tem balcões de ferro, mas a maioria não dispõe de vidros e nestas os balcões são fechados por treliças, e mulher nenhuma está à vista, exceto as negras escravas, o que dá uma aparência sombria às ruas (T.As.).⁴

...e de uma vila próxima ao Recife, onde teve a oportunidade de veranejar, na primeira metade do século 19:

Aqui os modos cerimoniais da cidade são jogados fora, e trocados por grau compatível de liberalidade. Nossas manhãs são ocupadas por cavalgadas até o Recife ou em conversas nas casas de quaisquer das famílias com as quais nos relacionamos, e as tardes e noites com música, dança, jogos, ou em jantares com comerciantes ingleses, alguns deles também instalados neste lugar e nesta vizinhança (T.As.).⁵

Parece razoável, portanto, afirmar que ao longo do século 19 e de boa parte do 20, a configuração espacial doméstica brasileira que traduz em grande medida a lógica sociocultural brasileira centrou-se nos espaços hoje ditos do setor social – no início pouco acessível às mulheres, depois orquestrado por elas – mas no âmbito de interface entre o(s) dono(s) da casa e seus visitantes, sempre. Por outro lado, a recorrência com que o quarto do casal apresenta propriedades de acessibilidade e controle sobre os demais espaços domiciliares tanto em casas coloniais quanto ecléticas – localizando-se

4 No original: “[...] an acquaintance of my fellow-passenger obtained some temporary rooms for us, and supplied us with what we wanted. We are therefore at last quietly settled in our new habitation, if I may be allowed to call it quiet, whilst some twenty black women are under the window bawling out, in almost all tones and keys of which the human voice is capable, – oranges, bananas, sweetmeats, and other commodities, for sale. [...] Some few of the windows of the houses are glazed, and have iron balconies; but the major part are without glass, and of these the balconies are enclosed by lattice-work; and no females are to be seen, excepting the negro slaves, which gives a very sombre look to the streets.”

5 No original: “Here the ceremonious manners of the town are thrown aside, and exchanged for an equal degree of freedom. Our mornings were filled up, either in riding to the [sic] Recife or in conversation at the houses of any of the families with whom we were acquainted; and the afternoons and evenings with music, dancing, playing at forfeits, or in dining with some of the English merchants, a few of whom had also removed to this place and its neighbourhood.”

em uma posição topológica vantajosa quanto aos acessos externos e internos do complexo espacial doméstico – é sugestiva de traços de continuidade nas relações de autoridade entre os pais e os demais moradores, até meados do século 20.

Em busca da casa modernista: configuração e interface

Das doze plantas de casas modernistas investigadas especificamente para este estudo, oito apresentam uma estrutura espacial sequenciada, a partir da entrada principal, em sala de visita, sala de jantar e cozinha, muito semelhante àquela encontrada predominantemente nas casas ecléticas. A Figura 8 apresenta quatro dessas casas. Em 10 casos, a sala de visita ou a sala de jantar é o cômodo de mais alta acessibilidade topológica como se observou em moradias pré-modernistas; e a rua ou o quarto de empregada são os espaços mais segregados em sete e cinco casos, respectivamente, conforme se encontrou em exemplares anteriores (Tabela 2).

Por outro lado, a reestruturação do sistema espacial para levar em consideração as entradas alternativas mostrou-se insignificante para alterar a escala de valores de integração, ao contrário do que se registrou para algumas moradias coloniais e para a maioria das ecléticas. Em cinco casos a escala não se alterou, em outros cinco, as alterações foram sutis e em dois, a cozinha tornou-se mais segregada (Tabela 2).

Figura 8 – Esquemas de plantas baixas, imagens e grafos de acesso de residências modernistas de Natal, a partir da rua, apenas pela porta principal

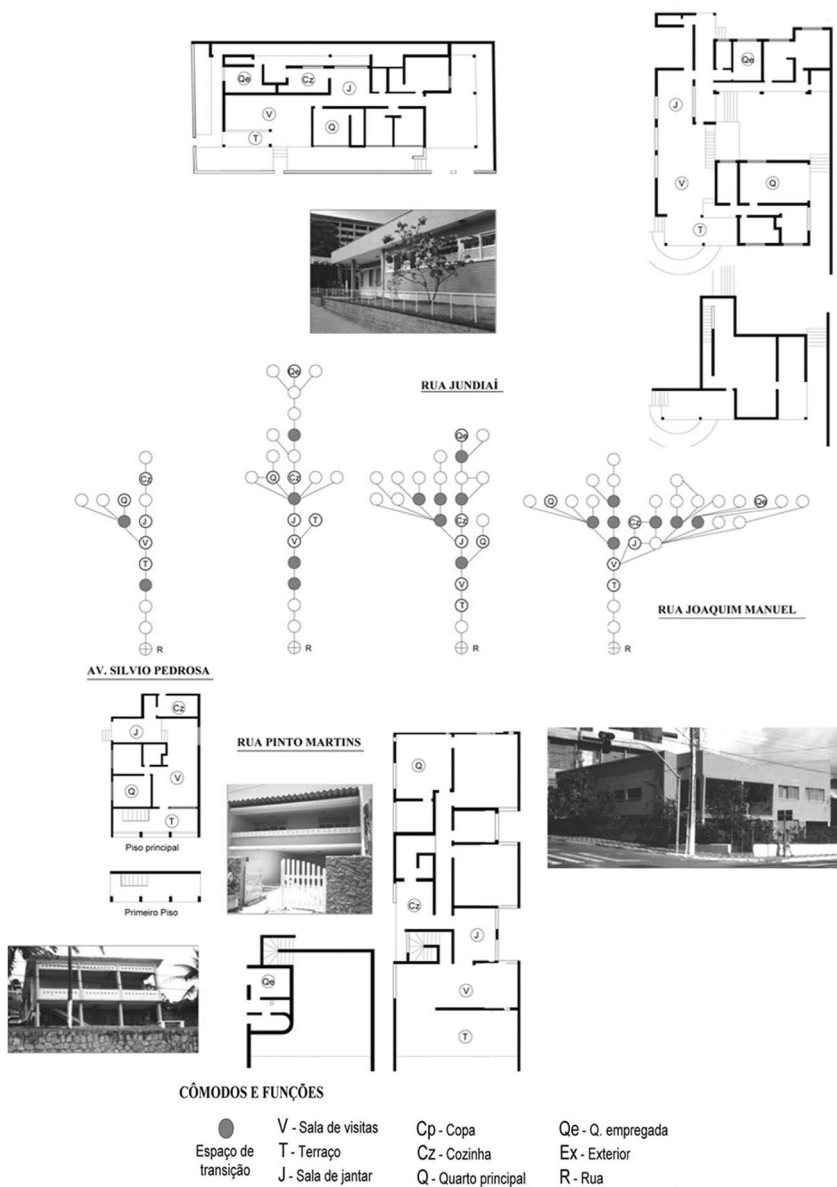


Tabela 2 – Acessibilidade da estrutura espacial e dos cômodos principais (ordem de valores de integração) considerados modos distintos de entrada

Caso (nome da rua)		Acessibilidade da estrutura espacial, considera- das todas as entradas a partir do EXTERIOR				Acessibilidade da estrutura espacial, considerada apenas a entrada principal a partir da RUA			
		Época informada de constr.	Cômodo mais integr.	Cômodo mais segreg.	Hierarquia de integração entre cômodos principais	Cômodo mais integr.	Cômodo mais segreg.	Hierarquia de integração entre cômodos principais	
S.Jardim		1955-60	Cz	Q	V = Cz > Q > Ex	V	Qe	V > Cz > Q > R	
do Motor		1964-70	J	Q	J > V > Ex > Cz > Q	J	Q	J > V > Q > Cz > R	
S.Pedroza		1956-60	V	Q	V > J > Ex > Cz = Q	V	Cz	V > J > Q > Cz > R	
Pe.Lemos		1955-60	V	Qe	V > Cz > J > Ex > Q > Qe	Q	Qe	V > Cz > J > Q > R > Qe	
O.Galvão(2)		1970-80	Cp/Cz	Qe	Cz > Ex > V > Q > Qe	Cp/Cz	Qe	Cz > V > Q > R > Qe	
P.Martins		1977-80	Cz	Qe	Cz > Ex > J > V > Q > Qe	Cz	Qe	Cz > J > V > Q > Qe > R	
H.Koster		1970-80	Cz	Qe	Cz > Ex > J > V > Q > Qe	J	Qe	J > Cz > V > Q > Qe > R	
Jundiaí		1962-70	J	Qe	J > Cz = Ex > V > Q > Qe	J	Qe	J > Cz > V > Q > R > Qe	
25dez		1970-80	J	Qe	J > Ex > V > Cz > Q > Qe	J	Qe	J > Cz > V > Q > Qe > R	
A Câmara		1970-75	V	2ª Cz	Ex > V > J > Qe > Cz > Q	V	2ª Cz	V > Cz > J > R > Q > Qe	
J.Manoel		1950-60	V	Q	V > J = Ex > Cz > Qe > Q	V	outro	V > J > Cz > Qe > Q > R	
O.Galvão(1)		1669-70	Cp	Qe	J > Cz > Ex > V > Q > Qe	Cp	Qe	J > Cz > Q > V > R > Qe	

V-sala de visita; J-sala de jantar; Cz-cozinha; Cp-copa; Q-quarto principal; Qe-quarto de empregada; Ex-exterior (lote); R-rua (espaço público)

Algumas mudanças na configuração de lares modernistas em comparação a seus predecessores apontam para o reverso daquilo que se esperava acontecer caso a moradia brasileira tivesse se desenvolvido segundo os ditames da causa modernista expressos no discurso de vanguarda dos anos 1920, os quais favoreciam a informalidade de encontro e a facilidade de movimento, propriedades que costumam encontrar expressão topológica em uma escala de acessibilidade pouco hierarquizada, que não predominou na amostra estudada. Isso resulta, em parte, acreditamos, de novos requisitos de privacidade subjacentes à estratégia projetual de apartar a zona íntima do resto da casa, cortar seus elos intercomunicantes e mediar seus acessos através de espaços exclusivos de circulação. A ubíqua exigência de um banheiro privativo, às vezes vinculado ao quarto através de um vestiário, prolongou e aprofundou a estrutura espacial, contribuindo para reduzir a acessibilidade média do sistema como um todo.

Entretanto, o aparente avessamento do paradigma modernista revela os contornos de nossa própria modernidade na medida em que sinaliza um afrouxamento de autoridade parental ou uma tendência à ocorrência de episódios ocasionais e seletivos de copresença entre componentes do grupo domiciliar, que estudos de projetos recentes de moradias (HOLANDA, 1999) parecem confirmar.

Apesar da crescente demanda por privacidade, o setor social expandiu-se em área construída, porcentagem de espaço investido relativamente aos demais cômodos, e número de espaços componentes – terraços, varandas, pérgolas, bares e cozinhas ditas “americanas”. Na hipótese de não ter ocorrido um enriquecimento em modos de convívio entre moradores e visitantes é de se supor que essa expansão conote manifestação de *status* que parece ter atingido um clímax (e ponto de inflexão) na virada das décadas de 1980 e 1990, como sugerem estudos de moradias construídas ou reformadas então (TELES, 1999; HOLANDA, 1999; TRIGUEIRO; MARQUES; CUNHA, 2001). É possível que o início dessa tendência, conforme verificado na amostra aqui investigada, tenha de fato correspondido a uma diversificação e complexização de modos de interface social

em uma classe média urbana em processo de expansão e afluência, nos anos dourados das décadas de 1950 e 1960.

Por outro lado, o caráter altamente segregado da maioria dos espaços relacionados a atividades de serviço, sobretudo o quarto de empregada que se mantém numa posição topológica semelhante aos dormitórios de escravas dos sobrados urbanos coloniais, passando pelos seus congêneres nas casas ecléticas, é uma medida eloquente dos limites da nossa modernidade.

Sobre novas formas de morar: reorganizando o público e o privado dentro da casa, mas mantendo o *hardcore*

Na pesquisa intitulada “Novas Formas de morar” desenvolvida por uma das autoras deste artigo, a escolha partiu da identificação do status dos moradores. Foram privilegiadas as condições associadas com a pós-modernidade, como extensamente referidas na literatura: moradores individuais, tais como famílias uniparentais, principais provedores com trabalho baseado em casa, famílias reestruturadas etc. Observações *in loco* e questionários abertos ajudaram a revelar como a casa era usada e a identificar conversões conspícuas e inconspícuas que indiquem transformações com relação a arranjos anteriores.

Alguns aspectos da habitação atual que se manifestam visivelmente no ambiente construído sugerem um ressurgimento das propostas modernistas (ex.: o encolhimento dos espaços de serviço) ou parecem associar-se às novas necessidades domésticas, enquanto outros apontam para um recuo em relação àquelas propostas – áreas comunitárias semiprivadas fortemente separadas do espaço público – e outros, ainda, sinalizam na direção de novos temas – o escritório baseado em casa.

Nos doze casos observados até o momento, mudanças em aspectos projetuais anteriores são quase imperceptíveis. Essas, no entanto, acontecem em níveis significantes nos modos como o espaço é usado e este fato aponta na direção de perda de significância

na esfera social – representada pelo dueto sala de estar e sala de jantar – mesmo quando guardam o arranjo tradicional dentro da casa.

Ninguém mais parece receber em suas casas ou apartamentos. Os espaços de recepção foram transferidos para mezaninos semiprivados e áreas de recepção dos edifícios de apartamentos ou para “casas de recepção” que se multiplicam nas cidades. As salas de jantar foram substituídas pelos recintos públicos das cantinas e restaurantes “self-service” no local de trabalho ou próximo a ele, onde a maioria das pessoas almoça e algumas vezes janta. Mantidas como ícones sagrados, as salas de jantar raramente são usadas como locais de reunião para os membros da família e/ou visitantes ao mesmo tempo. Quartos de dormir, no chamado setor privado, tendem a ser transformados em locais de moradia praticamente completos, com banheiros privativos e uma série de facilidades tais como: TV/ vídeo /sistemas de estéreo, refrigeradores, computadores e assemelhados.

Os casos que se seguem ilustram, exemplarmente, o panorama resultante da pesquisa:

a) No Plano Cem, um complexo de apartamentos de classe média (LOUREIRO; MARQUES, 1999) cozinhas e áreas de serviço são conjugadas e não há quartos de empregadas e sim instalações comuns de vestiários e banheiros no andar térreo. O projetista entendeu que empregadas e babás seriam trabalhadoras ocasionais. Na realidade, adaptações como a colocação de uma rede na cozinha à guisa de arranjo para a dormida da ubíqua figura da empregada doméstica foram introduzidas. Por outro lado, grandes áreas comuns de lazer são muito bem-sucedidas para a realização de churrascos e atividades esportivas e como substitutas das salas de jantar e de estar, como mencionado.

b) Em moradias contemporâneas de alta classe média, três principais diferenças com relação aos padrões modernos brasileiros aparecem nos novos projetos e conversões: (1) a proliferação dos banheiros privativos, as chamadas suítes; (2) o aumento no número de garagens e vagas para estacionamento; e (3) a presença obrigatória de salões de recepção nas áreas comunais.

c) Finalmente, a conversão de um apartamento de classes média alta potiguar revelou a presença de um setor social que segue a moda dos lofts de Nova York, ao mesmo tempo em que mantém áreas de serviço e “dependência” de empregada nos mesmos moldes e disposição dos velhos tipos domésticos, quase imutáveis desde o tempo dos quartos de escravas dos sobrados e casas urbanas, que sinalizam para a continuidade de relações sociais e comportamentos baseados em mão de obra barata.

Pode-se, portanto, concluir que a ressonância internacional conquistada pela arquitetura moderna brasileira estava essencialmente embutida em edifícios públicos e em aspectos formais. Rebatimentos locais de tendências plásticas internacionais podem ser encontrados ao lado de uma face contraditória de nossa modernidade, ou de nossa modernidade perdida, que não parece resolvida nos dias atuais. Dessa forma, a despeito das similaridades em padrões demográficos de alguns enclaves sociais no Brasil e do mundo ocidental pós-industrializado, a mudança da fronteira entre o mundo público e o privado e entre conceitos de trabalho e lazer, como visto na exposição “The Un-private House” (MoMA), que sinalizou na virada do milênio as tendências para o início do novo século, novos projetos de espaço doméstico ainda não emergiram e nossa *recherche pour une modernité perdue* parece continuar.

Referências

AMORIM, L. M. E. “The sectors’ paradigm: a study of the spatial function and nature of modernist housing in Northeast Brazil”. Tese de Doutorado, Londres: University College London, 1999.

DANTAS, U. “Arquitetura modernista: um exemplar em Natal”. Trabalho disciplinar de História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo 3. Natal: UFRN, 1999

FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcalismo rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

HANSON, J. *Decoding homes and houses*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HILLIER, B.; HANSON, J. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

- HITCHCOCK, H. R; JOHNSON, P. *The international style*. New York: Norton, 1966.
- HOLANDA, F. “Síntaxe de uma casa-átrio moderna”. Artigo apresentado no III Seminário DOCOMOMO Brasil, mimeo, São Paulo, 1999.
- KOSTER, H. *Travels in Brazil*. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1816.
- LOUREIRO, C.; MARQUES, S. “Recriando uma antiga moradia: morar novo, cenário antigo?”. In: Anais do VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 1999.
- MACEDO, L. “Estudo morfológico e levantamento de uma edificação modernista”. Trabalho disciplinar de História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo 3. Natal: UFRN, 1999.
- RODRIGUES, A. “Platibanda azul”. Trabalho disciplinar de História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo 3. Natal: UFRN, 1999.
- SMITH, R. C. Arquitetura civil do período colonial. Arquitetura Civil I – Textos escolhidos da *Revista do IPHAN*. São Paulo: MEC, IPHAN, FAUUSP, 1981, p. 95-190.
- TELES, V. “O grau de satisfação e as mudanças ocorridas no condomínio Leonardo da Vinci”, Monografia de Especialização, Natal, UFRN, 1999.
- TRIGUEIRO, E. “The dinner procession goes to the kitchen”. In.: Proceedings of the 1st Space Syntax Symposium, Londres: University College London, 1997.
- TRIGUEIRO, E. “Change and continuity in Domestic Space Design: a comparative study of nineteenth and early twentieth century houses in Britain and Recife, Brazil”. Tese de Doutorado, Londres: University College London, 1994.
- TRIGUEIRO, E., MARQUES, S.; CUNHA, V. “The mystery of the social sector: discussing old and emerging spatial structures in Brazilian contemporary homes”, In Proceedings of the 3rd International Space Syntax Symposium, Atlanta: Georgia Tech, 2001.
- TRIGUEIRO, E.; MEDEIROS, V. “Of dwellings and streets that connect: a brief honey-moon”. In.: Anais of the International Seminar on Urban Form, Ouro Preto: ISUF, 2007.
- VAUTHIER, L. Casas de residência no Brasil. Arquitetura Civil I – Textos escolhidos da *Revista do IPHAN*. São Paulo: MEC, IPHAN, FAUUSP, 1981, p. 27-94.

Considerações sobre a habitação vernácula do Seridó: a casa-grande de fazenda e a casa urbana

Paulo Heider Forte Feijó

Aqui são feitas referências às casas vernáculas do Seridó, tendo como parâmetro casas de diversas regiões do Brasil, e incluindo, como exemplos, as casas que constituem o objeto de estudo de dissertação de mestrado concluída em 2002¹, analisadas em aspectos definidores do partido arquitetônico adotado pelos seus criadores e/ou construtores.

Procurou-se, assim, conduzir este estudo tendo como roteiro categorias de análise abaixo descritas e derivadas da definição de partido arquitetônico, como se segue:

- 1 – intenção Plástica: forma da caixa edílicia e modenatura;
- 2 – conformação topográfica do terreno e orientação: implantação;
- 3 – programa: ambientes constituintes e seu arranjo no espaço;
- 4 – condições locais e sistema estrutural: materiais e técnicas construtivas e elementos constituintes.

1 Este artigo é uma adaptação da dissertação defendida pelo autor sob o título “A Arquitetura Tradicional de Acari no século XIX: estudo comparativo entre a Casa-Grande de Fazenda e a Casa Urbana”, sob orientação da profa. Edja B. Faria Trigueiro, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1 Intenção plástica: forma da caixa edilícia e modenatura

Em Acari há certa homogeneidade nos padrões das casas-grandes de fazenda do século XIX. São cobertas com dois panos d'água, com empenas elevadas, favorecendo a existência do sótão, além de contar com o tradicional alpendre em sua fachada principal. Esses modelos, que se consagraram por todo o século XIX e início do século XX, formam as conhecidas casas de “telhado de arrasto”. Dá-se essa denominação devido à grande inclinação dos panos do telhado, em duas águas, uma para frente e a outra para trás, que se iniciam, respectivamente, no alpendre e na parede posterior da casa. Têm pé direito em torno de 2m, no alpendre, indo se encontrar na cumeeira já com altura suficiente para abrigar outro pavimento, o sótão, com janela dando para o oitão, tão peculiar àquelas habitações.

A escritora cearense Natércia Campos (1999, p.15), em seu romance *A Casa*, no qual a casa é a personagem, faz observações acerca do seu espaço interno: “Tenho o pé-direito bem alto, o que ajuda muito os ventos na sua missão de arejar”.

A forma da caixa edilícia das casas-grandes de fazenda aqui analisadas é praticamente padrão, prevalecendo o mesmo aspecto volumétrico exterior.

Sobre os aspectos homogêneos das casas de fazenda, Lamartine (1965, p.14) diz:

As casas construídas pelos fazendeiros para sua habitação pouco diferiam uma das outras, quer no seu aspecto externo, quer nos seus compartimentos, existindo, ainda hoje, muitas delas, edificadas há mais de um século.

A relativa uniformidade dos lotes e dos partidos arquitetônicos das casas urbanas decorre da padronização, muitas vezes determinada em Cartas Régias ou posturas municipais. Diz-nos Reis Filho (1970) que o alinhamento das casas com suas vizinhas, o número de vãos, as dimensões, e a altura dos pavimentos eram exigências correntes já no século XVIII e tinham, por objetivo garantir que as vilas e cidades brasileiras apresentassem aparência das

congêneres portuguesas, não se restringindo somente às fachadas, mas se estendendo às plantas, que apesar de ficarem ao bel prazer de seus proprietários, apresentavam-se, segundo o autor, com surpreendente monotonia.

Contradizendo, em parte, este e outros autores que abordaram a arquitetura vernácula doméstica do Brasil, os achados deste estudo indicam, como se procurará demonstrar, que, embora as casas-grandes de fazenda e as casas urbanas aqui investigadas apresentem características comuns entre si, principalmente no que diz respeito ao seu exterior, apresentam também significativa diversidade em termos de plantas.

1.2 Implantação

Para a instalação de uma fazenda de gado fazia-se necessário certos cuidados na escolha do local para a implantação da casa, do curral e de outras estruturas, o que não ocorria com relação à casa urbana. O local onde seria edificada a casa-grande da fazenda deveria atender a pré-requisitos básicos, como a existência de água potável de fácil obtenção, boa visibilidade, e fácil acesso. Este último, muitas vezes dificultado pelo inexistente ou incipiente sistema viário de então. Para a implantação da casa no terreno levava-se em consideração, basicamente, que a mesma tivesse sua fachada principal voltada para o nascente, garantia de que a casa estaria localizada do “lado da sombra”, assegurando-se, assim, que o sol da tarde não incidiria em sua fachada principal, tornando bastante aprazível não só o alpendre (quando existente) como também a sala de visita (Figura 1). A edificação ficava totalmente isolada dentro do lote, ou seja: dentro da área da fazenda, com possibilidades de se ter aberturas de portas e janelas em qualquer de suas fachadas, como também coberturas em quatro águas. Apesar dessas possibilidades, dentre as casas aqui analisadas não foi encontrado um só exemplar que apresentasse telhado com caimento para suas laterais. Mas sim, para frente e para trás (Figura 2).

Figura 1 – Fazenda Carnaubinha



Figura 2 – Fazenda Ingá



Como em geral essas casas eram construídas anteriormente às casas urbanas, quando ambas pertenciam ao mesmo proprietário, um aspecto a ser observado é o que diz respeito ao tamanho do lote urbano, e à ocorrência das casas nele implantadas, que, na maioria

dos casos, eram construídas conjugadas com suas vizinhas. Assim sendo, não havia recuos laterais ou oitões livres, impossibilitando a existência de aberturas em suas paredes laterais. Por esse tipo de implantação, era imperativo ter normalmente o telhado desenvolvido em duas águas, uma para frente e a outra para trás, já que não se dispunha de dutos para canalizar as águas pluviais, caso os panos de telhados tivessem caimento na direção de suas vizinhas laterais.

Com relação às casas de fazenda, Lamartine (1965, p. 23) assim as descreve:

Assentada no alto – para melhor aproveitar a frescura dos ventos e oferecer posição mais vantajosa quando dos ataques de cangaceiros – era de construção sóbria, alpendrada, de duas águas e levantada com madeira, pedra, tijolo e telha da própria fazenda. Não oferecia a beleza artística dos casarões do açúcar, de grades de ferro-trabalhado e arabescos de argamassa e pedra. Nenhum enfeite transparecia de sua arquitetura e seu conforto maior parecia residir no frio das lajes do alpendre ou na carícia da rêde armada no quarto do sótão.

No caso das casas urbanas, a escolha do terreno e a orientação da habitação já não eram tão ao sabor da vontade de quem as ia construir, pois existiam determinadas regras a serem seguidas, como o já mencionado alinhamento, também referido como “cordeamento”, que consistia em alinhar as vias públicas, utilizando-se de cordas. Nas ruas que tinham direção Norte-Sul, por exemplo, as casas poderiam ter suas fachadas voltadas para o Leste ou para o Oeste, dependendo de que lado estivessem implantadas. Em ruas com direções diversas, as edificações tinham suas fachadas orientadas noutros sentidos, não sendo possível, portanto, a implantação de todas as casas com suas fachadas voltadas para o nascente. Além disso, em geral, as dimensões dos lotes já se encontravam preestabelecidas.

Quando implantadas em terrenos nivelados, ou com pouca inclinação, era costume construí-las “parede e meia” com suas vizinhas, mantendo-se os mesmos panos de telhados e as mesmas cumeeiras, com suas fachadas principais alinhadas ao longo da via

pública. Desse modo, as ruas eram definidas pelas próprias fachadas das casas (Figura 3).

Figura 3 – Rua Dr. José Augusto, 15



Figura 4 – Rua Tomaz Araújo, 169



Embora não se tenha registrado neste estudo exemplos de casas urbanas com alpendre fronteiro, segundo referência de Jayme da Nóbrega Santa Rosa (1974, p. 45), na segunda metade do

século XVIII, Tomaz Araújo Pereira, filho do português de mesmo nome, construiu ao poente da capela (hoje Igreja do Rosário), uma casa com alpendre frontal, que avançava sobre o alinhamento da via pública, ficando, portanto esse trecho da rua sendo conhecido, até o início do século XX, como rua dos alpendres, atual rua Tomaz Araújo, em homenagem a seu filho (Figura 4).

Novamente contradizendo alguns autores como Reis Filho (1970), quando afirma que as edificações da arquitetura urbana no período colonial ocupavam toda a largura do lote, essa situação só em parte pode ser aplicada à arquitetura urbana da cidade de Acari, onde se podem encontrar casas construídas com oitão livre, ou seja, com recuo lateral.

As casas urbanas de Acari, ora estudadas são estreitas e longas, ocupando, na maioria dos casos, de 4 a 9 metros de testada. Neste ponto apresentam características semelhantes à descrição que Louis Vauthier (1975) oferece como sendo representativa das habitações nas cidades brasileiras, com testadas que variam, segundo ele, de 5 a 8 metros.

1.3 Programa

Os resultados deste estudo demonstram que, mais uma vez, desautorizando mitos de “homogeneidade” generalizada no âmbito da arquitetura doméstica colonial brasileira, e a despeito das semelhanças entre os programas de necessidades, havia variação na distribuição interna e nas inter-relações dos ambientes das casas, tanto rurais quanto urbanas.

1.3.1 Ambientes constituintes

Sobre a distribuição interna nas habitações do Seridó existentes anteriormente às aqui estudadas, Medeiros Filho (1983, p. 55) afirma que os ambientes das casas térreas, feitas de taipa, com telhado em duas águas e chão de barro batido, apresentavam a seguinte disposição:

1) O copiá, alpendre dianteiro, que arquitetonicamente não fazia parte da casa, de onde, através de uma porta, se tinha acesso à sala da frente, que ficava em um plano mais elevado.

2) A sala-de-frente, que ocupava toda a largura da residência e contava com uma porta partida e duas janelas voltadas para o copiá. No meio da parede posterior dessa sala existia uma porta denominada porta-do-meio, que dava acesso ao corredor da casa.

3) O corredor, que partia da porta-do-meio no sentido dos fundos da casa, tendo em suas laterais, portas que se abriam para os quartos.

4) Os quartos de dormir, que nas residências menores se constituíam apenas de uma alcova e uma camarinha, correspondente ao quarto do casal e ao das moças, respectivamente.

5) A sala-de-trás, que se localizava no final do corredor e de onde se tinha acesso ao exterior através de uma porta. Ali terminava a casa, do ponto de vista da arquitetura. Contígua à sala-de-trás, sob um alpendre, localizava-se a cozinha. Esta disposição perdurou pelos séculos XVI, XVII e XVIII.

É comum serem encontradas, sistematicamente, como se fossem verdadeiros axiomas, descrições de casas-grandes de fazenda e mesmo urbanas que mencionam a existência de um corredor central com portas laterais que se abrem para os quartos.

Quando se estuda a casa no Brasil, tem-se, como referência obrigatória, as observações feitas por alguns autores, dentre os quais Louis Leger Vauthier, engenheiro francês que residiu e trabalhou no Recife entre 1840 e 1846, e que analisou a casa de morada brasileira, tanto a rural quanto a urbana, de maneira genérica. Vauthier (1975, p. 37), em cartas ao colega e amigo, arquiteto Cesar Daly, indaga:

[...] que serão essas construções alinhadas que não recebem ar nem luz senão pelas duas extremidades? Essa forma rígida, esse tipo único, comprimido na largura, não se presta nada, [...] a uma grande variedade de disposições internas. Assim, quem viu uma casa brasileira, viu quase todas.

Uma sala de frente, uma sala de fundos; comunicando-se a cada uma dessas peças, há uma ou duas alcovas fechadas

por meio de portas envidraçadas; entre esses dois grupos, um corredor [...]

Smith (1975, p. 121) reforça esta suposição ao atribuir caráter de “[...] arquétipo da arquitetura residencial do Brasil colonial [...]” à planta de um sobrado situado no pátio de São Pedro, em Olinda, fundamentando seu argumento na presença ali de “[...] certo número de elementos que se tornariam parte essencial da arquitetura residencial mais recente do Brasil colonial [...]”, dos quais ressalta os cinco referidos abaixo:

[...] a grande sala de frente com o oratório do lado [...] a varanda que se estende por quase toda a largura da fachada [...] um corredor estreito que vai até os fundos com portas de ambos os lados dando para os quartos [...] pequenas alcovas sem ar nem luz [...] a sala de jantar com a cozinha à direita.

Nesta pesquisa, observou-se que tal afirmação não se mostrou verdadeira, pois, dentre as 24 (vinte e quatro) casas aqui estudadas, em apenas uma ocorre esse tipo de distribuição interna de cômodos, que é a casa-grande da fazenda Cacimba do Meio.

As casas que constituem o objeto deste estudo são construídas com alvenaria de tijolos e, com poucas variações, dispõem dos seguintes ambientes, que serão analisados a seguir, um a um:

- 1) O alpendre (existente somente nas casas-grandes de fazenda);
- 2) a sala de visita;
- 3) a saleta;
- 4) o corredor;
- 5) o quarto;
- 6) a sala de jantar;
- 7) a cozinha;
- 8) a despensa;
- 9) o depósito;
- 10) o sótão;
- 11) a latrina.

O paiol, apesar de não se caracterizar como um cômodo, é um elemento da maior importância na casa-grande de fazenda, por armazenar a farinha durante longo período. Embora pouco encontrado nas casas urbanas, existia na maioria das casas rurais estudadas.

O alpendre

Constituído pelo prolongamento da cobertura da casa, aberto em três dos seus quatro lados e apoiando-se na parede da fachada principal e em pilares de madeira, este ambiente era, em geral, pavimentado com lajedo (Figura 5), ou com o mesmo piso aplicado nos demais cômodos da casa, a tijoleira de barro. Como mobília, dispunha de bancos corridos, confeccionados em cedro, pau-d'arco, aroeira ou angico. É, em geral, o ambiente mais aprazível da casa, no período da tardinha e à noite, já que quase sempre se volta para o lado da sombra, protegido da incidência do sol no período da tarde, recebendo, portanto, a brisa tão necessária ao conforto humano, naquela região.

Figura 5 – Fazenda Cacimba do Meio



Segundo Lemos (1989), apesar de não existir comprovação documental, o alpendre tem origem na casa rural da Índia e foi trazido pelos portugueses. Por ser um elemento sombreador de paredes, desempenha função importante no conforto ambiental da residência, além de funcionar como espaço aberto para receber estranhos e abrigar hóspedes, bem como proteger da chuva produtos da colheita, enquanto eram beneficiados no terreiro.

Em parte as observações acima citadas se aplicam às casas ora estudadas e bem demonstram a importância do alpendre na habitação, para a região do Seridó. Mesmo assim, não se registrou uma só casa que tivesse alpendre em quaisquer de suas fachadas laterais. Comumente, são encontrados nas casas-grandes de fazenda, alpendres em suas fachadas principais.

Ao estudar a casa rural do Rio de Janeiro, Cardoso (1975, p. 23) é enfático, quando diz:

Não há a menor dúvida de que esses alpendres receberam a influência dos claustros franciscanos: basta compará-los com o do Convento da Bahia (Fig. 45) para se obter do confronto uma igualdade inequívoca: são as mesmas colunas, os mesmos caibros serrados, as próprias dimensões são quase idênticas. Aliás, a origem desses alpendres está muito distante no tempo. Já no século XV, no palácio Strozzi ele existia sobre colunas de capitéis coríntios e repousando sobre meias-tesouras.

Evidentemente, os exemplares estudados por esse autor nada têm a ver com a arquitetura rural de Acari, em que a simplicidade da caixa mural, além de seu completo desprovemento de ornato, lhe confere característica singular.

Por outro lado, o caráter utilitário do alpendre parece corresponder aos achados deste estudo, que a visão de conhecedores do ambiente local reforça. A propósito, comenta Cascudo (1975, p. 30), quando se refere ao sertanejo: “A noção de beleza para ele é a utilidade, o rendimento imediato, pronto e apto a transformar-se em função”.

O autor acrescenta ainda:

Como todos os primitivos, o sertanejo não tem o senso decorativo nem ama sensorialmente a Natureza. Seu encanto é pelo trabalho realizado por suas mãos. Nisto reside seu manso orgulho de vencedor da Terra (CASCUDO, 1975, p. 29).

Há relatos de que Acari contava, em sua área urbana, com casas com alpendres frontais, em fins do século XVIII. Das casas urbanas estudadas são poucas as que apresentam alpendre voltado para o quintal.

A sala de visita

A sala de visita é o primeiro ambiente fechado da casa. Encontra-se na maioria dos casos, ocupando toda a largura do edifício, interligando-se com os demais cômodos através do corredor, de outras salas ou até mesmo de quartos. Apesar de estar localizada contígua aos quartos, por vezes, não se articula diretamente com eles.

Em geral, as casas-grandes de fazenda do Seridó contam, na sala de visita, com duas janelas, uma em cada fachada lateral, e duas portas voltadas para a fachada principal. Intercalando essas portas, é comum a existência de um nicho que funciona como armário embutido, já que a espessura avantajada da parede favorece tal aproveitamento. Raros são os casos em que há janelas na fachada principal. Nessas casas ora analisadas, não se registrou uma só delas que apresentasse janela nessa fachada. Já na casa urbana, verifica-se a existência de janelas em sua fachada principal, porém não dispõe de nicho na parede, embora a mesma tenha espessura suficiente para contê-lo.

Este é o ambiente social da residência, local onde são recebidas as pessoas que, efetivamente, não gozam de maiores intimidades da família ali residente (Figura 6). A porta de acesso da sala de visita para o interior da casa, quer fosse para o corredor ou para outra sala, recebia, em geral, uma esquadria em duas bandas, uma inferior e outra superior, que poderia permanecer com a banda inferior fechada e a superior aberta, desempenhando, dessa forma, uma barreira à passagem, ao mesmo tempo em que a casa permanecia aberta.

O mobiliário da sala de visita, assim como o dos demais compartimentos, era bastante rudimentar, conforme dão conta estudiosos e cronistas do Seridó e confirma a observação dos casos remanescentes. Constava de alguns tamboretos ou bancos feitos de madeira, com assento de couro cru, algumas espreguiçadeiras, cujo assento e encosto se constituíam de uma única peça de tecido ou couro. Outras eram do tipo de balanço. Todo esse mobiliário era confeccionado na própria fazenda ou nas redondezas, por marceneiros que usavam o material ali disponível, como o couro e a madeira local. Para a casa urbana, o mobiliário podia ser adquirido em centros maiores, no caso, Recife. Contudo, essa não era uma empreitada simples, pois seu transporte era difícil, já que teria de ser conduzido em lombo de animal.

Figura 6 – Fazenda Saco dos Pereira



A rede era outro elemento também utilizado na sala de visita, não somente para dormir, mas como mobiliário para sentar, no decorrer de uma conversa informal e descontraída. Afirma Koster (1978, p. 151): “Imediatamente apoz minha entrada em sua casa, ofereceu-me a rêde em que estava mas fiz armar a minha e, sentando-me, passamos muito tempo fumando e conversando”.

O corredor

O corredor é o elemento de interligação da casa. Além dos autores – Vauthier, Smith, Medeiros – referidos nas páginas anteriores, e de tantos outros que repetem de forma mais ou menos fundamentada as observações daqueles, Reis Filho (1970, p. 24) oferece uma descrição desse espaço de transição. Em geral disposto longitudinalmente com relação à planta, situa-se no centro ou na lateral. Através dele se tem acesso aos quartos, às salas de jantar e de visita.

Raramente sua largura excede 1,50m, e seu comprimento varia com a quantidade e dimensões dos quartos. Sobre ele, mormente nas casas grandes de fazenda, situa-se o paiol, espécie de caixão onde são armazenados mantimentos como farinha e rapadura, tão indispensáveis à mesa do sertanejo. O início do corredor, a partir da sala de visita, conta sempre com uma porta de duas bandas, uma inferior e outra superior, também denominada de porta-do-meio, que permite o bloqueio de pessoas à área mais íntima da residência. Com relação à casa urbana, por vezes o paiol sobre o corredor não existe. Os outros elementos, contudo, são de uso corrente (Figura 7).

Figura 7 – Fazenda Saco dos Pereira



O quarto

Para Freyre (1981), a casa grande especializou-se em guardar mulheres e valores. O autor defende ainda que o século XIX teria presenciado o apogeu e o ponto de declínio do modelo patriarcal no Brasil, e que a luta mais renhida se teria travado em torno das mulheres, a quem o patriarca queria presas nas alcovas e camarinhas.

De acordo com Veríssimo e Bittar (1999, p. 89),

[...] a planta patriarcal entalava a alcova dentro do corpo da casa, fosse na residência urbana ou rural. Na cidade, a exiguidade do lote referendava essa posição, permitindo apenas aberturas nas extremidades, em salas ou cozinhas.

Embora, como já foi mencionado, se tenha encontrado em Acari casas urbanas com afastamento lateral, a observação acima se confirma entre as casas de Rua do Seridó, que são, em sua maioria, conjugadas com suas vizinhas, e, portanto a existência de quartos sem janelas torna-se quase uma condição imposta pelo tipo de parcelamento do solo e ocupação do lote.

Nos casos investigados, os quartos situam-se entre a sala de visita e a sala de jantar, ou ao lado desta, tendo acesso, em geral, através do corredor ou diretamente das respectivas salas. Por vezes, apesar de uma de suas paredes estar voltada para o exterior, nela não existe janela ou qualquer outra abertura, constituindo-se na tradicional alcova ou na camarinha, que correspondiam, respectivamente, ao quarto do casal e das filhas.

O quarto, normalmente, não tem grandes dimensões no que tange ao comprimento e largura, porém, com relação à altura, já não se pode dizer o mesmo, pois, às vezes, encontra-se sob as imediações da cumeeira, ponto mais alto da cobertura, e, no caso da inexistência de sótão, este ambiente fica com pé direito bastante alto, em torno de 8m (Figura 8).

No quarto das moças, quando existia janela, por vezes essa recebia uma espécie de grade, formada pela disposição de peças de madeira, tipo ripas, fixadas da verga ao peitoril, e espaçadas uma sim outra não. Segundo a tradição, tinham a função de evitar que as

Figura 8 – Fazenda Ingá



moças donzelas fugissem pela janela, à alta madrugada, para encontrar seus namorados.

Além dos quartos que se destinavam ao casal e aos filhos, em alguns casos, havia o quarto de hóspedes, com ligação exclusiva para a sala de visita, ou mesmo para o alpendre.

O mobiliário do quarto era bastante modesto, segundo evidências escritas, orais, iconográficas e ainda hoje presentes. Com relação a esse assunto, Lamartine (1984, p. 21) comenta: “Não havia guarda-roupa; usavam simplesmente o baú em seu lugar”. O baú é uma espécie de caixão com tampa abaulada confeccionado em cedro ou outras madeiras de lei, revestido com sola ou couro, e pregueado com tachas douradas. As malas também faziam parte desse mobiliário. Eram feitas de pau-d’arco, pau amarelo, cedro ou mulungu. Esta última é uma madeira muito leve. Nos quartos podiam existir também os caritós, que eram pequenos armários embutidos ou simples prateleiras dispostas nos cantos das paredes. Contava ainda com

pequenos oratórios onde eram colocadas as imagens da devoção da família. Quando existiam camas, estas eram confeccionadas com estrado de madeira, couro cru ou sola. Para dormir, normalmente utilizavam-se redes de algodão, de fabricação manual. Estas redes eram armadas, em geral, em armadores dispostos nas paredes opostas do quarto. Estes armadores eram constituídos de vários materiais e formas variadas. Quando de ferro, tinham a forma ainda hoje usual ou eram simples argolas. Se de madeira, inicialmente era escolhida aquela com qualidade para resistir aos esforços solicitados, em especial a aroeira e o mofumbo. Embora sua forma tivesse pouca variação, ia desde um simples gancho até peças bem recortadas. Quando do mesmo material, tinham desenho praticamente estandardizado.

A sala de jantar

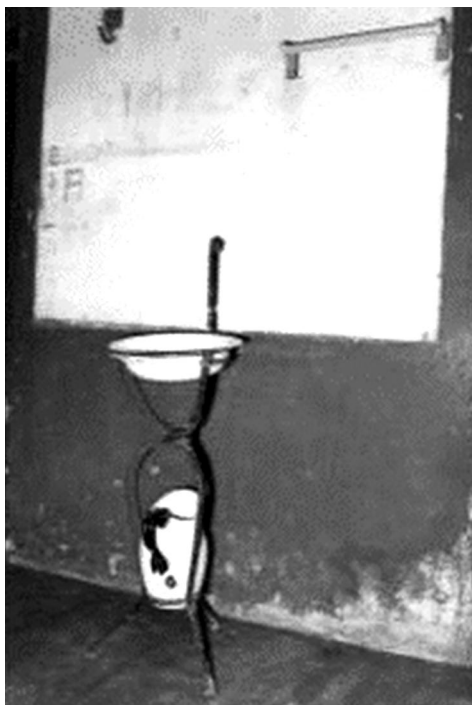
Nas casas-grandes de fazenda, as salas de jantar dispunham de janelas ou portas para as laterais, sendo, portanto, ambientes quase sempre arejados e bem iluminados. Por vezes, compreendiam toda a largura da casa (Figura 9). Da sala de jantar se tinha ligação direta com quartos, cozinha, corredor, ou até mesmo com a sala de visita, dispensando a existência do corredor como elo de ligação entre elas, como registrado na casa-grande da Fazenda Maracujá. Em alguns casos, se ligava ao exterior, através de porta na fachada lateral. Seu mobiliário, além da mesa para refeição, confeccionada em cedro, pau-d'arco, aroeira, cumaru ou angico, com dimensões variadas, com seus bancos corridos, dispostos nas suas laterais, e bancos individuais nas cabeceiras, contava também com cristaleiras, no caso de residências de famílias mais abastadas ou que tinham acesso mais fácil a um grande centro urbano como Recife. Uma espécie de lavatório é peça frequentemente encontrada na sala de jantar. Trata-se de uma bacia de ágata, uma jarra contendo água, um porta-toalhas, tudo isso disposto em uma estrutura de ferro, com três pernas (Figura 10). Por fim, a cantareira, artefato confeccionado em madeira ou pedra, onde eram dispostos os potes com água a ser servida na residência. Há muitos casos em que as cantareiras também se localizam na cozinha. A sala de jantar da casa-grande de fazenda diferencia-se da existente na casa urbana pelo fato de que,

nesta, quase nunca existem portas ou janelas que se abram para suas laterais, já que muitas dessas casas são conjugadas com suas vizinhas.

Figura 9 – Fazenda Cacimba do Meio



Figura 10 – Fazenda Saco dos Pereira



A cozinha

Em alguns casos, tanto de casas-grandes de fazenda, quanto de casas urbanas, construídas no século XIX, no município de Acari, as cozinhas eram dispostas fora do corpo principal da casa, caracterizado pelo trecho da edificação definido por paredes mais espessas que as paredes divisórias dos cômodos internos. Em sua maioria, tais cozinhas têm sofrido reformas por motivos diversos. Algumas por terem sido construídas de maneira precária, do ponto de vista da sua durabilidade, que, estando na iminência de desabar, foram refeitas, e, em alguns casos, com modificações. Outras, no decorrer do tempo, foram adaptadas para receber novos equipamentos, como pias com água encanada, fogões e geladeiras. Portanto, enquanto as cozinhas dificilmente têm resistido até os dias atuais, os demais cômodos das casas têm se mantido como originalmente foram construídos, existindo poucas modificações, como por exemplo, a de abertura de portas e fechamento de outras, bem como, a introdução e/ou retirada de paredes divisórias.

A cozinha era o cômodo de maior movimento da residência. Ali, as mulheres passavam a maior parte do tempo, preparando a comida e realizando outras atividades correlatas. No sentido de quem entra pela porta principal, é, em geral, o último ambiente da casa. Por causa da fumaça provocada pela queima da lenha, usada no fogão, a cozinha, por vezes, era disposta fora do corpo principal da casa (Figura 11).

Disponha de acesso ao exterior através de porta, contando ainda com uma ou mais janelas, dentre as quais, uma poderia funcionar como uma espécie de pia onde eram lavadas as louças e panelas da casa. Para tanto, construía-se um jirau de madeira pelo lado externo, ou uma calçada, pelo lado interno, que faziam as vezes de bancada.

Comum, também, era a existência de janelas com peças de madeira, tipo ripas, fixadas da verga ao peitoril, e espaçadas umas sim, outras não, idênticas às encontradas nos quartos das moças, e até em salas de jantar. Provavelmente tinham a função de evitar

Figura 11 – Fazenda Malhada Vermelha



que animais domésticos entrassem na casa. Além da sala de jantar, na cozinha também, se colocavam potes d'água em cantareiras ou isoladamente.

O fogão é o elemento principal desse ambiente. Construído em tijolos, situava-se em um recanto formado pelas paredes da fachada lateral e posterior. Compunha-se basicamente de uma bancada com altura aproximada de um metro, sustentada por uma abóbada de berço, em cujo interior era armazenada a lenha a ser queimada. Sobre essa bancada dispunha-se o fogão propriamente dito, constando de local onde se colocava a lenha, e sobre a qual eram dispostas as bocas ou trempes que recebiam as panelas. Apesar da existência da chaminé, toda fumaça, fruto dessa queima, dificilmente era extraída do ambiente através dela, permanecendo por

algum tempo no recinto, tisonando as paredes e telhado, tornando escuro aquele ambiente da casa.

Com o objetivo de minimizar esse problema da fumaça dentro da casa, gerada pela queima da lenha, Rybczynski (1996, p.139) relata:

Em 1860, C. J. Richardson dedicou um capítulo inteiro de seu livro sobre projetos de casa à “Construção de Fumageiros e Prevenção de Fumaça” e escreveu que “ainda está por ser descoberta uma construção que resolva estes defeitos sérios”. Ele também fez um panfleto intitulado *The Smoke Nuisance and Its Remedy* (O incômodo da fumaça e sua solução). Mesmo vinte anos depois, os livros sobre construções de casas estavam sugerindo diversas maneiras de se reduzir “o incômodo de uma chaminé que faz fumaça”.

Até os dias atuais, nas casas onde ainda se utilizam fogões à lenha, o problema da fumaça dispersa no ambiente ainda persiste, só resolvido com a adoção do fogão a gás, ora de uso bastante difundido, inclusive nas casas-grandes de fazenda.

A despensa

Era o local onde se armazenavam os alimentos de variadas espécies, como feijão, arroz, rapadura, dentre outros. Em geral, esses mantimentos eram colocados em caixotes de madeira, enquanto a carne de sol e o queijo eram dispostos nos jiraus, que se constituíam de prateleiras suspensas, penduradas por cordas ou arames que perfuravam cuias emborcadas, com o objetivo de evitar a descida de ratos, grandes apreciadores desses alimentos (Figura 12). Existiam, ainda, prateleiras constituídas por tábuas apoiadas em peças de madeira engastadas nas alvenarias, assim como outra espécie de jirau, composto por estrutura de madeira, tipo mesa, porém mais alta, onde eram colocados outros víveres. Esse jirau funcionava como uma estante de grandes prateleiras. Por causa de suas dimensões, quase sempre era colocado no meio da despensa, acessível por todos os lados.

Figura 12 – Fazenda Saco dos Pereira



O sótão

O sótão é um compartimento da casa muito característico dessa região. É provável que tenha surgido não da necessidade de mais um espaço, mas do aproveitamento de um desvão, oriundo da própria concepção arquitetônica, cuja característica primordial se constituía na cobertura em duas águas, para a frente e para os fundos, com beirais com pés-direitos reduzidos e panos de telhados com grande inclinação. Considerando que as casas, em geral, tinham grande comprimento, resultando, daí, cumeeiras com alturas excepcionais para casas térreas, e que, portanto, propiciavam, em seu intermédio, o surgimento do tão adotado sótão (Figura 13).

Figura 13 – Fazenda Caiçarinha



Figura 14 – Rua Tomaz de Araújo, 169



Este ambiente da casa, às vezes, era utilizado como quarto para as filhas. Apesar de se situar em local privilegiado da residência, como concebemos hoje, foi também bastante utilizado como ambiente de categoria secundária, talvez por seu acesso ser realizado quase sempre, através de escada íngreme e desconfortável. No caso

específico da casa situada em Acari, à rua da Matriz, n.º 87, um dos cômodos do sótão era utilizado para o baile que ocorria por ocasião das festas religiosas.

De acordo com Lamartine (1984, p. 21), “Os dois quartos do sótão eram poucos usados e de preferência pelas moças da casa”.

A latrina

Nas casas estudadas, observa-se a existência dos atuais banheiros completos em seu interior, construídos ao longo do século XX. No século XIX, principalmente nas casas urbanas, contava-se com as latrinas dispostas fora do corpo da casa, por vezes dentro do quintal ou muro (Figura 14), já que, no interior da residência, era utilizado o banheiro portátil, representado pelo urinol. Nas casas-grandes de fazenda, a presença desse cômodo é ainda menos difundida, pois era prática corrente o uso do “matinho”, uma herança indígena, segundo Freyre (1975).

1.3.2 Arranjo dos ambientes e disposição dos vãos de portas

Em geral, observa-se nas casas-grandes de fazenda, assim como nas casas urbanas, a existência da mesma relação frente e fundo na distribuição dos cômodos, apresentando-se os setores social, íntimo e de serviço, respectivamente, na frente, no miolo e no fundo das residências, não importando que orientação tenha sua implantação.

Apesar dessa distribuição setorial ocorrer sistematicamente, sugerindo, à primeira vista, semelhança de plantas baixas, verifica-se que, pela disposição de cada ambiente, com suas articulações com os demais que lhe são contíguos, os arranjos da plantas dessas casas são bastante diferentes entre si.

2 A construção: materiais e técnicas construtivas

De acordo com Lemos (1989, p.70),

Nos tempos antigos, ainda na vigência do mercantilismo escravocrata, todas as casas, [...] eram levantadas com as

mesmas pedras, as mesmas taipas, cobertas com as mesmas telhas e homogeneizadas por uma mesma feição estilística, próxima à vernaculidade.

Numa visão superficial, as edificações aqui estudadas apresentam-se da maneira como foi descrita acima, entretanto, neste estudo se verificará se assim permanecem após uma análise mais acurada. Estas casas vernáculas aqui situadas têm como características marcantes a utilização de matéria prima própria da região e mão de obra local. Segundo observa Ammann (1997, p. 73), “Afora os metais, o cimento e a cal, os demais materiais eram conseguidos na própria fazenda, tais como pedra, barro, areia, tijolo, telha, madeira, couros, fios de algodão e muitos outros”.

2.1 A locação

A locação ou marcação da obra é o ponto inicial para a construção de uma edificação. Era feita de forma rudimentar, no que se refere à utilização de instrumentos de precisão para a marcação dos diversos compartimentos da casa. Por isso se constata a ocorrência de grande número de edificações sem a observância da ortogonalidade entre suas paredes. Segundo a tradição, era escolhido o local, realizada a limpeza, e então se faziam as marcas no chão onde eram procedidas as escavações que definiam o alicerce da casa.

2.2 O alicerce

Na arquitetura tradicional brasileira, o alicerce era constituído de tijolos ou de pedras, em geral encontradas nas proximidades da construção, variando, desse modo, de região para região, já que, à época, os meios de transportes eram rudimentares e os acessos muito precários. A força motriz mais importante se baseava na tração animal, e o veículo mais eficaz era representado pelo carro de boi. No caso das construções do Seridó, a pedra granítica, na forma irregular, mais conhecida como pedra marroada foi a mais adotada, isto pelo fato de existir com certa abundância na região (Figura 15).

Figura 15 – Fazenda Malhada Vermelha



Embora atualmente seja corrente se encontrar construções com aplicação de pedras graníticas facejadas por canteiros, em seus alicerces e baldrames, na forma de juntas secas ou argamassadas, nas casas estudadas não se encontrou um só exemplar em que fosse utilizada essa técnica. A profundidade dos alicerces tem variado ao longo dos tempos. Quanto mais remota a construção, tanto mais profundo é o alicerce. Sua largura é normalmente em função da altura da parede que o mesmo suporta. Vasconcelos (1979, p. 19), quando se refere às construções antigas no Brasil, afirma que, nas residências, sua profundidade gira em torno de um metro ou menos, e de largura, cerca de sessenta centímetros.

As alvenarias que constituem os alicerces são executadas de diversas modalidades: pedra e cal, pedra e barro, pedra sem argamassa (junta seca), como, também, substituindo-se a pedra pelo tijolo, exceto no caso da junta seca.

Pedra e cal – A razão de se construir alicerces em alvenaria de pedra deve-se à sua impermeabilidade, evitando que a umidade do solo suba parede acima. Com relação à cal, utilizavam-se conchas de mariscos, que, após serem queimadas, eram empregadas na argamassa. A cal mineral, usada atualmente em grande escala, era de difícil obtenção, sendo obtida somente através da importação da

Europa, o que era muito dispendioso. Este tipo de alvenaria, que se tornou símbolo de solidez e de durabilidade das construções, pela dificuldade de obtenção da cal, de acordo com as razões acima expostas, praticamente não foi encontrado nas casas aqui estudadas.

Pedra e barro – Em algumas regiões, como é o caso de Acari, a dificuldade de obtenção da cal levava os construtores a utilizarem simplesmente o barro como o elemento aglutinante da alvenaria. A qualidade desse barro variava de acordo com a quantidade de argila que o mesmo contivesse. Caracterizava-se como forte ou fraco, se contivesse muita ou pouca argila, respectivamente.

Junta seca – Este tipo de alicerce ainda hoje é empregado em algumas regiões. É formado a partir da arrumação de pedras maiores, intercaladas por outras menores que vão fechando os vazios deixados por elas.

Alicerces de tijolos – Esta modalidade pode ter argamassa de barro ou de cal. É encontrada em edificações menos elaboradas ou mesmo em casos em que a obtenção da pedra é muito dispendiosa, quase sempre pela sua raridade. Esse tipo de alicerce, com argamassa de barro, foi empregado sistematicamente, inclusive em casas aqui estudadas, tendo espessura superior à da parede que suporta.

2.3 A alvenaria

O emprego de um tipo de alvenaria em uma construção depende de fatores variados, quais sejam: vontade e disponibilidade do proprietário, facilidades na obtenção dos materiais a serem utilizados, mão de obra qualificada, região onde está implantada, dentre outros. Na construção das edificações estudadas, predomina a alvenaria de tijolos maciços. Sua execução se fazia imediatamente sobre o baldrame, parte superior do alicerce, e se desenvolvia até a cobertura, no caso das externas, ou ainda, até certa altura, como se verifica em paredes internas, no caso, as meias-paredes. A espessura da alvenaria é função de sua localização e consequentes esforços a que está submetida. Nessas edificações, as alvenarias externas, em geral, têm grande espessura, variando de 35cm a 55cm, enquanto que as internas são singelas, e giram em torno de 16cm a 20cm. Os tijolos de que eram

feitas, com poucas variações, tinham 40cm de comprimento, 16cm de largura, 8cm de espessura e pesavam em torno de 8kg. Tinham grandes dimensões, se comparados aos usados atualmente.

Com relação a esse assunto, Costa (1975, p. 97) afirma:

Pretende-se, também, que os antigos faziam as paredes de espessura desmedida [...], não apenas por precaução, por causa das “dúvidas” – empíricas como eram as noções de então sobre resistência e estabilidade – mas, ainda, com o intuito de tornar os interiores mais frescos. Ora, nas construções de arcabouço de madeira e da mesma época, as paredes têm, invariavelmente, a espessura dos pés-direitos² [...], e nada mais, exatamente como têm agora a espessura dos montantes de concreto [...].

Para Santa Rosa (1974, p. 91), as características comuns a essas habitações eram: serem bem construídas, terem suas alvenarias resistentes, construídas de tijolos, e madeiramento confeccionado em madeiras de lei, telhas coloniais de grandes dimensões e cômodos amplos.

É razoável acreditar que quanto mais alta fosse a parede, mais espessa ela deveria ser, enquanto que, para paredes mais baixas, espessuras menores resolveriam. Contudo, não é isso que ocorre na prática, pois, com raras exceções, as paredes das fachadas, mesmo que baixas, se comparadas com as dos oitões, têm espessuras maiores que as destes. As alvenarias que tinham função meramente divisória, no caso, algumas paredes internas, podiam ser feitas com o emprego de técnicas e materiais diferentes das demais, quase sempre com materiais mais leves e até menos resistentes, como eram os casos da taipa de sapapo ou mesmo da alvenaria de adobe. Contudo, nas casas estudadas, as paredes são em alvenaria de tijolos.

Nessas casas, em geral, as paredes externas são de maior espessura que as internas. Além disso, observa-se que as paredes das fachadas principais, na maioria dos casos, são as mais grossas de todas. Tal espessura não se justifica pela necessidade de isolamento térmico, já que as referidas paredes, nos casos das casas-grandes de

2 Pés-direitos também significam esteios de madeira (pilares), ou seja, as paredes têm a espessura dos esteios.

fazenda, em geral, não recebem a incidência direta dos raios solares, pois quase sempre estão protegidas pelo alpendre. Pelas observações feitas, considerando-se que a sala de visita, em muitos casos, ocupa toda a largura da casa, não dispondo de paredes divisórias que funcionem como elemento de amarração entre as paredes internas e a da fachada principal, que lhe deem maior estabilidade, é provável que sua espessura se justifique pela necessidade de absorção dos esforços relativos aos empuxos provenientes da cobertura, que nela são descarregados.

Há casos em que essas casas eram construídas e habitadas sem que recebessem qualquer revestimento. Esse revestimento, em geral, constava de um simples emboço – uma espécie de reboco grosseiro, ou, mais raramente, de emboço e do próprio reboco, mais fino e de melhor acabamento.

Referindo-se à execução de alvenarias, quando trata do lote urbano colonial, Nestor Goulart Reis Filho (1970, p. 24) afirma:

As técnicas construtivas eram geralmente primitivas. Nos casos mais simples as paredes eram de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão e nas residências mais importantes empregava-se pedra e barro, mais raramente tijolos ou ainda pedra e cal. [...]. A construção sobre os limites laterais, na expectativa de construções vizinhas de mesma altura, procurava garantir uma relativa estabilidade e a proteção das empenas contra a chuva, [...].

Reis Filho, ao elaborar esse texto, certamente não se referia à arquitetura do Nordeste e muito menos à de Acari, especialmente no trecho que diz respeito à construção das paredes, pois nesta cidade não existem construções em taipa de pilão e o número de construções em alvenaria de tijolo, como já foi dito, é preponderante.

De acordo com Vauthier (1975, p. 48),

Enfim, encontraremos ainda, procurando bem, casas de taipa que caracterizam a província de São Paulo, e construções de pau-a-pique de grande diversidade de espécies. Mas como regra geral, na arquitetura urbana propriamente dita, esses sistemas diversos constituem uma exceção. O comum é o tijolo que geralmente não é cara e cuja mão de obra não exige nem grandes cuidados nem grande habilidade, e permite dar às paredes uma espessura pequena.

A argamassa utilizada na feitura das alvenarias varia de acordo com a região, em função da disponibilidade de obtenção de seus componentes. O uso do cimento está totalmente descartado, já que seu emprego, na forma como ocorre atualmente, não existia naquela região, no século XIX. A cal, em tempos mais remotos, era obtida através da queima de ostras existentes nos sambaquis. Isto ocorreu sistematicamente no litoral. A cal empregada nas edificações aqui estudadas é de origem mineral, sendo obtida a partir da queima de pedras calcárias, em fornos construídos para este fim.

Outro componente da argamassa é o barro, que por vezes é o único e solitário elemento. Isto ocorre quando há dificuldade na aquisição da cal, o que é bastante comum, e nesses casos o barro empregado é quase sempre o mesmo utilizado na fabricação dos tijolos (Figura 16).

Figura 16 – Fazenda Malhada Vermelha



Para a confecção da argamassa empregava-se um processo que ainda hoje pode ser observado na região do Seridó. Limpava-se um local próximo à obra, onde seria preparado o traço ou argamassa, misturando-se os componentes, cal, areia e barro, nas proporções

preestabelecidas, adicionando-se água à mistura, e, com uma enxada, desmanchavam-se os torrões enquanto se ia misturando os elementos até constituírem uma massa homogênea. Era comum a utilização de uma espécie de porrete de aproximadamente 1.50m de comprimento, com o qual se “açoitava” a argamassa para que ela se tornasse mais homogênea e, portanto, mais plástica.

Após a preparação da argamassa, sua utilização não necessariamente teria que ser imediata. Podia-se armazená-la em forma de cone ou pão de açúcar, para aplicá-la dias e até meses após, isto graças às propriedades da cal, que faz com que somente a superfície externa do pão de açúcar, em contato com o ar, perdesse suas qualidades aglutinantes, enquanto a parte interna as mantinha.

2.4 O piso

O piso utilizado na habitação variava de acordo com o poder aquisitivo do seu proprietário, como, também, com a região na qual se localizava a edificação. Dentre os pisos mais empregados destacam-se: tijoleira de barro, tijoleira de adobe, terra batida, pedra e tabuado corrido. Todos esses tipos de piso foram encontrados nas casas aqui estudadas.

A tijoleira de barro teve seu emprego largamente adotado na maioria das edificações tradicionais, de variadas formas, como: quadrada, retangular, hexagonal e até mesmo trapezoidal. Dependendo do barro utilizado em seu fabrico, poderia ter cor avermelhada ou esbranquiçada. No primeiro caso, estão as tijoleiras encontradas em praticamente todo o interior, enquanto que, no segundo, as que contêm diatomita, utilizadas mais frequentemente no litoral e região do Agreste do Estado (Figura 17).

A tijoleira de adobe é a mesma de barro, que não foi ao fogo e, portanto, não é cozida, tendo menor resistência à ação da água, assim como à abrasão. Por esses motivos tem uso mais restrito (Figura 18).

Figura 17 – Fazenda Imburanas – Acari – RN



Foto 18 – Fazenda Malhada Vermelha



O piso de terra batida consiste na colocação de uma camada de barro, do mesmo que fora feito o tijolo, com aproximadamente 10cm de espessura em todo o interior da edificação; depois de molhado e apiloado, ao secar, adquire boa consistência. Há referências ao uso de casas de cupim como aglutinante, misturadas ao barro para a obtenção de um material mais consistente. Esse tipo de piso, embora encontrado em casas-grandes de fazenda, era usado com mais frequência nas edificações mais modestas, em casas de taipa, quase sempre ocupadas pelos “moradores”, os trabalhadores das fazendas (Figura 19).

Figura 19 – Fazenda Malhada Vermelha



Os lajedos, em geral laminares, com boa área de utilização, com pouca espessura, muito apropriada para aplicação em pisos, extraídos quase sempre de leitos de rios, têm seu emprego assegurado em edificações tradicionais, onde essa pedra era obtida com facilidade. Em alguns casos, como soleiras. Já em outros, como pisos dos alpendres, calçadas e ambientes internos, aplicados praticamente como eram colhidos, com formato irregular ou com trabalhos de cantaria (Figura 19).

O tabuado corrido era adotado com frequência em sobrados, como piso do pavimento superior e em sótãos (Figura 20). Era fixado ao barroteamento através de cravos – pregos de fabricação manual. A união das tábuas que o compunham se fazia através de juntas secas, meia madeira ou macho e fêmea. As tábuas ali utilizadas eram de madeira da região, com espessuras de aproximadamente 3cm, com tamanhos e larguras diversas, contanto que aproveitassem ao máximo os galhos ou toros de onde eram oriundos. Assim sendo, havia inclusive variação na largura de uma mesma tábua ao longo de seu comprimento, adquirindo forma de trapézio. As tábuas com essa forma eram compensadas na composição do piso, com outras, de forma semelhante, disposta em sentido contrário – de ponta cabeça, como se diz. Nos casos em que as tábuas não se encaixam entre si, ficando simplesmente dispostas lado a lado, ocorria de se colocar um mata-junta ou cordão de madeira pela face inferior do tabuado, para tapar as frestas.

Os barrotes de madeira onde eram apoiadas as tábuas provinham de árvores da região, com resistência e durabilidade comprovadas, como era o caso da aroeira, do angico, do ipê, da craibeira, dentre outras. As peças eram lavradas em seção quadrada que variava de 12cm a 18cm de lado, e dispostas com espaçamento entre si, em torno de 60cm.

Figura 20 – Fazenda Pitombeiras



Figura 21 – Rua da Matriz, 87



2.5 A esquadria

Os vãos de portas e janelas das casas estudadas medem aproximadamente 1m de largura e têm como elemento de vedação uma folha cega, inteira ou dividida em duas bandas, segundo um corte vertical ou horizontal. Na confecção dessas folhas eram usadas tábuas que variavam de dois centímetros a uma polegada de espessura, com distintas larguras, tendo suas laterais frisadas, evidenciando as junções. Por vezes, encontram-se tábuas em forma de trapézios, isso em virtude de terem sido extraídas de toras de madeiras que naturalmente tinham um extremo mais grosso que o outro. Portanto, embora as folhas de portas e janelas fossem de forma retangular, nem sempre as tábuas que as compunham tinham esse mesmo formato.

As folhas de portas e janelas eram feitas de tábuas de madeira, unidas por uma travessa também de madeira, que nelas se encaixava através de ensambladuras denominadas ganzepes. Duas, no caso de janelas e três, tratando-se de portas, que eram enganzepadas em suas faces internas e fixadas com cravos de ferro, de fabricação manual, ou mesmo com pinos de madeira. Eram essas travessas que recebiam as dobradiças (Figura 22).

As ferragens utilizadas nas esquadrias são basicamente as dobradiças, fechaduras, ferrolhos e cravos. As dobradiças mais remotas são as denominadas de “cachimbo”, constituídas de duas peças – leme e cachimbo. Enquanto o leme (uma chapa de ferro de contorno desenhado e com uma argola em sua extremidade) é fixado à folha da esquadria por meio de cravos, o cachimbo (um pino – para receber a argola do leme – presa a uma haste pontiaguda) é fixado através dessa haste ao marco da porta ou janela, quando for o caso. O movimento da esquadria se faz através do giro da argola existente no leme, no pino do cachimbo. Essas peças são tanto maiores, quanto mais pesadas forem as esquadrias por elas sustentadas. Os ferrolhos encontrados são, em sua maioria, do tipo mais rudimentar, utilizado até hoje. As fechaduras têm em geral um espelho quadrado, medindo em torno de 20cm de lado. Suas chaves chegam a medir 18cm de comprimento e têm aplicação tanto nas portas externas quanto nas internas.

Figura 22 – Fazenda Caiçarinha



Os cravos desempenham a mesma função que ora têm os atuais pregos. Têm dimensões variadas de acordo com seu emprego, quer na fixação do leme das dobradiças, nos ferrolhos, nas fechaduras, bem como na execução de esquadrias (quando estas não são confeccionadas utilizando pinos da própria madeira), na fixação de suas tábuas. Têm seção quadrada e formato piramidal, com sua cabeça em forma de paralelepípedo de base quadrada. São confeccionados um a um, manualmente, por um ferreiro, que com a utilização de um fole, “sopra” o fogo para aquecer o ferro até que o mesmo fique incandescente. Com marteladas os deixam na forma definitiva.

Como elemento complementar na segurança das casas, no fechamento das esquadrias são bastante utilizadas as trancas ou traves, que se constituem de peças de madeira que se encaixam horizontalmente de um marco ao outro, das portas e janelas.

Vauthier (1975, p. 57), em cartas ao colega e amigo arquiteto Cesar Daly, quando se refere às esquadrias das casas do Recife, diz:

As janelas de peitoril abrem-se geralmente pelo sistema de guilhotinas. Mas o ponto fraco dos marceneiros são as portas. Embora encontrem-se nos monumentos religiosos magníficas portas de almofadas, ornadas de esculturas sobre madeira de cedro, as portas das casas comuns são de grande vulgaridade. São simplesmente barras ou encaixes. O único luxo que se permitem é o de correr molduras na orla de cada tábua, mas como poucos se dão ao trabalho de escolher estas de largura igual ou dispô-las ao menos simetricamente, esse cuidado produz o efeito mais desagradável.

Na região do Seridó e especialmente nas casas estudadas, diferentemente do que ocorria em casas do Recife, não se encontrou uma só janela do tipo guilhotina. Todas são de giro, de uma ou duas folhas cegas. Eram confeccionadas com madeiras de reconhecida qualidade, extraídas de árvores nativas, existentes nas adjacências do local onde a casa seria construída. Tais madeiras eram em sua maioria, cedro, cumaru, craibeira, umburana, dentre outras.

Ao contrário do que ocorre em outras regiões, nessas casas ora estudadas não há registro de existência de esquadria envidraçada, nem, tampouco, com duas folhas, do tipo externa e interna. Neste último caso, a externa geralmente recebia caixilho de vidro com venezianas, e a interna se constituía de uma folha escura ou de segurança.

2.6 A cobertura

A cobertura das casas-grandes de fazenda e urbanas dessa época era basicamente constituída de duas águas, com beirais para a fachada principal e para os fundos. Caracterizava-se ainda por ter beirais com reduzido pé-direito, embora a cumeeira fosse bastante elevada, devido à grande inclinação do telhado e o comprimento das edificações (Figura 23).

Era uma cobertura bem comum à época, também em outros lugares, pois segundo Reis Filho (1970), o sistema de telhado em duas águas lançava parte da chuva recebida sobre a rua e a outra sobre o quintal, que pela sua extensão a absorvia. Assim sendo, evitava-se o emprego de calhas e elementos de condução das águas pluviais.

Quanto ao acabamento desses telhados, representados por seus beirais, principalmente aqueles voltados para a fachada principal, nas casas urbanas, de acordo com Costa (1975, p. 95-97), é um equívoco achar que os beirais das velhas casas brasileiras tinham a função de proteger do sol as suas fachadas. Na verdade, eram feitos para afastar das paredes a cortina d'água pluvial, proveniente do telhado. Posteriormente, com o aparecimento das calhas, foram surgindo as platibandas, continuando as cornijas presas às paredes, já sem sua função primitiva, contudo mantidas pela tradição.

Figura 23 – Fazenda Caiçarinha



A estrutura da cobertura é constituída por brabos, terças, frechais, pontaletes, caibros e ripas. São peças de madeiras de diferentes dimensões e seções, que, dispostas em posições determinadas, desempenham funções distintas. São confeccionadas a partir

de árvores da região, de reconhecida resistência e durabilidade, a exemplo da aroeira, do angico, da braúna, da craibeira, do brejuí, do pereiro e do gachumbo.

A partir de suas observações sobre a casa, Campos (1999, p. 15) afirma:

As madeiras de lei duras e pesadas com que me construíram até a cumeeira têm o cerne de ferro, de veios escuros, violáceos e algumas mal podiam ser lavradas. Todas elas foram cortadas na lua minguante para não vir a apodrecerem e resistirem mesmo expostas ao tempo. [...] As linhas foram feitas de aroeira-do-sertão – a árvore arara, onde esta pousa e vive.

De acordo com pesquisas feitas pelo Instituto Paulista de Tecnologia (IPT), segundo Bareia e Pumar (1974, ficha n.º 59), “A madeira de aroeira é considerada a de mais alta resistência ao apodrecimento”.

Os brabos são peças de madeira, em geral robustas, com seção quadrada, cujo lado mede em torno de 20cm, já que devem receber os esforços transmitidos pela terças e cumeeiras, quando o vão a ser vencido por estas é grande, ou seja, não existem paredes nas quais elas ou os pontaletes que as sustentam possam se apoiar. Enquanto todas as demais peças de madeira utilizadas na cobertura são tanto melhores quanto mais linheiras, o mesmo não ocorre no caso dos brabos. É notável a escolha de peças arqueadas na confecção dos mesmos, ocorrendo casos em que existe um conjunto deles no mesmo ambiente, como que “escolhidos a dedo”. Têm, em geral, suas extremidades apoiadas em paredes paralelas, recebendo os esforços das terças e cumeeira através de pontaletes ou diretamente das mesmas, em sua parte arqueada, prevalecendo-se do princípio da contra flecha, aumentando-se assim a resistência da referida peça, como também obtendo um efeito plástico interessante. Muitas vezes, pela dificuldade de obtenção dessas madeiras, aplicavam-se peças sem qualquer beneficiamento, e da forma que eram tiradas das árvores (Figura 24).

Figura 24 – Fazenda Fortaleza – Acari – RN



Os pontaletes são peças de madeira que funcionam como apoio das terças e cumeeiras que, por sua vez, se apoiam ora em meias-paredes internas, ora em brabos. Em geral têm dimensões iguais às distâncias entre as terças e/ou cumeeira e as meias-paredes e/ou brabos, onde são apoiados. Têm seção quadrada, de lado em torno de 12cm, porém tendo, em sua parte central, seção octogonal, obtida a partir da quebra das arestas da peça nesse trecho, permanecendo com seção quadrada em sua base e parte superior.

Os frechais são peças que, a exemplo das terças e cumeeiras, também servem para receber os caibros, diferindo destas, em alguns casos, por se encontrarem apoiados inteiramente sobre paredes, em geral externas, e, portanto, não carecendo ter as mesmas seções daquelas que precisam vencer vãos livres entre os apoios. São também considerados frechais as peças que se apoiam nos pilares dos alpendres e, portanto, vencem vãos livres. Pelo visto, não obstante sua posição privilegiada, basicamente todos os frechais existentes nessas edificações analisadas têm dimensões semelhantes, em termos de seção, às das terças e cumeeiras.

As terças e cumeeiras têm a função de receber os caibros e se apoiarem quase sempre diretamente nas paredes. Em alguns casos, este apoio se dá em pontaletes ou brabos. São peças de madeira, em

geral de seção quadrada, já que, à época, se desconhecia cientificamente a resistência dos materiais e, portanto, não são encontradas peças cuja seção tenha altura maior que a largura, como ora são utilizadas, pois como se sabe, a resistência da peça é ampliada à medida que se aumenta a altura da referida seção. Suas seções são quadradas, cujos lados giram em torno de 15cm, tendo comprimentos variando de acordo com os vãos a serem vencidos entre paredes estruturais, pontaletes ou brabos, que são os elementos de apoio dessas peças. A madeira utilizada é de boa qualidade, utilizando-se quase sempre seu miolo, e obtida na região.

Os caibros têm a função de receber os esforços das ripas e transmiti-los às terças, cumeeiras e frechais. Há variação na forma, dimensões e madeiras utilizadas. Contudo, têm que ter seções suficientes para vencer os vãos entre as peças que os sustentam, podendo ter comprimento no mínimo igual à distância entre eixos dessas peças, ou múltiplos desta, quando são conhecidos como caibros corridos. Neste caso, o caibro se apoia em mais de duas peças. Podem ter seção circular, ou seja: são aplicados *in natura*, da forma que foram extraídos das árvores, em geral do pereiro. Neste caso são conhecidos como caibros roliços, tendo, em sua parte mais grossa, diâmetro de aproximadamente 10cm, diminuindo para sua outra extremidade. Encontram-se também caibros de seção quadrada, também de pereiro ou de outras madeiras.

As ripas são as peças, em geral de madeira, mais delgadas, e têm por função servir de apoio às telhas. São encontradas de diversas formas. Como têm que vencer pequenos vãos, correspondentes à distância entre caibros, em torno de 35cm, são utilizadas varinhas de gachumbo, marmeleiro, como também peças de seção retangular, das mais variadas madeiras, dentre elas, o cedro.

Nessas coberturas são empregadas telhas confeccionadas em barro de boa qualidade, quase sempre o mesmo de que são feitos os tijolos. São conhecidas como telha canal ou colonial. Suas dimensões variam quanto ao comprimento, largura, altura e curvatura. Algumas recebem arremates nas “cabeças” (ponta mais larga da telha). Aqui e acolá, encontram-se telhas com o nome ou a assinatura

do oleiro que as confeccionou, ou mesmo com uma simples inscrição da data de sua execução.

As telhas tradicionais têm dimensões maiores que as usadas atualmente, variando em torno de 60cm de comprimento, 20cm de largura na sua parte mais larga (cabeça), 16cm na sua parte mais estreita (ponta), 9cm de altura em seu ponto mais alto, enquanto sua espessura mede 1,5cm.

Nessas edificações o forro é um elemento praticamente desconhecido, exceto por mera decorrência da existência do sótão, pois o piso deste constitui o forro do ambiente de baixo, já que, em sua maioria, as edificações eram construídas em telha vã. Além desses casos, o forro só foi identificado na sala de visita de uma única casa dentre as estudadas, a que se situa à rua Dr. José Augusto, 57. É um forro simples, constituído por tabuado corrido.

Nas casas pesquisadas, não se observou qualquer ocorrência de cachorros como acabamento dos beirais, nem tampouco o galbo da cobertura, tão difundido na arquitetura tradicional brasileira. Os beirais, quando existem, são constituídos pelos próprios caibros que se iniciam na cumeeira, formando um pente, definindo o pano do telhado, rígido e de inclinação acentuada. Tal inclinação só se faz possível graças às referidas telhas de barro, tipo colonial, de grandes proporções se comparadas às atuais, e, portanto, pesadas o suficiente para, com base em sua inércia, poderem se manter normalmente, sem escorregarem.

2.7 A escada

As escadas fixas são confeccionadas em madeira ou alvenaria e utilizadas como acesso ao sótão ou ao pavimento superior. São localizadas no corredor ou na sala de jantar, e têm inclinação acentuada (Figura 25). Na maioria dos casos, constituem-se de um único lance, podendo também ser encontrada em dois e, até mesmo, de forma helicoidal (Figura 26). No caso das escadas que dão acesso exclusivo aos paióis, são do tipo conhecido como escada de pintor ou de mão. Não são fixas.



Figura 25 – Fazenda
Caiçarinha



Figura 26 – Rua Dr. José
Augusto, 57

2.8 O armário

O armário é um elemento que aparece com bastante frequência, embutido na parede da fachada principal, voltado para a sala de visita. Há casos em que é também encontrado na sala de jantar e na alcova, neste último, funcionando como caritó ou oratório (Figura 27).

Figura 27 – Fazenda Carnaubinha



2.9 A pintura

As casas em geral tinham suas paredes rebocadas e caiadas, de acordo com a tradição aqui adotada pelos construtores portugueses, desde o início da colonização. Contudo, há casos em que sequer existia o reboco. As esquadrias podiam permanecer sem qualquer pintura, no caso de residências mais simples. Quando eram pintadas, a preferência de cores recaía sobre o verde e o azul.

Quadro 1

[illegible]

3 Um panorama comparativo de casas de sítio e casas de rua

No quadro que se segue são comparados elementos constituintes das casas-grandes de fazenda e das casas urbanas estudadas. Com base nesta pesquisa, pode-se afirmar que não existe uma planta padrão para as casas-grandes de fazenda, nem tampouco para as casas urbanas. Constata-se que sequer existem duas casas com a mesma planta. Essa realidade contradiz a máxima tão difundida de que: “quem viu uma casa brasileira já viu quase todas”. Outra informação, disseminada ao longo do tempo, diz respeito à distribuição interna dos cômodos dessas casas, quando se afirma que dispunham de um corredor central com quartos nas laterais que se abrem para ele. Dentre as 24 casas estudadas, somente uma, a casa-grande da fazenda Cacimba do Meio, apresenta essa característica. Em 11 casas-grandes de fazenda, constata-se a existência de quartos com portas para a sala de visita ou para a saleta. O corredor é encontrado em oito das 12 casas-grandes de fazenda, enquanto nas casas urbanas, aparece em seis delas. Em quatro casas-grandes de fazenda e em uma casa urbana, o corredor é central.

Entretanto, tais características ao se apresentarem isoladas, mas principalmente combinadas segundo padrões consistentemente delineados ao longo da amostra, definiu um partido arquitetônico específico conforme se buscou investigar e demonstrar ao longo desta pesquisa.

Apesar de se constatar a existência de características específicas encontradas somente em casas-grandes de fazenda ou exclusivamente em casas urbanas, observa-se que as características comuns prevalecem, principalmente no que concerne aos materiais e técnicas empregadas nas construções.

As casas-grandes de fazenda mantêm entre si semelhanças claras quanto à sua volumetria e aspectos exteriores, consequentes do partido arquitetônico adotado. Contam com telhado em duas águas, para frente e para trás, com inclinação acentuada. Nas casas urbanas não se observa, de imediato, a mesma unidade com relação

a esses aspectos, já que existe uma maior variação nas suas dimensões, além de se encontrarem, em sua maioria, com implantação conjugada ou com pequeno recuo lateral que não permite que se tenha uma visão de cada casa isoladamente; contudo, não obstante a existência da platibanda e ausência do alpendre, as casas urbanas apresentam volumetria semelhante à das casas-grandes de fazenda, quando ambas têm dimensões equivalentes.

O telhado do corpo principal da casa, em duas águas, para a frente e para trás, ocorre em vinte e três das vinte e quatro casas estudadas, só não se verificando na casa à rua da Matriz, 44. Portanto, é uma característica comum predominante.

O uso do arco abatido nas vergas dos vãos das fachadas é mais comum nas casas-grandes de fazenda do que nas casas urbanas. Enquanto nestas ocorre em seis das doze, naquelas a proporção é de dez para doze.

A implantação da casa em lote, cujo acesso se faz pela frente e pelos fundos, se verifica na totalidade das casas urbanas, bem como nas casas-grandes de fazenda, mesmo quando estas dispõem de quintal ou muro.

Tanto as casas-grandes de fazenda quanto as casas urbanas, quando estas dispõem de recuos laterais, não apresentam telhado ultrapassando o paramento das empenas laterais. Ou seja, não existem beirais nas laterais das casas. Com relação aos beirais frontais, nas casas urbanas, quando se supõe terem existido foram suprimidos pela adoção da platibanda. Já nas casas-grandes de fazenda, os beirais ocorrem em todas elas, contudo, sem qualquer esmero estético, não existindo sequer, seu arremate em beira e bica.

A construção da casa em platô, evitando-se a necessidade de batentes em seu interior, é uma característica encontrada em vinte e duas, das vinte e quatro casas analisadas, existindo somente duas casas urbanas onde não há batentes.

As casas-grandes de fazenda, bem como as casas urbanas, adotam a mesma relação de frente e fundo, na distribuição de seus cômodos, onde os setores social, íntimo e de serviço se distribuem

respectivamente na frente, no miolo e no fundo da casa, não importando que orientação tenha sua implantação.

Com relação ao número de quartos, observa-se que há uma similaridade entre as casas-grandes de fazenda e as casas urbanas, já que três delas contam com dois quartos, e outras três, com quatro quartos. Com três quartos são quatro casas-grandes de fazenda e três urbanas, e com cinco quartos, são duas casas-grandes de fazenda e três urbanas.

A cozinha, apesar de se constituir num ambiente imprescindível da casa, em geral, se localizava fora do corpo principal da mesma, devido principalmente à fumaça provocada pela queima da lenha usada no fogão. Em apenas três casas, nessa amostragem, todas rurais, a cozinha faz parte do arcabouço principal da edificação.

O sótão não é privilégio das casas-grandes de fazenda. Das oito casas que contam com ele, cinco são casas-grandes de fazenda e três são casas urbanas. Destas, duas apresentam recuo lateral, e a outra é de esquina, portanto não são conjugadas com suas vizinhas.

O paiol, apesar de existir em três das casas urbanas, ocorre com maior frequência nas casas-grandes de fazenda, das quais nove delas contam com ele. O mesmo se verifica com relação à existência de despensa. Contam-se oito entre as casas-grandes de fazenda e três entre as casas urbanas.

Uma das poucas preocupações que os construtores das casas-grandes de fazenda tiveram com relação à sua estética foi registrada nos pilares de madeira dos alpendres, bem como, nos pontalotes da cobertura, que apresentam a mesma modenatura. Embora não seja factível de comparação, pois as casas urbanas não dispõem de alpendre, é importante ressaltar como característica marcante das casas-grandes de fazenda a existência de piso em pedra, no alpendre, em dez das doze casas analisadas, conferindo aos construtores o conhecimento de que, sendo a pedra um elemento resistente às intempéries, seu emprego ali é adequado. O piso interno das vinte e quatro casas analisadas foi confeccionado em tijoleira de barro. Outra particularidade encontrada somente nas casas-grandes de

fazenda é a existência de armário embutido entre as duas portas, na parede da fachada principal, voltado para a sala de visita. Além disso, todas as casas-grandes de fazenda constante dessa amostragem apresentam, em sua fachada principal, duas portas e nenhuma janela.

As diferenças existentes entre as duas modalidades; a casa-grande de fazenda e a casa urbana, obtidas através desta pesquisa, se resumem basicamente a alguns elementos que ocorrem em uma das modalidades e não na outra. Como exemplo, observa-se, na casa urbana, a ocupação da largura total do lote, janela na fachada principal e platibanda, enquanto a casa-grande de fazenda dispõe de apêndice com seus elementos constituintes, além de duas portas e nenhuma janela em sua fachada principal.

A ausência de janela na fachada principal da casa-grande de fazenda é suprida pelo emprego de porta de duas bandas; a de baixo e a de cima. Enquanto a de baixo permanece fechada, e a de cima aberta, essa porta se transforma em janela, propiciando iluminação, ventilação do ambiente da casa e, até mesmo, visão para o exterior, não se constituindo, contudo, em local de permanência. No caso da casa urbana, embora exista porta de duas bandas em sua fachada principal, que, a exemplo da casa-grande de fazenda, poderia ser utilizada como janela, há também janela com ensutamentos na fachada principal.

Após a análise das vinte e quatro casas que constituem a amostragem deste estudo, pode-se concluir que apesar de guardarem algumas especificidades formais e funcionais tanto as casas-grandes de fazenda quanto as casas urbanas apresentam partidos arquitetônicos semelhantes, utilizando, em suas construções, os mesmos materiais e as mesmas técnicas construtivas.

Referências

- AMMANN, Safira Bezerra. *Meninos de Sítio – Falando Sobre Cultura Sertaneja*. Natal, 1997.
- BAREIA, Edmilson e PUMAR, Márcia. *Madeira – características, deterioração e tratamento*. Manual técnico 1. Ficha nº 59, ano 1974 (fichas de características das madeiras brasileiras, série: Estado do Paraná e de São Paulo). Ministério da Cultura – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró-Memória.
- CAMPOS, Natércia. *A Casa*. Fortaleza: Editora Imprensa Universitária, 1999.
- CARDOSO, Joaquim *et al.* Um tipo de casa rural do Distrito Federal. In: *Arquitetura Civil II*. São Paulo: USP, 1975. p.1-46.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Viajando o Sertão*. Natal: Gráfica Manimbu, 1975.
- COSTA, Lúcio. Documentação necessária. In: Cardoso *et al.* *Arquitetura Civil II*. São Paulo: USP, 1975. p.89-99.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- LAMARTINE, Juvenal. *Velhos Costumes do meu Sertão*. Natal: Fundação José Augusto, 1965.
- LAMARTINE, Pery. *Uma Fazenda no Século XIX*. Natal: NOSSA Editora, 1984.
- LEMOES, Carlos A. C. *História da Casa Brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Câmara Cascudo. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Governo de Pernambuco. 1978.
- MEDEIROS FILHO, Olavo. *Velhos Inventários do Seridó*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1983.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1970.
- RYBCZYNSKI, Witold. *Casa: pequena história de uma ideia*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. ACARI – Fundação, História e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.
- SMITH, Robert C. *Arquitetura civil do período colonial*. In: Cardoso *et al.* *Arquitetura Civil II*. São Paulo: USP, 1975.

TRIGUEIRO, Edja B. F. *Inventário e divulgação da arquitetura pré-modernista em municípios do Seridó-RN*. Natal, 1995.

_____. *Sobrados Coloniais: Um tipo só?*. I Seminário de Pesquisa em Arquitetura. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

VAUTHIER, Louis Leger. Casas de residência no Brasil. In: *Arquitetura Civil I*. São Paulo: FAUUSP e MEC/ SPHAN, 1975. (textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

VASCONCELOS, Silvio de. *Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos*. 5. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

VERISSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, Willian Seba M. 500 anos da casa do Brasil: as transformações da Arquitetura e da utilização do espaço da moradia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

Organizadora

Sonia Marques

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pernambuco (1973, UFPE). Mestra (1983, UFPE) e Doutora (1996, EHES, Paris) em Sociologia, obteve também um D.E.A. – Diplôme d'Études Approfondies em Economia e Desenvolvimento, no I.E.D.E.S. em Paris (1985) e fez Pós-doutorado sobre Projeto de Arquitetura na Faculté d'Aménagement da Universidade de Montreal e na McGill School of Architecture (2005-2006). Atualmente é professora do departamento de Artes Visuais da UFPB, onde participa também do PPGAU.

Autores

Claudia Loureiro

Graduação em Arquitetura pela Universidade Federal de Pernambuco (1974), Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1990) e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2000). Atualmente é professor visitante 2, aposentado, da Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Teoria da Arquitetura, atuando principalmente nos seguintes temas: sintaxe espacial, espaço doméstico, desempenho espacial, habitação e projeto de arquitetura.

Edja Trigueiro

Professora Associada do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduada em Arquitetura e Urbanismo (1978), Especialista em Sociologia (1985) e mestra em História (1989) pela Universidade Federal de Pernambuco. PhD em Estudos Avançados em Arquitetura (1995) pela Bartlett School, UCL, University of London, onde também desenvolveu estágio pós-doutoral (2004-5) como Honorary Research Fellow. Tem interesse na área de morfologia do ambiente construído, com ênfase nos seguintes temas: relações forma/usos, formação e transformação de edifícios e cidades, e conservação do patrimônio construído.

Paulo Heider Forte Feijó

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (1973), Especialização em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1974), e pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte possui curso técnico-profissionalizante (1998), Especialização (1999) e Mestrado (2002) em Arquitetura e Urbanismo.

Rubenilson Brazão Teixeira

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1986), mestrado em Minimum Cost Housing – McGill University, Montreal, Canadá (1990) e doutorado em Etudes Urbaines – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (2002), Paris, França. Pós-doutoramento no CRHIA, Universidade de La Rochelle, França (2012-2013). Atualmente, é professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atua principalmente nas áreas de História da Arquitetura e Urbanismo, Projeto e Habitação.



Formato
15 x 22 cm

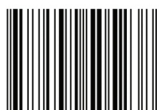
Tipo
News Gothic
Adobe Garamond Pro

Este livro foi projetado e impresso
pela equipe editorial e gráfica da
Editora da Universidade Federal
do Rio Grande do Norte.

Fevereiro/2015

Casas & casos

O livro *Casas e casos: sobre modos de morar no Nordeste do Brasil* reúne os resultados das investigações de autores que discutem alguns dos diferentes tipos de morar no Nordeste do Brasil, do colonial ao moderno. Organizado pela professora Sonia Marques, ele é, sobretudo, “uma ação entre amigos, amigos que partilham a alegria do conhecimento e do aprendizado, que acreditam na pesquisa de uma maneira ética e estética ao mesmo tempo. E acreditam, sobretudo, na necessidade da crítica como passo imprescindível para se prosseguir na via do conhecimento”.



9 788542 505238 >

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias